

RELATÓRIO E CONTAS

CONSOLIDADO

2007

Índice

	Órgãos Sociais
	Organigrama do Grupo APCL Financeira
1	Relatório de Gestão do Grupo Introdução
2	Conjuntura Económica
3	Actividade desenvolvida
3.1	Actividade directa
3.2	Actividade das participadas
3.2.1	Área imobiliária
3.2.2	Área financeira
4	Análise às contas Individuais e Consolidadas
4.1	Contas Individuais
4.2	Contas Consolidadas
5	Perspectivas Futuras
6	Menções Obrigatórias
7	Proposta de Aplicação de Resultados
8	Agradecimentos
	Demonstrações Financeiras
	Demonstrações Financeiras Consolidadas
	Balço Consolidado
	Demonstração Consolidada de Resultados
	Demonstração de Variação nos Capitais Próprios Consolidados
	Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados
	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
	Certificação Legal das Contas
	Anexos
	Acta de aprovação de contas

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Gerência

Álvaro Pinho da Costa Leite

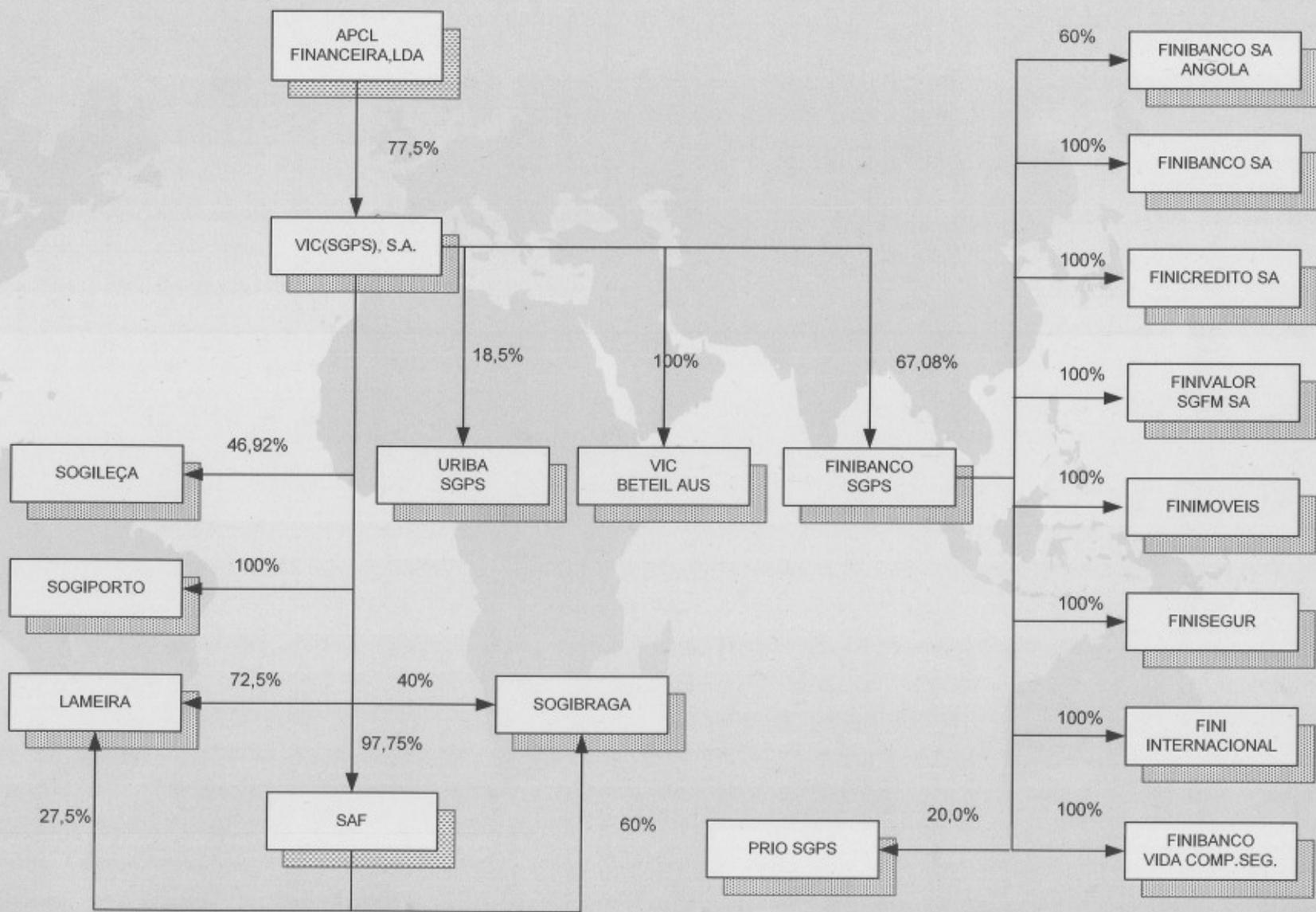
Maria Augusta Resende da Costa Leite

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada por António Manuel Dantas Amorim

Organigrama do Grupo 'APCL FINANCEIRA' em 31 de Dezembro de 2007

Handwritten signature: J. H. Heite



RELATÓRIO DE GESTÃO



RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO

1. Introdução

Exmos. Senhores sócios:

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos à consideração de V. Exas. o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2007.

2. Conjuntura Económica

Em 2007, a economia mundial contabilizou o quarto ano consecutivo de elevado crescimento, embora a abrandar dos níveis históricos observados no ano anterior. De acordo com as estimativas de Outono do Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de crescimento do produto mundial desceu de 5,4% em 2006 para 5,2% em 2007. A manutenção dos elevados padrões de crescimento decorre do superior dinamismo dos países emergentes e em desenvolvimento, cuja taxa de crescimento estabilizou em 8,1%, enquanto que o crescimento das economias mais avançadas terá abrandado para um valor mais em linha com a tendência de longo prazo (2,5%).

Em 2007, assistiu-se à consolidação da recuperação da actividade económica em Portugal, com a taxa de crescimento a acelerar de 1,2% para 1,9%, valor mais próximo da tendência de longo prazo. Este maior dinamismo foi suportado pela procura externa e pela recuperação do investimento empresarial, dando continuidade ao processo de correcção dos desequilíbrios causados pelos excessos do ciclo económico anterior.

Tal como no ano anterior, o crescimento concentrou-se no primeiro semestre, onde o PIB acumulou um crescimento de 1,4%. A procura interna, assumiu-se como o motor do crescimento, impulsionada pela recuperação do investimento empresarial, em especial da componente do material de transporte, num contexto de abrandamento das exportações associado ao menor dinamismo dos mercados de expedição e à evolução cambial adversa.

O consumo privado cresceu ao ritmo do ano anterior, apresentando um comportamento ascendente na primeira metade do ano e posterior correcção. Globalmente, o consumo privado evoluiu moderadamente no ano, condicionado pelo aumento do serviço da dívida das famílias, associado à subida das taxas de juro e num contexto de sobreendividamento. O pico do consumo privado terá sido atingido em Junho, reflectindo as condições económicas gerais mais favoráveis neste período mas, também, a antecipação da aquisição de automóveis de gama alta, encarecidos pelas alterações no imposto automóvel introduzidas em Julho.

Os mais recentes dados disponíveis apontam para um recuo do consumo privado na fase final do ano, a par do abrandamento das exportações e do agravamento das condições de crédito ao investimento.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 2,6% em 2007, contribuindo positivamente para o PIB após dois anos consecutivos de taxas de crescimento negativas. A recuperação do investimento foi comum a todas as categorias, de onde se destacam o superior dinamismo do investimento em material de transporte e a maior estabilidade do investimento em construção.

A procura interna foi assim o principal responsável pelo crescimento económico em 2007, tendência que se deverá reforçar em 2008. Por oposição, a procura externa líquida viu bastante reduzida a sua contribuição



para o crescimento económico, consequência do superior abrandamento das exportações face às importações.

As importações mantiveram uma dinâmica idêntica à observada no ano anterior, pese embora o aumento da factura energética, decorrente do aumento do preço do barril do petróleo nos mercados internacionais, e o maior dinamismo do investimento, categoria da despesa com um elevado peso da componente importada.

As taxas de juro activas e passivas aumentaram ao longo de 2007, ajustando-se inicialmente ao processo de remoção das condições monetárias acomodáticas por parte do Banco Central Europeu, o qual subiu a sua taxa principal de refinanciamento de 3,50% para 4,0% no primeiro semestre, e posteriormente à reavaliação do risco e dos problemas de liquidez que afectaram o mercado monetário nos últimos meses do ano. As taxas Euribor a 3 e a 6 meses, os indexantes mais difundidos em Portugal, situavam-se em 4,684% e 4,707%, em 31 de Dezembro, respectivamente 96 e 85 pontos base acima do valor do último dia de 2006.

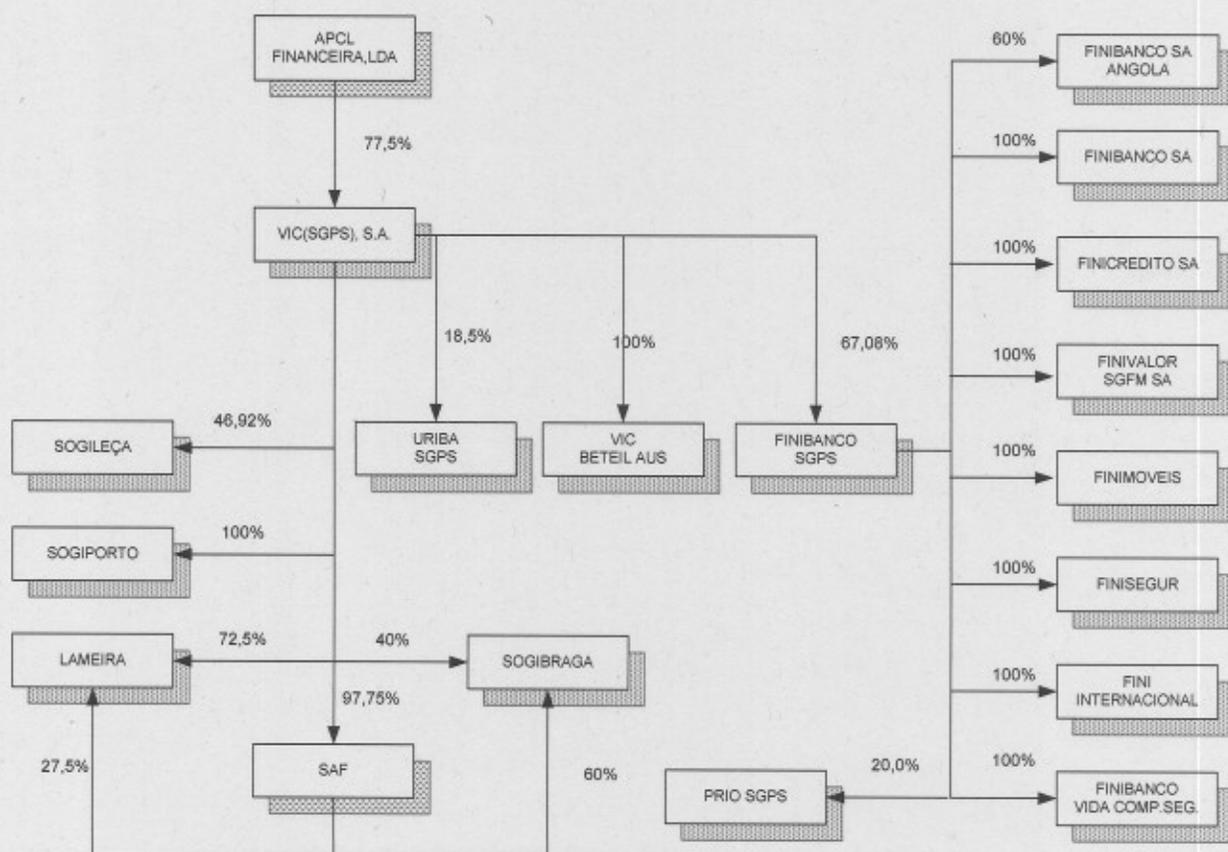
3. Actividade Desenvolvida

3.1. Actividade directa

A APCL Financeira – S.G.P.S., Lda. nasceu em 2006, tendo sido o seu activo quase exclusivo – uma participação de 77,5% no capital da VIC (SGPS) S.A. – obtido por transmissão das acções dessa sociedade anteriormente detidas em nome pessoal pelos seus sócios.

Apesar de a sua actividade directa ser virtualmente inexistente, o cumprimento da regulamentação bancária e do mercado de capitais transforma a APCL Financeira na sociedade dominante do Grupo Finibanco, devendo apresentar as suas contas de acordo com as NCA (Normas de Contabilidade Adaptadas) e calcular a nível consolidado os rácios de solvabilidade do Grupo Finibanco.

O actual organigrama do Grupo dominado pela APCL Financeira é o seguinte:



Por sua vez, a VIC SGPS detém as seguintes participações:

- Cerca de 67% do Finibanco Holding SGPS, empresa mãe do Finibanco e das restantes empresas do grupo financeiro;
- Directa e indirectamente, a totalidade das empresas imobiliárias Lameira - Imobiliária, Lda., Sogiporto - Gestão Imobiliária, S.A., Saf - Imobiliária, S.A. e Sogibraga - Gestão Imobiliária, Lda..
- Cerca de 47% do capital da Sogileça - Gestão Imobiliária, Lda..
- A VIC Beteiligungsverwaltungs GmbH, com sede na Áustria, a qual detém participações em sociedades imobiliárias na Europa de Leste.

A APCL Financeira detém, directamente, participações no valor de cerca € 200 milhões, exclusivamente cobertas pela situação líquida.

Durante o exercício, foi alienada a participação da sociedade “Vicaima Investments” e adquirida a sociedade de direito Austríaco “VIC Beteiligungsverwaltungs GmbH”.

3.2. Actividade das participadas

3.2.1. Área imobiliária

A Lameira - Imobiliária, Lda. é proprietária de terrenos para construção na zona de influência do Plano de Pormenor das Antas, na cidade do Porto. A área de construção é de cerca de 52.000 m² acima do solo, destinada a comércio, serviços e habitação. Decorreram contactos durante o exercício com vista ao estabelecimento de associações com promotores especializados.

A Sogiporto - Gestão Imobiliária, S.A. é proprietária de um terreno na Portela de Sacavém, no concelho de Loures com uma área de construção prevista de cerca de 30.000 m². A empresa continua a proceder à desocupação do terreno, ilegalmente ocupado desde 1974, e simultaneamente à preparação de um projecto de urbanização do local. Foi já contratado o financiamento para proceder à construção de um Edifício, onde serão realojados os actuais ocupantes.

A Saf - Imobiliária, S.A. detém um conjunto de terrenos na junção dos concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra com a área de cerca de 500.000 m². Estes terrenos têm uma aptidão maioritariamente industrial, estando em análise a oportunidade da sua infra-estruturação. Uma parte destes terrenos irá ser alienada para a instalação de uma Unidade Industrial.

A Sogibraga - Gestão Imobiliária, Lda. possui um terreno, maioritariamente florestal com cerca de 400.000 m², no concelho de Braga. A parcela com aptidão para construção de armazéns será desenvolvida de acordo com as oportunidades do mercado.

A Sogileça - Gestão Imobiliária, Lda. procedeu à venda de um terreno no concelho de Matosinhos, contíguo à grande superfície comercial do IKEA, com a área de 128.000 m². A venda permitiu a obtenção de uma mais-valia de cerca de € 12 milhões, antes de impostos.

3.2.2. Área Financeira

No cumprimento dos seus respectivos objectos sociais, o Finibanco-Holding e as suas Participadas, no exercício de 2007, desenvolveram iniciativas e concretizaram acções, as mais relevantes das quais se referem no presente Relatório.

Na sequência de decisões tomadas no exercício anterior, concluíram-se os projectos que visavam a exploração de novos mercados, quer internamente, quer de âmbito internacional.

Um deles, o lançamento de uma companhia de seguros do ramo vida, foi concluído em 23 de Janeiro de 2007, com a constituição da Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA, com um capital de 7,5 milhões de euros.

Esta sociedade visa a exploração da actividade de seguro directo e de resseguro, no ramo vida, e encontra-se já em plena laboração.

O outro, a instalação de um Banco em Angola, foi concretizado em 4 de Setembro de 2007, com a constituição do Finibanco Angola, SA, em parceria com diversas entidades e com o capital social de 740 milhões de kwanzas (equivalente a 10 milhões de dólares), detendo o Finibanco-Holding 60%.

Esta nova unidade do Grupo está em fase de instalação, prevendo-se que inicie em pleno a sua actividade em Abril de 2008.

Ainda no âmbito do projecto de internacionalização e no decurso do exercício em análise, refira-se também que a Finicrédito tinha em curso a abertura de uma Delegação na Roménia, a qual, após autorização das entidades de supervisão locais acaba de ser instalada.

Em termos de actividade interna do Grupo, deu-se continuidade ao esforço que vinha sendo desenvolvido com vista à expansão da rede de distribuição do Finibanco, visando a consolidação do Grupo no mercado doméstico, facto que justificou também a necessidade de se proceder ao aumento de capital da Holding e do Finibanco.

Assim, em Março de 2007 o capital do Finibanco-Holding, SGPS S.A. foi aumentado de 100 para 115 milhões de euros, através da emissão reservada a Accionistas, de 15 milhões de acções, de valor nominal de um euro cada, com um prémio de emissão de igual montante, e o capital do Finibanco, SA passou de 104 milhões para 120 milhões de euros, com a emissão de 16 milhões de acções, de um euro cada, subscritas ao par pelo accionista único Finibanco-Holding.

Na sequência do que fica dito, a rede de Balcões do Finibanco no final do ano passou de 127 para 150 e o número de Delegações da Finicrédito, que era de dez situa-se agora em doze.

O esforço de ampliação e de aperfeiçoamento destas redes continua no exercício de 2008, não só no país como também, previsivelmente, no estrangeiro.

A estas redes, que apoiam a actividade comercial do Grupo, somam-se ainda a rede de Promotores de Negócios, que totaliza 213 elementos, a Banca Telefónica e a rede de Net-Banking, que continuam a ser beneficiadas com novas funcionalidades.

Em matéria de organização, criaram-se e/ou reviram-se os normativos internos, abarcando diversas áreas, das quais cumpre destacar:

- Na área do crédito:
 - O Manual de Procedimentos/Imparidade no Crédito, que define o processo interno de apuramento de imparidades, no crédito, importante instrumento para o apuramento das contas individuais e consolidadas no quadro da aplicação das IAS/IFRS;
 - O documento designado Acompanhamento de Crédito-Estratégias de Envolvimento, que define o processo de emissão e de implementação de estratégias de envolvimento, fixadas neste âmbito;



- O Regulamento Geral de Pricing, que disciplina o comportamento dos agentes comerciais em matéria de competências delegadas para a aprovação de taxas de juro e de comissões, em função das notações de risco para cada cliente e para a modalidade de crédito em apreciação.
- Na área do risco:
 - O documento Gestão de Risco no Grupo que contém princípios e recomendações destinadas, nesta matéria, às empresas Participadas, fazendo referência à estrutura, aos objectivos, às políticas e às estratégias a utilizar:
 - O Regulamento sobre Gestão de Risco de Crédito, no âmbito do Finibanco, revisto em consonância com as práticas recomendadas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia;
 - O Regulamento sobre Gestão de Risco de Mercado, que define os objectivos, as políticas, a estratégia e os modelos de avaliação e de “reporting” para cada um dos riscos de cotação e índices, cambial e de taxa de juro, em consonância com o que se encontra definido nos Decreto-Lei n.ºs 103/2007 e 104/2007, ambos de 3 de Abril, e bem assim o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2007, de 18 de Abril;
 - O documento que fixa os níveis de tolerância ao risco, ao nível do Grupo, tendo em conta os limites prudenciais estabelecidos pelo Banco de Portugal e os definidos internamente, quer em termos nominais, quer no que respeita a alocação de fundos próprios;
 - O Regulamento sobre Gestão do Risco Operacional que, tendo em consideração os requisitos mínimos definidos no Aviso n.º 3/2006, de 9 de Maio, do Banco de Portugal, peremptórios quanto à obrigatoriedade de identificação e avaliação deste risco, inerente a produtos, actividades, processos e sistemas vigentes na Instituição, contém os princípios, recomendações, objectivos, políticas, estratégias, monitorização e acompanhamento deste risco.
- Na área da formação:
 - O documento designado Gestão de Formação, que disciplina os principais aspectos relacionados com a política de formação dos colaboradores da Instituição, tendo em conta o contexto de desenvolvimento estratégico do Finibanco, que aponta para a expansão das suas redes de distribuição e para a melhoria da qualidade de serviço, e a reflexão feita em torno deste tema, que conduziu à revisão dos meios, do processo de gestão e do enquadramento geral da formação.
- Noutras áreas:
 - O documento intitulado Gestão de Imóveis não Afectos à Exploração, que aprova um conjunto de normas sobre a entrada, gestão e avaliação de imóveis não afectos à exploração e atribui competências de decisão para a gestão do processo de aquisição, avaliação e alienação deste tipo de imóveis;
 - O Regulamento Interno sobre Serviços Financeiros e de Investimento, que foi objecto de diversas correcções no seu conteúdo, em função das alterações verificadas no regime aplicável e dos registos efectuados na CMVM relativos ao exercício de funções nele previstos;
 - O documento sobre Avaliação de Desempenho das Áreas de Suporte, para atribuição de incentivos, contendo um conjunto de metodologias a adoptar nos processos de avaliação de desempenho e de atribuição de incentivos aos colaboradores das áreas de retaguarda, em complemento do que havia sido oportunamente feito para avaliar a performance dos elementos que desenvolvem a sua actividade na área comercial.

Ainda em matéria de organização e no que respeita à Participada Finibanco:

- Extinguiram-se as seguintes Direcções:
 - Jurídica e de Contencioso, por a função contenciosa haver sido autonomizada, criando-se em sua substituição a Direcção Jurídica com âmbito estritamente de apoio técnico de natureza jurídica;
 - De Organização e Informática, por força da transferência de uma unidade que a integrava para outro órgão estrutural, da eliminação de outras unidades, do recente contrato de prestação de serviços, firmado com a IBM, na área da operação, e ainda da necessidade de actualizar a sua função tecnológica, daí resultando um novo órgão com a designação de Direcção de Sistemas de Informação.
 - Definiu-se a estrutura orgânica e funcional de diversos órgãos ligados às áreas do crédito (controlo e formalização, acompanhamento, auditoria e recuperação) e à área executiva, que tem por objecto o apoio técnico e funcional das áreas comerciais.

Os negócios evoluíram favoravelmente, não obstante os constrangimentos que se fizeram notar no decurso do exercício, registando-se acréscimos de 22,7% na carteira de crédito bruta e de 16,7% nos recursos totais de clientes. Para colmatar a diferença de evolução verificada entre estas duas rubricas do balanço muito contribuiu a operação de titularização de créditos a PME's no montante de 250 milhões de euros, efectuada pelo Finibanco, SA, operação que se verificou pouco tempo antes da crise de liquidez registada no sistema financeiro, no início do segundo semestre do exercício, e que por essa razão foi melhor absorvida pelo Grupo.

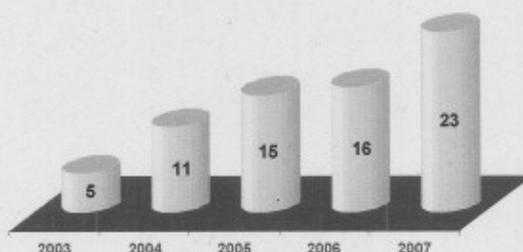
Para o exercício de 2008 o Finibanco-Holding elegeu um conjunto de objectivos orientadores da acção das suas Participadas, de que se destacam, pela sua importância, os seguintes:

- A optimização da gestão da base de capital reforçando o TIER 1 e salvaguardando-se o adequado rácio de solvabilidade;
- A rentabilidade dos capitais próprios, num mínimo de 15%;
- A abordagem de novos segmentos de negócios, através da exploração das potencialidades que se espera advenham do arranque do Finibanco Angola e da Delegação da Finicredito na Roménia, para além do desenvolvimento de negócios característicos da Banca de Investimentos;
- A continuação do reforço das redes de distribuição, quer através da abertura de novos Balcões tradicionais, quer da criação de novas funcionalidades no Net-Banking;
- O desenvolvimento de acções tendentes à melhoria da formação do elemento humano, à criação de produtos e serviços de qualidade ajustados à segmentação do mercado, à utilização de melhores tecnologias e ao aumento da transparência nos preços, com vista ao incremento da competitividade na relação com o cliente;
- O controlo dos custos e o incremento do produto bancário, em termos compatíveis com o alargamento das redes de distribuição;
- A desintermediação financeira, como forma de obter um crescimento sustentável nesta vertente de negócio apesar de os tempos que se avizinham não se mostrarem muito favoráveis nesta matéria;
- A assunção de uma postura deontológica e socialmente responsável, adoptando procedimentos coerentes com os objectivos sociais da comunidade.

O Grupo Finibanco registou um resultado líquido de 25,6 milhões de euros, traduzindo-se num crescimento de 21,1% (+4,5 milhões de euros) face ao obtido em 2006. A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 15%.

De salientar que o nosso Grupo financeiro tem patenteado nos últimos anos um crescimento progressivo dos resultados, acompanhado do aumento significativo que se tem verificado na rede de distribuição. Nos últimos 3 exercícios foram abertos 54 Balcões, o que representa um crescimento de 56,3%, e a rede atingiu o número de 150 no final do ano a que nos reportamos. A expansão da rede de distribuição tem tido como objectivo assegurar uma melhor cobertura do território nacional, intensificar a presença da nossa marca na zona urbana de Lisboa (+7 Balcões em 2007) e, naturalmente, ganhar economias de escala.

ACRÉSCIMO ANUAL DE BALCÕES



A participada Finicrédito também tem aumentado o número das suas delegações no país e abriu no início de 2008 uma sucursal na Roménia. No final do exercício detinha 12 delegações, duas das quais abertas em 2007.

No exercício, a actividade comercial do Grupo Finibanco registou um aumento significativo, que se traduziu no crescimento do crédito bruto e nos depósitos de clientes, em 22,7% e 20,6%, respectivamente.

O rácio de solvabilidade, calculado segundo as regras do Banco de Portugal, era de 10,0% e o Core Tier I de 6,6%, registando uma evolução positiva face a 2006, por força do aumento de capital realizado em 2007 e da retenção dos resultados não distribuídos.

Balanço Consolidado

Em 31 de Dezembro de 2007, o Activo líquido consolidado do Grupo Finibanco ascendeu a 2.898 milhões de euros, havendo crescido 29% (+651,4 milhões de euros) relativamente ao exercício anterior.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., LDA.

BALANÇO CONSOLIDADO

mil euros

	31-Dez-07	31-Dez-06	Variação (%)
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	86.621	56.174	54,2
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.284	60.455	(6,9)
Activos financeiros detidos para negociação	80.406	59.078	36,1
Activos financeiros disponíveis para venda	151.373	63.796	137,3
Aplicações em instituições de crédito	94.415	44.042	114,4
Crédito a clientes líquido	2.197.571	1.794.782	22,4
Activos não correntes detidos para venda	46.161	24.768	86,4
Outros activos tangíveis	58.303	54.722	6,5
Activos intangíveis	3.642	2.611	39,5
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	0	792	-
Activos por impostos correntes	3	1.271	(99,8)
Activos por impostos diferidos ^{a)}	2.064	6.286	(67,2)
Provisões técnicas de resseguro cedido	0	0	-
Outros activos	120.771	77.486	55,9
TOTAL DO ACTIVO	2.897.614	2.246.263	29,0
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	31.232	27.359	14,2
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	163.522	201.874	(19,0)
Recursos de outras instituições de crédito	132.326	133.415	(0,8)
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.030.863	1.679.613	20,9
Responsabilidades representadas por títulos	216	0	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	248.802	0	-
Provisões	1.969	233	745,1
Provisões técnicas	14.529	0	-
Passivos por impostos correntes	8.697	1.719	405,9
Passivos por impostos diferidos ^{a)}	1.081	1.877	(42,4)
Outros passivos subordinados	654	0	-
Outros passivos	45.110	44.354	1,7
TOTAL DO PASSIVO	2.679.001	2.090.444	28,2
Capital			
Capital	115.000	100.000	15,0
Prémios de emissão	15.000	0	-
Reservas de reavaliação	15.727	3.536	344,8
Outras reservas e resultados transitados	44.561	31.143	43,1
Resultado consolidado do exercício	25.608	21.140	21,1
Interesses minoritários	2.717	0	-
TOTAL DO CAPITAL	218.613	155.819	40,3
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	2.897.614	2.246.263	29,0

^{a)} apresentado de forma líquida de acordo com a IAS 12

O crescimento do activo consolidado está associado aos aumentos das rubricas crédito a clientes (líquido), em 22,4% (+402,8 milhões de euros), e activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, em 88,6% (+108,9 milhões de euros).

O financiamento do activo é essencialmente efectuado através dos recursos de clientes angariados que registaram um crescimento de 16,7% (+313,8 milhões de euros), enquanto que os recursos de outras instituições de crédito diminuíram 1,1 milhão de euros, com o seu peso no total do activo a passar de 5,9% para 4,6% em 2007.

O financiamento do activo foi também assegurado através da realização de uma operação de securitização de créditos a PME's, no montante de 250 milhões de euros, realizada em Junho de 2007.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., LDA.

Os Capitais próprios tiveram um reforço de 55,6 milhões de euros (+41,3%), face a 31 de Dezembro de 2006. Este acréscimo deve-se, essencialmente, ao aumento do capital social e ao prémio de emissão (30 milhões de euros), realizado no final do mês de Março de 2007, à incorporação do resultado de 2006 não distribuído e à valorização dos Activos financeiros disponíveis para venda.

Carteira de Crédito

A Carteira de crédito bruta registou um aumento de 418 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 22,7% face ao período homólogo.

A Carteira de crédito da participada Finicredito, vocacionada para o crédito ao consumo a particulares e a operações de locação financeira, representava 14,2% da carteira total do Grupo Finibanco.

A Carteira de crédito incorpora 250 milhões de euros de créditos a PME's, que foram objecto de uma operação de titularização de créditos realizada, como se disse, em Junho de 2007.

O Crédito vencido total e o vencido há mais de 90 dias (não totalmente provisionado), situaram-se em 1,9% (1,6% em 2006) e 1,5% (1,3% em 2006) do crédito total, respectivamente.

A cobertura por Provisões (específicas e gerais) do Crédito vencido há mais de 90 dias, não totalmente provisionado, ascendeu a 170,7% (182,3% em 2006).

O crédito em incumprimento e o crédito em incumprimento líquido, na definição estabelecida pelo Banco de Portugal, representavam 2,9% (2,6% em 2006) e 0,7% (0,3% em 2006) do crédito total.

Carteira de Títulos

No final do exercício, a carteira de títulos ascendia a 231,8 milhões de euros, composta por 80,4 milhões de euros de activos financeiros detidos para negociação e por 151,4 milhões de euros de activos disponíveis para venda.

O bom desempenho dos mercados financeiros e a melhoria da estrutura da área de negociação do Finibanco permitiram um crescimento da carteira de títulos em 88,6%, crescimento que proporcionou um contributo positivo para os resultados consolidados.

	mil euros		
ACTIVOS FINANCEIROS	31-12-2007	31-12-2006	Variação (%)
1. Detidos para negociação	80.406	59.078	36,1
...Obrigações de emissores públicos	1.347	0	-
...Outras obrigações	803	0	-
...Acções	28.902	27.769	4,1
...Unidades de participação	45.318	28.933	56,6
...Instrumentos de derivados com justo valor positivo	4.036	2.376	69,9
2. Disponíveis para venda	151.373	63.796	137,3
.Obrigações de emissores públicos	27.716	15.810	75,3
...Outras obrigações	1.908	971	96,5
...Acções	107.908	44.653	141,7
...Adquiridos no âmbito de operações de titularização	8.750	0	-
...Unidades de participação	5.090	2.361	115,6
Total	231.779	122.874	88,6

A carteira de títulos detidos para negociação é constituída por 28,9 milhões de euros de acções nacionais e estrangeiras, por 45,3 milhões de euros de unidades de participação e por 2,2 milhões de euros de obrigações. O reforço verificado nesta carteira de títulos deu-se essencialmente em unidades de participação, com um aumento de 16,4 milhões de euros.

A carteira de disponíveis para venda registou um acréscimo de 87,6 milhões de euros, justificado pelo aumento de 63,3 milhões de euros ocorrido na carteira de acções. Em 31 de Dezembro de 2007, as mais e menos valias potenciais da carteira de títulos disponíveis para venda, brutas de impostos diferidos, ascendiam a 27,6 milhões de euros e 6,1 milhões de euros, respectivamente. As referidas mais valias afectaram positivamente, em 45% do seu valor, o TIER II, tendo a totalidade das menos valias afectado negativamente o TIER I.

O restante investimento ocorrido em 2007 verificou-se em obrigações de emissores públicos, em 11,9 milhões de euros, e em 8,8 milhões de euros dos títulos associados à operação de securitização Aqua SME nº 1 Classe C.

Os títulos que compõem a carteira de acções estão cotados em Bolsa, sendo que a maioria deles integra os principais índices, assegurando-se assim um elevado nível de liquidez.

Recursos de Clientes

Os Recursos totais de clientes do Grupo Finibanco ascenderam a 2.779 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 16,7%.

	mil euros		Variação (%)
	31-12-2007	31-12-2006	
...Depósitos	2.014.245	1.670.783	20,6
...Obrigações colocadas em clientes	188.311	217.398	(13,4)
...Juros a pagar e outros ajustamentos	(7.301)	(6.695)	(9,0)
Recursos de clientes no balanço	2.195.256	1.881.487	16,7
Seguros de capitalização e PPR	14.523	0	-
Desintermediação ⁽¹⁾	568.842	499.485	13,9
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES	2.778.621	2.380.972	16,7

(1) Fundos de investimento e gestão de carteiras

Os Recursos de clientes no balanço (depósitos e obrigações colocadas em clientes), no montante de 2.195 milhões de euros, aumentaram 16,7%, face ao período homólogo.

Os Depósitos de clientes tiveram um incremento de 20,6% (343,5 milhões de euros) e os empréstimos obrigacionistas uma diminuição de 13,4%.

Os Depósitos de clientes particulares representam 65,7% do total e os de empresas 34,3%. Em 2007, verificou-se um reforço da captação de depósitos de particulares, privilegiando os depósitos de menor montante com o objectivo de obter uma maior diversificação dos recursos.

A Desintermediação registou um crescimento homólogo de 13,9%, correspondente a um aumento de 69,4 milhões de euros. A componente de fundos de investimento teve um crescimento de 9,3%, privilegiando os clientes os fundos de menor risco (mistos de obrigações e imobiliários). A gestão de carteiras teve um forte incremento em 2007, registando um acréscimo de 41,8%.

Tendo a companhia de seguros Finibanco Vida iniciado a sua actividade no exercício em análise, o montante dos seguros de capitalização são, ainda, pouco significativos, atingindo 14,5 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2007.

Activos Intangíveis e Outros Activos Tangíveis

Os activos intangíveis e outros activos tangíveis registaram um crescimento líquido de 4,6 milhões de euros, justificado pelo investimento na abertura de Balcões, na modernização dos equipamentos informáticos e na aquisição de novos “softwares” vocacionados para a informação de gestão e para a gestão do risco de crédito.

Os outros activos tangíveis líquidos situam-se em 58,3 milhões de euros, representando 2% do activo total. Os imóveis líquidos de amortizações representam 54,9% do total dos Outros activos tangíveis líquidos.



As amortizações acumuladas totais registaram um crescimento de 11,8%.

		mil euros		
ACTIVOS INTANGÍVEIS E OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	31-12-2007	31-12-2006		Variação (%)
1. Outros activos tangíveis	58.304	54.722		6,5
...Imóveis	60.501	56.174		7,7
...Equipamento informático	21.105	19.381		8,9
...Outros equipamentos	24.089	21.901		10,0
...Em curso	1.534	708		116,4
...Outros activos tangíveis	3.006	2.688		11,8
...Amortizações acumuladas	(51.931)	(46.131)		12,6
2. Intangíveis	3.642	2.611		39,5
....Sistemas de tratamento automático de dados	14.227	12.521		13,6
...Outros activos intangíveis	1.555	1.244		25,1
...Amortizações acumuladas	(12.141)	(11.153)		8,9
Total	61.945	57.333		8,0

Activos não Correntes Detidos para Venda

Os activos não correntes detidos para venda ascenderam a 46,2 milhões de euros, registando um aumento de 21,4 milhões de euros face a 2006. Este acréscimo é justificado essencialmente pela tomada de participação numa empresa, no montante de 22,5 milhões de euros, com o objectivo de venda no prazo de um ano.

O montante dos imóveis recebidos em dação diminuiu 3,3 milhões de euros.

Conta de Resultados

Produto Bancário

O Produto bancário cifrou-se em 177,2 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 29,2% face a 2006.

O Produto bancário registou um aumento de 40 milhões de euros, para o qual contribuíram positivamente as suas duas componentes, Margem financeira e Outros resultados correntes.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., LDA.

Demonstração de Resultados	31-12-2007	31-12-2006	mil euros	
			Variação Valor	%
Margem financeira	82.494	77.583	4.911	6,3
Outros resultados correntes	94.695	59.565	35.130	59,0
Comissões e outros proveitos líquidos	44.746	41.177	3.569	8,7
Resultados em operações financeiras	49.949	18.388	31.561	171,6
Produto bancário	177.189	137.148	40.041	29,2
Provisões e Imparidades líquidas ⁽¹⁾	36.867	22.899	13.968	61,0
Encargos de estrutura	100.900	88.296	12.604	14,3
Gastos administrativos	92.592	80.787	11.805	14,6
Amortizações	8.308	7.509	799	10,6
Resultados por equivalência patrimonial	(2.000)	(33)	(1.967)	(5960,6)
Resultado antes de impostos	37.422	25.920	11.502	44,4
Impostos sobre os lucros	11.814	4.780	7.034	147,2
Interesses minoritários	0	0	0	-
Lucro consolidado do exercício	25.608	21.140	4.468	21,1
Cash-flow antes de impostos	82.597	56.328	26.269	46,6

⁽¹⁾ Inclui as recuperações de créditos e juros abatidos ao activo

Margem Financeira

A Margem financeira contabilizou um acréscimo de 6,3% relativamente a 2006, ou seja, 4,9 milhões de euros.

As comissões associadas ao custo amortizado ascenderam a 2,7 milhões de euros e o rendimento de instrumentos de capital a 2,4 milhões de euros.

O acréscimo de investimento, ocorrido no exercício, nas carteiras de negociação e de disponíveis para venda, penalizou a Margem financeira, comparativamente ao exercício anterior, já que os custos de financiamento integram esta rubrica e os proveitos associados estão reportados em Resultados em operações financeiras. Este efeito traduziu-se numa redução de 7,2 milhões de euros na margem financeira. Descontando tal efeito, teríamos um acréscimo de 15,2%.

Em termos globais os “spreads” da desintermediação financeira registaram um reforço de 3 pontos base, em resultado do aumento do peso do crédito ao consumo no total da carteira.

Em 2007, a taxa média dos depósitos situava-se em 3,3%, correspondendo-lhe uma subida de 91 pontos base face a 2006, acompanhando parcialmente o ritmo de subida das taxas de juros do mercado.

O crédito a clientes registou uma taxa média de 7,5%, traduzindo-se num aumento de 94 pontos base.

Em 2007 foi realizada uma operação de securitização, no montante de 250 milhões de euros, que originou um impacto negativo, de 2 milhões de euros na Margem financeira, dado que os proveitos das obrigações Aqua SME nº 1 Classe C tiveram um diferencial de 3 meses face ao início e ao registo do custo de financiamento da operação.

Comissões e Outros Proveitos Líquidos

As comissões e outros proveitos ascenderam a 44,7 milhões de euros, traduzindo-se num crescimento de 8,7% (+3,6 milhões de euros). A taxa de crescimento foi negativamente influenciada pelo facto de as comissões de cobrança de créditos titularizados da Finicrédito se terem reduzido, em resultado da operação Aqua Finance nº 2 ter entrado em amortização acelerada.



mil euros			
Comissões e outros proveitos líquidos	31-12-2007	31-12-2006	Variação (%)
Área de retalho	37.201	34.419	8,1
...Associadas a crédito e garantias	14.563	12.320	18,2
...Serviços bancários	11.386	5.974	90,6
...Cartões e ATM's	5.384	4.335	24,2
...Securitização	6.414	10.620	(39,6)
...Outros	(545)	1.171	-
Área de investimento	7.545	6.757	11,7
...Comissões de fundos e patrimónios	6.887	5.788	19,0
...Corretagem	1.449	898	61,4
...Montagem empréstimos obrigacionistas	309	447	(30,8)
...Títulos	(1.100)	(375)	(193,1)
Total	44.746	41.177	8,7

A área de retalho foi responsável por 83,1% do total das comissões e a área da banca de investimento por 16,9%

As componentes que mais contribuíram para o aumento desta rubrica foram as comissões por serviços bancários (+90,6%), de cartões (+24,2%) e os proveitos associadas a crédito e garantias (+18,2%).

Com a expansão da rede de distribuição e o alargamento da base de clientes, os proveitos associados a cartões têm vindo a aumentar o seu peso relativo nesta rubrica, passando a representar 12% no total das comissões e outros proveitos líquidos.

As comissões relativas aos fundos de investimento tiveram um aumento de 19%, valor que supera o ocorrido na desintermediação (13,9%).

O bom desempenho dos mercados bolsistas e o alargamento da base clientes com perfil para este tipo de investimentos, reflectiu-se no aumento de 61,4% das comissões de corretagem, atingindo 1,5 milhões de euros.

Na sequência do aumento da carteira própria, as comissões líquidas associadas a títulos registaram uma diminuição de 0,7 milhões de euros, face ao ano anterior.

A actividade seguradora, cujo início de exercício ocorreu em 2007, teve um contributo líquido para o resultado de 0,9 milhões de euros de prémios de seguros.

Resultados em Operações Financeiras

Os Resultados em operações financeiras, face à conjuntura favorável dos mercados, tiveram um excelente desempenho, crescendo 171,6%.

Os Resultados em operações financeiras referem-se a ganhos na carteira de acções e à avaliação, ao justo valor, dos produtos estruturados.

Custos de Estrutura

Os Custos de estrutura aumentaram 14,3%, relativamente a 2006, influenciados pela expansão da rede de distribuição e pela criação da Finibanco Vida.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., LDA.

	31-12-2007	31-12-2006	Varição (%)
Nº de balcões	150	127	18,1
Nº de colaboradores	1.520	1.310	16,0

A abertura de 23 novos Balcões do Finibanco e de 2 novas delegações da Finicrédito e bem assim a preparação de outros cuja abertura ocorreu no início de 2008, exigiu um reforço do quadro de pessoal com 210 novos colaboradores, a realização de investimentos adicionais em imobilizado e o recurso a fornecimentos e serviços externos, justificando parcialmente o acréscimo verificado nos custos de estrutura.

	mil euros		Varição (%)
Encargos de estrutura	31-12-2007	31-12-2006	
Custos com o pessoal	57.183	50.298	13,7
Gastos Administrativos	35.410	30.489	16,1
Amortizações	8.308	7.509	10,6
Total dos custos de estrutura	100.900	88.296	14,3
Produto bancário	177.189	137.148	29,2
Resultados por equivalência patrimonial	(2.000)	(33)	(5960,6)
Rácio de eficiência	57,6%	64,4%	(6,8 pp)

O rácio de eficiência, de acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal (inclui os Resultados por equivalência patrimonial no Produto bancário) melhorou 6,8 pontos percentuais, situando-se em 57,6%, beneficiando do comportamento muito positivo do produto bancário (+29,2%).

Custo com o Pessoal

Os custos com o pessoal tiveram um crescimento de 13,7% face a 2006, justificado em parte pelo referido reforço do pessoal para os Balcões abertos em 2007 e para os que estão em preparação para abrir em 2008.

O rácio “número de empregados/ número de Balcões” registou uma diminuição relativamente a 2007, passando de 10,32 para 10,13 funcionários, traduzindo-se num aumento de produtividade.

No mesmo sentido, o custo médio por funcionário também diminuiu face ao período homólogo, mesmo incorporando a actualização da tabela salarial e as promoções obrigatórias efectuadas ao abrigo do ACTV do Sector Bancário.

Os custos com o pessoal representam 56,7% do total dos custos de estrutura. Os custos associados ao fundo de pensões e outros benefícios pós-emprego (SAMS e subsídios por morte) situaram-se em 6,8 milhões de euros e correspondiam a 11,9% do total dos custos com o pessoal.

Gastos Administrativos

Os custos com os fornecimentos e serviços externos aumentaram 4,9 milhões euros, correspondendo-lhe um crescimento de 16,1%.

Para este aumento contribuíram essencialmente as campanhas publicitárias, o acordo de “outsourcing” efectuado com a IBM para a área de informática, a expansão da rede de distribuição e os custos associados aos cartões.

O acordo de “outsourcing” com a IBM para a área de informática, teve um impacto nos gastos administrativos de 1,3 milhões de euros, embora com redução noutras rubricas. Este agravamento não foi totalmente compensado nos custos com o pessoal em 2007, por terem sido pagas indemnizações na sequência da transferência de colaboradores para a IBM.

Os custos directamente associados aos 23 Balcões abertos em 2007 cifraram-se em 0,9 milhões de euros e correspondem a 17,5% do acréscimo dos custos nesta rubrica. Os restantes Balcões registaram um crescimento de 9,2% (0,8 milhões de euros), influenciados ainda pelos Balcões abertos em 2006, cujos meses de actividade em 2007 excederam os meses de actividade do ano anterior.

A componente “rendas e alugueres” é a que apresenta maior peso (19,9%) no total dos gastos administrativos, dado que a maioria das instalações dos Balcões do Finibanco são arrendadas.

Os custos associados à rede ATM sofreram um agravamento no montante de 578 mil euros, para o que concorreu a alteração no tarifário da SIBS ocorrida em meados de 2006.

Em termos de campanhas publicitárias, o Grupo Finibanco realizou investimentos no montante de 2,2 milhões de euros, a que corresponde um acréscimo de 23,5% face ao exercício anterior. As campanhas publicitárias que foram realizadas através da rádio ao longo do ano tiveram um objectivo institucional, mas foram direccionadas para os produtos crédito habitação, crédito pessoal e fundos de investimentos. Num período de expansão da rede de distribuição, esta componente tem vindo a aumentar o seu peso na estrutura de custos, situando-se agora em 6,2%.

Amortizações

As amortizações tiveram um aumento de 0,8 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 10,6% face a 2006.

mil euros			
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	31-12-2007	31-12-2006	Variação (%)
1. Outros activos tangíveis	7.143	6.683	6,9
...Imóveis	2.322	2.301	0,9
...Equipamento	4.596	4.065	13,1
...Outros	225	318	(29,1)
2. Intangíveis	1.164	826	41,0
Total	8.308	7.509	10,6

As amortizações para activos intangíveis registaram um crescimento de 41%, que corresponde aos investimentos realizados em novos aplicativos informáticos, a amortizar em 3 anos.

As amortizações para equipamento representam 55,3% do total da rubrica e registaram um acréscimo de 13,1% no ano. Este acréscimo é justificado pela preparação de novos Balcões e pelo investimento na modernização dos equipamentos informáticos.

Provisões e Imparidades Líquidas

As Provisões e imparidades líquidas apresentam um aumento de 14 milhões de euros. Esta rubrica inclui as recuperações dos créditos abatidos ao activo, que ascenderam a 7,2 milhões de euros (5,5 milhões de euros em 2006), recuperações que tiveram um comportamento positivo no ano, no seguimento de uma maior agressividade na actuação por parte dos serviços de recuperação do Grupo Finibanco.

O custo do risco de crédito, deduzido das recuperações de créditos e dos juros abatidos ao activo situou-se nos 132 pontos base. Este risco reflecte o segmento de mercado do Grupo do Finibanco, (particulares e micro empresas), cujo risco é mais elevado, mas compensado pela Margem financeira acrescida obtida neste tipo de crédito.

Resultados por Equivalência Patrimonial

Em 2007, o resultado obtido pelas subsidiárias foi negativo em 2 milhões de euros e refere-se à parte atribuída ao Grupo Finibanco pela sua participação na Prio, SGPS. A empresa realizou elevados investimentos no Leste da Europa, na área das energias renováveis, cujo retorno só será obtido nos próximos exercícios.

Interesses Minoritários

Os interesses minoritários são nulos. Em 2007 foi constituído o Finibanco Angola, SA, em que a participação do Grupo Finibanco é de 60%, mas o arranque da actividade só está prevista para o início do segundo trimestre de 2008.

Fundos Próprios e Requisitos De Fundos Próprios

Em 31 de Dezembro de 2007, o rácio de solvabilidade situava-se em 10% e o Core Tier I em 6,6%, de acordo com as regras do Banco de Portugal.

	mil euros		
Fundos próprios e requisitos de fundos próprios	31-12-2007	31-12-2006	Variação (%)
Fundos Próprios Elegíveis	257.631	174.235	47,9
...De base	169.677	116.607	45,5
...Complementares	101.224	60.399	67,6
...Deduções	(13.271)	(2.771)	(378,8)
Requisitos de fundos próprios	207.086	166.586	24,3
Core Tier I	6,6%	5,6%	1,0 pp
Tier II	3,4%	2,8%	0,6 pp
Rácio de solvabilidade	10,0%	8,4%	1,6 pp

Os fundos próprios de base tiveram um acréscimo de 45,5%, correspondendo a um aumento de 53,1 milhões de euros. Para este acréscimo contribuiu, essencialmente, o aumento de capital e o prémio de emissão, no montante de 30 milhões de euros, e a incorporação dos resultados não distribuídos de 2006.

O efeito do acréscimo dos fundos próprios de base no TIER I foi de 2,5 pontos percentuais face a 2006 e o aumento dos requisitos de fundos próprios representava uma diminuição de 1,5 pontos percentuais.

As deduções aos fundos próprios incorporam a participação na seguradora, no montante de 7,5 milhões de euros.

Os requisitos de fundos próprios registaram um acréscimo de 24,3%, em resultado do aumento da actividade.

Indicadores de Referência do Banco de Portugal

O quadro abaixo integra os indicadores de referência, de acordo com a Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal.

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL	31-12-2007	31-12-2006
1. Solvabilidade		
Rácio de adequação de fundos próprios	10,0%	8,4%
Rácio de adequação de fundos próprios de base	6,6%	5,6%
2. Qualidade do Crédito		
Crédito com incumprimento ^(a) / Crédito total	2,9%	2,6%
Crédito com incumprimento, líquido ^(b) / Crédito total, líquido ^(b)	0,7%	0,3%
3. Rentabilidade		
Resultados antes de impostos / Activo líquido médio	1,5%	1,2%
Produto bancário ^(c) / Activo líquido médio	6,8%	6,4%
Resultados antes de impostos / Capitais próprios líquido médio	22,0%	19,9%
4. Eficiência		
Custos de funcionamento ^(c) + amortizações / Produto bancário ^(c)	57,6%	64,4%
Custos com o pessoal + amortizações / Produto bancário ^(c)	32,6%	36,7%

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal

(b) Crédito líquido de provisões para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa

(c) De acordo com a definição constante da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal (deduzidas as Recuperações de crédito e juros abatidos ao activo)

Finibanco-Holding, SGPS S.A.

Balanço

O Activo líquido do Finibanco-Holding atingiu 292,7 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 63,4% face ao período homólogo.

No final do exercício o Finibanco-Holding, SGPS S.A. detinha 70,8 milhões de euros em Activos financeiros disponíveis para venda, consubstanciados numa carteira de acções de 65,8 milhões de euros e em 5 milhões de euros de obrigações.

Os títulos que compõem a carteira de acções estão cotados em bolsas, integrando a maioria deles os principais índices, estando assim assegurado um elevado nível de liquidez.

A rubrica Investimentos em Filiais e Associadas (líquida de imparidade), no montante de 172,7 milhões de euros, registou um crescimento de 28 milhões de euros, que corresponde ao reforço de capital feito nas Participadas, no montante de 16 milhões de euros, e à constituição de três novas sociedades, a Finibanco Vida, SA (7,5 milhões de euros), o Finibanco Angola, SA (4,4 milhões de euros) e a Fini International Luxembourg, SA (32 mil euros).

Os Activos tangíveis, com 13,1 milhões de euros, registaram uma diminuição de 244 mil euros face ao ano anterior, montante que se refere às amortizações do exercício.

Os Outros activos situam-se em 18,5 milhões de euros, dos quais 16,4 milhões de euros são suprimentos e prestações suplementares feitos às empresas filiais e associadas.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., LDA.

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito, no montante de 79,1 milhões de euros, reflecte o financiamento parcial dos investimentos efectuados.

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante de 47,4 milhões de euros registado na rubrica Responsabilidades representadas por títulos, assegurava 16,2% do financiamento do activo líquido.

Os Capitais próprios apresentam um crescimento de 31,3 milhões de euros, face ao período homólogo. Este acréscimo deve-se, essencialmente, ao aumento do capital social e ao prémio de emissão (30 milhões de euros), que lhe corresponde, realizado no final do mês de Março de 2007 e ainda ao Resultado do exercício de 2006 (10,6 milhões de euros) deduzido do pagamento de dividendos (7,5 milhões de euros). No final do exercício, os Capitais próprios situavam-se em 149,8 milhões de euros.

O Resultado líquido do exercício ascendeu a 14,9 milhões de euros.

Conta de Resultados

O Produto bancário, no montante de 15,6 milhões de euros, aumentou 4,9 milhões de euros face a 2006.

Demonstração de Resultados	31-12-2007	31-12-2006	mil euros	
			Varição Valor	%
Margem financeira	14.233	9.982	4.251	42,6
Outros resultados correntes	1.323	691	632	91,5
Comissões e outros proveitos líquidos	1.156	687	469	68,3
Resultados em operações financeiras	167	4	163	4075,0
Produto bancário	15.556	10.673	4.883	45,8
Provisões e imparidades líquidas	23	(555)	578	-
Encargos de estrutura	496	580	(84)	(14,5)
Gastos administrativos	252	221	31	14,0
Amortizações	244	359	(115)	(32,0)
Resultado antes de impostos	15.037	10.648	4.389	41,2
Impostos sobre os lucros	142	98	44	44,9
Interesses minoritários	0	0	0	-
Resultado do exercício	14.895	10.550	4.345	41,2
Cash-flow antes de impostos	15.304	10.452	4.852	46,4

A Margem financeira situou-se em 14,2 milhões de euros, incluindo esta rubrica os dividendos das filiais (16,6 milhões de euros) que registaram um acréscimo de 5,6 milhões de euros. Relativamente a 2006, a Margem financeira foi afectada pelo financiamento do investimento realizado (70 milhões de euros) na carteira de títulos disponíveis para venda e pelo agravamento verificado nas taxas de juro.

Os Outros resultados correntes contribuíram positivamente para o Produto bancário, com 1,3 milhões de euros. As Comissões e outros proveitos líquidos ascenderam a 1,2 milhões de euros (+68,3% face a 2006) e incluem a mais valia obtida (0,7 milhões de euros) na venda de Associada (M. Wind SGPS), cuja constituição havia ocorrido no período em análise.

Os Encargos de estrutura registaram uma diminuição de 84 mil euros (-14,5%), situando-se em 496 mil euros.

O Resultado antes de impostos, no montante de 15 milhões de euros, aumentou 4,4 milhões de euros.

O "Cash-Flow", antes de impostos, foi de 15,3 milhões de euros e o Resultado líquido do exercício de 14,9 milhões de euros, correspondendo-lhes, respectivamente, um acréscimo de 41,2% e 46,4%, face ao exercício anterior.

Participadas

Finibanco, SA

O Activo líquido do Finibanco, SA ascendeu a 2.835 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 29,5% (+645,6 milhões de euros) relativamente ao exercício anterior.

O crescimento do Activo está associado aos aumentos verificados na carteira de crédito bruta, em 23,3% (+389,7 milhões de euros) e às aplicações em Instituições de crédito em 80,6% (+147,3 milhões de euros).

A Carteira de crédito incorpora 250 milhões de euros de créditos a PME's que foram objecto de uma operação de titularização de créditos, realizada em Junho de 2007.

O Crédito vencido total e o vencido há mais de 90 dias (não totalmente provisionado), situaram-se em 1,8% (1,4% em 2006) e 1,5% (1,1% em 2006) do crédito total, respectivamente.

A cobertura por Provisões (específicas e gerais) do Crédito vencido há mais de 90 dias, não totalmente provisionado, ascendeu a 106,2% (135,5% em 2006).

O crédito em incumprimento e o crédito em incumprimento líquido, na definição estabelecida pelo Banco de Portugal, representavam, respectivamente, 2,3% (2,1% em 2006) e 1,8% (1,2% em 2006) do crédito total.

A rubrica Aplicações em instituições de crédito registou um aumento de 147,3 milhões de euros, dos quais 94,6 milhões de euros relativos à Finicredito (empresa filial do Grupo Finibanco). Esta rubrica também incorpora as aplicações associadas a "swaps" de taxa de juro e "equity swaps" e ainda as aplicações de muito curto prazo em IC's no estrangeiro.

No final do exercício, a Carteira de títulos situava-se em 149,9 milhões de euros, dos quais 73,2 milhões em Activos financeiros disponíveis para venda e 76,7 milhões de euros Activos financeiros detidos para negociação.

A Carteira de títulos cresceu 30,7% (+35,2 milhões de euros) e contribuiu positivamente para os resultados de 2007.

Os títulos que compõem a carteira de acções estão cotados em Bolsa, sendo que a maioria deles integra os principais índices, assegurando-se assim um elevado nível de liquidez.

Os activos intangíveis e outros activos tangíveis registaram um crescimento líquido de 4,1 milhões de euros (11,2%), justificado pelo investimento na preparação de novos Balcões, na modernização dos equipamentos informáticos e na aquisição de novos "softwares" vocacionados para a informação de gestão e para a gestão do risco de crédito.

Os Outros activos tangíveis líquidos situam-se em 38,3 milhões de euros, representando 1,4% do activo total. Os imóveis líquidos de amortizações representam 57,1% do total dos Outros activos tangíveis líquidos.

As amortizações acumuladas totais registaram um crescimento de 12,1%, totalizando 6 milhões de euros.

Os Activos não correntes detidos para venda ascenderam a 43 milhões de euros, registando um aumento de 21,3 milhões de euros face a 2006. Este acréscimo é justificado essencialmente pela tomada de participação numa empresa, no montante de 22,5 milhões de euros, com o objectivo de venda no prazo de um ano.

O montante dos imóveis recebidos em dação de pagamento diminuiu 3,4 milhões de euros.

O financiamento do activo é essencialmente efectuado através dos recursos de clientes que registaram um crescimento de 18,3% (+343,3 milhões de euros), enquanto que os recursos de outras instituições de crédito diminuíram 9,6 milhões de euros, com o seu peso no total do activo a passar de 5,5% para 3,9% em 2007.

O financiamento do activo foi também assegurado através da realização de uma operação de securitização de créditos a PME's, no montante de 250 milhões de euros, realizada em Junho de 2007.

O total dos Recursos de clientes ascendeu a 2.778 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 17,4%.

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., LDA.

Os Recursos de clientes no balanço (não considerando juros a pagar e outros ajustamentos), no montante de 2.224 milhões de euros, aumentaram 18,2%, face ao período homólogo.

Os Depósitos de clientes tiveram um incremento de 21,7% (366,3 milhões de euros) e os empréstimos obrigacionistas uma diminuição de 12,2%.

Os Depósitos de clientes particulares representam 64,5% do total e os de empresas 35,5%. Em 2007, verificou-se um reforço da captação de depósitos a particulares privilegiando os depósitos de menor montante com o objectivo de obter uma maior diversificação dos recursos.

Por força das condições dos mercados financeiros verificadas em 2007, foram emitidos 3 novos empréstimos, no montante de 118 milhões de euros, e amortizados 8 no montante de 146,8 milhões de euros.

Os Capitais próprios tiveram um reforço de 31,4 milhões de euros (+28,1%), face a 31 de Dezembro de 2006, acréscimo que se deve, essencialmente, ao aumento do capital social (16 milhões de euros) realizado no final do mês de Março de 2007, à incorporação do resultado de 2006 não distribuído, à valorização dos Activos financeiros disponíveis para venda (14,4 milhões de euros) e à redução de 4,2 milhões de euros registados em Resultados transitados, relativos à aplicação do regime transitório previsto no Aviso 12/2001, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Aviso 12/2005, em matéria de Fundo de Pensões.

O Produto bancário cifrou-se em 139,6 milhões de euros, correspondendo-lhe um acréscimo de 32,6% face a 2006.

O Produto bancário registou um aumento de 34,4 milhões de euros, para o qual contribuíram positivamente os Outros resultados correntes (38,7 milhões de euros).

A Margem financeira decresceu 6,1% relativamente a 2006 (4,3 milhões de euros).

As comissões associadas ao custo amortizado ascenderam a 6,5 milhões de euros e o rendimento de instrumentos de capital a 2,4 milhões de euros.

O acréscimo de investimento, ocorrido no exercício, nas carteiras de negociação e de disponíveis para venda, penalizou a Margem financeira, comparativamente ao exercício anterior, já que os custos de financiamento integram esta rubrica e os proveitos associados estão reportados em Resultados em operações financeiras. Este efeito influenciou negativamente a margem financeira em 4,7 milhões de euros.

Em termos globais os “spreads” da desintermediação financeira registaram uma redução de 28 pontos base, em consequência da aplicação de uma política de maior selectividade dos riscos, privilegiando operações com “rating” superior. Esta redução foi compensada pelo efeito de volume, em cerca de 7,5 milhões de euros.

Em 2007, a taxa média dos depósitos situava-se em 3,3%, correspondendo-lhe uma subida de 88 pontos base face a 2006, acompanhando parcialmente o ritmo de subida das taxas de juros do mercado, ocorrida no exercício. Em resultado da forte concorrência que se regista no mercado nacional esta subida só em parte foi repercutida no preço do crédito.

A taxa média do crédito a clientes foi de 7,1%, traduzindo um aumento de 60 pontos base.

Em 2007 foi realizada uma operação de securitização, no montante de 250 milhões de euros, que originou um impacto negativo de 2 milhões de euros na Margem financeira, dado que os proveitos das obrigações Aqua SME nº 1 Classe C tiveram um diferencial de 3 meses face ao início e ao registo do custo de financiamento da operação.

Em termos contabilísticos a operação de securitização Aqua SME traduziu-se numa diminuição de proveitos (juros dos créditos cedidos) no montante de 10,7 milhões de euros, compensada em parte pela redução do custo de “funding”, em cerca de 6,7 milhões de euros, e pela remuneração dos títulos associados (1,6 milhões de euros).

As Comissões e outros proveitos ascenderam a 24 milhões de euros, traduzindo um ligeiro aumento no ano (+0,8%).

A área de retalho foi responsável por 95,4% do total das comissões e a área da banca de investimento por 4,6%.

Face a 2006 as Comissões e outros proveitos líquidos sofreram impactos negativos decorrentes:

- Da diminuição nos ganhos realizados em activos não correntes detidos para venda (-2,2 milhões de euros);
- Do acréscimo dos custos de transacção dos títulos (+0,7 milhões de euros), associados ao aumento verificado na respectiva carteira;
- Da diminuição das comissões de depositário (-1,1 milhões de euros).

As componentes cujos acréscimos contribuíram para compensar estas diminuições foram as comissões associadas a serviços bancários (+31,7%), de cartões (24,2%) e os proveitos associados a crédito e garantias (+18,2%). Estas três componentes, associadas à área de retalho, registaram um aumento de comissões de 4,3 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 21,7%.

Com a expansão da rede de distribuição e o alargamento da base de clientes, os proveitos associados aos cartões têm vindo a aumentar o seu peso relativo nesta rubrica, passando a representar 22,4% no total das comissões e outros proveitos líquidos.

O bom desempenho dos mercados bolsistas e o alargamento da base de clientes com perfil para este tipo de investimentos, reflectiu-se no aumento de 61,4% das comissões de corretagem, atingindo 1,5 milhões de euros.

Os Resultados em operações financeiras, face à conjuntura favorável dos mercados, tiveram um excelente desempenho, crescendo 372,4%.

A carteira de Títulos disponíveis para venda registou resultados de 22 milhões de euros.

Os resultados da carteira de negociação (títulos, “swaps” de taxa de juro, “equity swaps” e outros derivados) registaram um acréscimo de 16,8 milhões de euros.

Os custos associados ao financiamento destas carteiras e os custos de transacção estão incluídos, respectivamente, na Margem financeira e em Comissões.

Os Custos de estrutura aumentaram 14,5%, relativamente a 2006, influenciados pelo acréscimo de actividade e pela expansão da rede de distribuição.

A abertura de 23 Balcões, e bem assim a preparação de outros que abriram ou estão em vias de abertura no início de 2008, exigiu um reforço de 181 novos colaboradores, a realização de investimentos adicionais em imobilizado e o recurso a fornecimentos e serviços externos, justificando parcialmente o acréscimo verificado nos custos de estrutura.

O Rácio de eficiência melhorou 9,6 pontos percentuais, situando-se em 60,7%, beneficiando do comportamento positivo do Produto bancário, que aumentou 32,6%.

Os Custos com o pessoal tiveram um crescimento de 13,2% face a 2006, justificado em parte pelo referido reforço do pessoal para os Balcões abertos em 2007 e para os que estão em preparação para abrir em 2008.

O número médio de funcionários por Balcão registou uma diminuição relativamente a 2006, passando de 8,81 para 8,67 funcionários, traduzindo-se num aumento de produtividade.

No mesmo sentido, o custo médio por funcionário também registou uma diminuição face ao período homólogo, mesmo incorporando a actualização da tabela salarial e as promoções obrigatórias, efectuado ao abrigo do ACTV (Acordo Colectivo de Trabalho).

As remunerações variáveis registaram um acréscimo de 30,4% face ano anterior, na sequência da nova política de incentivos.

Os Custos com o pessoal representam 57,5% do total dos custos de estrutura. Os custos associados ao fundo de pensões e outros benefícios pós-emprego (SAMS e subsídios por morte) situaram-se em 5,7 milhões de euros e correspondiam a 11,8% do total dos custos com o pessoal.

Os custos com os fornecimentos e serviços externos aumentaram 4,6 milhões euros (+18,6%).

Para este aumento contribuíram essencialmente as campanhas publicitárias, o acordo de “outsourcing” com a IBM para a área de informática, a expansão da rede de distribuição e os custos associados aos cartões.

Os custos directamente associados aos 23 Balcões abertos em 2007 cifram-se em 0,9 milhões de euros e correspondem a 19,8% do acréscimo dos custos nesta rubrica. Os restantes Balcões registaram um crescimento de 9,2% (0,8 milhões de euros), influenciados ainda pelos Balcões abertos em 2006, cujos meses de actividade em 2007 excederam os meses de actividade no ano anterior.

A componente “rendas e alugueres” é a que apresenta maior peso no total dos gastos administrativos, em 26,1%, dado que a maioria das instalações dos Balcões do Finibanco são arrendadas.

Os custos associados à rede ATM sofreram um agravamento de 578 mil euros para o que concorreu a alteração de tarifário da SIBS verificada em meados de 2006.

Em 2007 o Finibanco realizou um acordo de “outsourcing” com a IBM para a área de informática, com um impacto nos gastos administrativos de 1,3 milhões de euros. Este agravamento não foi totalmente compensado nos custos com o pessoal, por terem sido pagas indemnizações aos colaboradores que foram transferidos para aquela entidade.

Em termos de campanhas publicitárias, o Finibanco realizou investimentos no montante de 2,2 milhões de euros, a que corresponde um acréscimo de 23,5% face ao exercício anterior. As campanhas publicitárias foram realizadas através da rádio ao longo do ano, tiveram um objectivo institucional, mas foram direccionadas para os produtos crédito habitação, crédito pessoal e fundos de investimentos. Num período de expansão da rede de distribuição, esta componente tem vindo a aumentar o seu peso na estrutura de custos, situando-se agora em 7,6%.

As amortizações tiveram um aumento de 0,5 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 7,9% face a 2006.

As amortizações para activos intangíveis registaram um crescimento de 11,1%, que corresponde aos investimentos realizados em novos aplicativos informáticos, cuja amortização é realizada em 3 anos.

As amortizações para equipamento representam 57,9% do total da rubrica e registaram um acréscimo de 7,4% no ano. Este acréscimo é justificado pela preparação de novos Balcões e pelo investimento na modernização dos equipamentos informáticos.

As Provisões e imparidades líquidas apresentam um aumento de 7,8 milhões de euros. Esta rubrica considera as recuperações dos créditos e juros abatidos ao activo, que ascenderam a 3 milhões de euros.

As Provisões específicas para Crédito a clientes, líquido de reposições, anulações e recuperações, ascenderam a 13,8 milhões de euros (-17,6% face a 2006).

O custo do risco de crédito (que inclui a dedução das recuperações de créditos e juros abatidos ao activo) situou-se em 77 pontos base reflectindo o segmento de mercado onde o Finibanco opera (particulares e micro empresas), cujo o risco, sendo mais elevado, é compensado pela margem financeira acrescida.

Em 31 de Dezembro de 2007, o rácio de solvabilidade situava-se em 8,1% e o Core Tier I em 5,1%, de acordo com as regras do Banco de Portugal.

Os Fundos próprios de base tiveram um acréscimo de 15,1%, correspondendo a um aumento de 15,6 milhões de euros. Para este acréscimo contribuiu, essencialmente, o aumento de capital no montante de 16 milhões de euros e a incorporação dos resultados não distribuídos de 2006.

Os requisitos de Fundos próprios registaram um acréscimo de 22,4%, em resultado do aumento da actividade.

O Resultado líquido foi de 21,3 milhões de euros, traduzindo-se num crescimento de 107,9% (+11 milhões de euros) face a 2006. A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 15,8%.

Finibanco Angola, SA

O Finibanco Angola foi constituído por escritura pública em 4 de Setembro de 2007, em parceria com diversas entidades predominantemente locais, com o capital social de 740 milhões de kwanzas, 60% do qual detido pelo Finibanco-Holding.

Encontra-se em fase de instalação e de testes de equipamento informático, prevendo-se o início da sua actividade na primeira quinzena de Abril de 2008.

No mercado de Angola constituir-se-á como Banco universal, com actuação comercial de proximidade com vista ao conhecimento pessoal e à satisfação integral das necessidades financeiras dos seus clientes.

A composição do quadro de pessoal do Finibanco Angola está concluída, dele fazendo parte um número de elementos de nacionalidade angolana e maioritariamente de formação superior, indispensáveis ao início da sua actividade.

Decorrem, simultaneamente, em Portugal e em Angola, acções de formação com vista à conveniente preparação do quadro de pessoal para garantir, à partida, a prestação de serviços de qualidade que o Grupo disponibiliza aos seus clientes.

Finicrédito-Instituição Financeira de Crédito, SA

A manutenção de débeis condições de funcionamento do mercado de crédito ao consumo, agravadas por factores de instabilidade financeira internacional, geradores de falta de confiança dos investidores e das consequentes restrições impostas à concessão de crédito, e ainda a política de abandono de franjas de maior risco, que foi seguida, através da melhor selecção de parceiros comerciais, trouxeram como consequência a regressão do volume de negócios da Finicrédito em 7,7% relativamente ao do exercício de 2006, situando-se este em 173,6 milhões de euros.

Por produto, a estrutura de negócios manteve-se idêntica à observada em 2006, o que significa que o segmento auto (crédito, leasing e ALD) continuou a deter a quota maioritária de 84,5% e o crédito lar e crédito pessoal, com quotas de 9,5% e 6%, respectivamente, registando posições semelhantes às do exercício anterior.

A nível de organização e estrutura, reformulou-se a plataforma informática e organizativa em que a empresa se apoia, de modo a ajustá-las aos objectivos estratégicos de médio/longo prazo que se perspectivam no seu horizonte.

Nestes termos, estruturaram-se alguns serviços, criaram-se outros, reforçou-se o quadro de pessoal do Departamento Informático, com a admissão de novos elementos potencialmente capazes de desenvolver as competências deste serviço, e autonomizaram-se os Departamentos de Controlo de Riscos e de Normas e Procedimentos, pela importância que estas áreas assumem na actual estrutura de funcionamento da Finicrédito.

Ainda nesta matéria, procedeu-se à substituição da plataforma informática, em uso desde o início da actividade da empresa, por outra que melhor corresponda às suas necessidades, tarefa que constituiu trabalho árduo e requereu o envolvimento da totalidade dos colaboradores durante quase todo o exercício.

A rede de distribuição da Finicrédito foi reforçada, internamente, com a abertura das Delegações da Covilhã e de Évora, para aproximar a Finicrédito dos seus parceiros comerciais, fixando-se em doze o número de Delegações domésticas.

No âmbito do processo de internacionalização da actividade e concluídos que foram os formalismos impostos pelos órgãos de supervisão de Portugal e da Roménia, procedeu-se no dia 8 de Fevereiro de 2008 à apresentação pública da Sucursal neste país e iniciou-se o processo de recrutamento de pessoal para o arranque da Sucursal a abrir em Bucareste.

A nível de recursos humanos, merecem referência especial os seguintes factos:

- Impulsionou-se a sua formação e requalificação, quer através de acções externas direccionadas, quer de múltiplas iniciativas internas;
- Constituiu-se uma equipa alargada de formadores internos, devidamente credenciados, por forma a criar competências para dar satisfação às necessidades de formação;

- Procedeu-se ao ajustamento da ferramenta de avaliação de desempenho e incentivos à performance, adequando-a à realidade estrutural da empresa e às novas necessidades dos serviços;

Concretizaram-se algumas iniciativas direccionadas para o aperfeiçoamento dos aspectos comunicacionais dentro da Organização, procedendo-se à elaboração de um diagnóstico sobre esta matéria, cujas conclusões apontaram para a necessidade de manutenção de algum investimento na melhoria da comunicação interna.

Em matéria de recursos, o financiamento da actividade da sociedade foi feito exclusivamente através do endividamento bancário.

O facto de ter terminado o período de “revolving” da operação de titularização “Aqua2” em Julho de 2006, e de não se ter efectuado nova operação de cedência de activos, provocou um crescimento significativo na carteira de crédito, bem como a necessidade de financiamento bancário.

No final do ano, por questões relacionadas com a evolução dos mercados financeiros, foi dada a oportunidade aos subscritores de obrigações de substituir as subordinadas “Finicrédito Juro Crescente 05/13” por outro empréstimo denominado “Finicrédito 07/17”, com melhores condições de remuneração. Tratando-se de produtos financeiros estruturados, desta substituição não resultou qualquer aumento dos custos financeiros para a Finicrédito, resultando apenas que cerca de 90% das obrigações foram objecto de substituição pela nova emissão.

No que toca à situação económica e financeira há a referir os seguintes factos:

- O activo líquido registou um crescimento de 44%, tendo atingido a cifra de 338 milhões de euros, sendo que cerca de 91% desse montante corresponde à rubrica de crédito concedido a clientes;
- Continuou a manter-se uma política de constituição de provisões adequada ao volume de crédito em mora, de acordo com critérios prudenciais conservadores. No final do ano, as provisões constituídas, quando comparadas com o montante de crédito vencido com mais de três meses, permitiram um rácio de cobertura de 284%;
- O passivo é constituído, em cerca de 91%, por dívidas de financiamento da actividade, no montante de 274 milhões de euros;
- Os fundos próprios da sociedade sofreram, durante o ano, uma redução de 366 milhares de euros, por força da aplicação das novas normas contabilísticas. Dado que os resultados obtidos em 2006 foram aplicados nos impactos inerentes à alteração da política contabilística, os capitais próprios observaram um crescimento de 1,1 milhões de euros, situando-se em 34,6 milhões de euros;
- Considerando o valor ponderado dos activos da sociedade, bem como os fundos próprios existentes, obteve-se um rácio de solvabilidade de 14,6%;
- A evolução da carteira de crédito própria induziu um crescimento da margem financeira de cerca de 6,0 milhões de euros, ou seja, mais 52,4 % do que o registado em 2006;
- Os resultados não financeiros observaram também um crescimento de 2,9 milhões de euros, correspondente a 19,0%, quando comparado com o período homólogo. De realçar que o crescimento verificado nos resultados não financeiros teve de acomodar um impacto negativo de 4,3 milhões de euros, verificado nas comissões de gestão da carteira de crédito titularizada;
- O produto bancário cresceu cerca de 33,5%, atingindo o montante de 35,4 milhões de euros. O crescimento que se verificou no crédito concedido, conjugado com o fim do período de “revolving” da operação de titularização, alterou substancialmente a estrutura de custos e proveitos;
- Os encargos de estrutura, correspondentes a 37,4% do produto bancário, registaram um acréscimo de 3,8% em relação ao ano de 2006 e incluem os custos de estrutura de 127 mil euros, relativos à constituição da sucursal na Roménia;
- O montante de provisões constituídas no ano observou um aumento de cerca de 8,5 milhões de euros, com o seu peso no produto bancário a crescer de 42,0%, para 55,5%;

- O “Cash-Flow” gerado no período foi superior em 8,6 milhões de euros quando comparado com o de 2006, tendo atingido o montante de 22,8 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 64,4% do produto bancário e representa um aumento de 60,5%, relativamente ao valor obtido no ano anterior;
- Os resultados antes de impostos ascenderam a 2,5 milhões de euros, ou seja 7,0% do produto bancário;
- Os impostos sobre o rendimento atingiram o montante de 1.063 mil euros, sendo que 837 mil euros correspondem a impostos correntes e os restantes 226 mil euros a impostos diferidos;
- Como consequência, o resultado líquido resultante da actividade do ano foi de 1,4 milhões de euros;
- A rentabilidade média dos fundos próprios situa-se em 4,2%, em termos líquidos, e em 7,4%, em termos brutos;
- O resultado líquido apurado foi de 4,75 cêntimos por acção.

Para 2008 espera-se que se façam sentir os primeiros efeitos da orientação estratégica adoptada no exercício findo, tendente a direccionar, gradualmente, os produtos de crédito para o cliente final, assim como se espera também continuar a apostar no desenvolvimento dos negócios captados pela rede comercial, reforçada com canais alternativos de distribuição e divulgação dos produtos disponíveis.

No mercado externo, o objectivo é confirmar o investimento na actividade em países que apresentem condições de estabilidade política e social, a par de fortes potencialidades de crescimento económico a médio e longo prazo.

Finivalor-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA

No decurso do exercício de 2007 a Finivalor lançou um novo fundo mobiliário, o Fundo Taxa Fixa Euro-Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, com o objectivo de colmatar uma lacuna que se verificava na gama de produtos disponíveis, e em Dezembro do ano findo foi também constituído um outro fundo imobiliário, o Portugal Estates Fund (PEF)-Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, perfazendo assim um conjunto de sete fundos mobiliários e quatro imobiliários, que a Finivalor tem sob gestão.

Como é sabido, a rápida deterioração do mercado financeiro, verificada na segunda metade do exercício em análise, ampliada pela falta de liquidez, configuraram um cenário de clara limitação de acesso ao crédito, não só ao imobiliário, com efeitos contraccionistas ao nível do investimento e do consumo privado.

Neste cenário prospectivo bastante obscurecido, perspectiva-se uma situação de abrandamento económico global, cuja dimensão irá certamente depender da duração e da forma como forem ultrapassados os desafios que afectam o sistema financeiro.

Neste contexto, a Finivalor preocupou-se em alargar o leque de produtos e serviços que oferece aos seus clientes, apresentando ao mercado um novo fundo, o Finifundo Taxa Fixa Euro-Fundo de Investimento Mobiliário Aberto e geriu os seus activos cuja evolução dos valores líquidos globais se caracteriza por um crescimento expresso do seguinte modo:

- No fundo imobiliário aberto Finipredial o valor líquido global do fundo superou ligeiramente os 199 milhões de euros, um significativo crescimento de cerca de 20,7% relativamente a igual período de 2006, evolução em consonância com as expectativas. Entretanto, face ao início de actividade de mais um fundo imobiliário fechado de subscrição particular, cujo valor líquido global conjunto se cifrou em quase 64 milhões de euros, a gestão de fundos imobiliários no seu todo registou um acréscimo de 17,5%;
- Nos fundos mobiliários o total de valores líquidos globais situou-se um pouco acima dos 211 milhões de euros, um crescimento anual de 2,6%. Importa assinalar o significativo aumento da transferência de fundos de baixo risco para fundos de médio/alto risco, com notórias repercussões positivas nas comissões arrecadadas pela sociedade.
- Dos sete fundos mobiliários geridos pela Finivalor, dois apresentaram taxas de crescimento dos valores sob gestão muito positivas, com particular realce para o Finicapital (141,56%) e o Finibond (41,59%). Outros dois fundos viram os seus valores líquidos globais caírem significativamente, sendo de destacar em valores absolutos o caso do Finirendimento, que perdeu perto de 20 milhões de euros;

- Na gestão de patrimónios os montantes sob gestão aumentaram significativamente, cerca de 41,8%, passando de 70,2 milhões de euros no final de 2006 para 99,6 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007.

O Valor Líquido Global dos Fundos de Investimento geridos pela Finivalor cresceu 10,3%, atingindo 474,4 milhões de euros no final de 2007, valor que compara com 430,0 milhões de euros em igual momento do ano anterior.

(em milhares de euros)	
Fundos sob Gestão	Valor Líquido Global do Fundo
Finicapital	25.477
Finirendimento	71.540
Finiglobal	54.898
PPA Finibanco	1.362
Finibond Mercados Emergentes	5.139
Finifundo Acções Internacionais	20.385
Finifundo Euro Taxa Fixa	32.582
Finipredial	199.213
Fundos de Subscrição Particular	63.767
TOTAL	474.363

O Resultado líquido do exercício foi 3.338 mil euros, valor que supera em cerca de 85,4% o do exercício anterior.

Para o exercício de 2008 tem-se como objectivo assegurar o crescimento dos montantes sob gestão e procurar melhorar a performance dos fundos e das carteiras geridas, não obstante as dificuldades que se adivinham face à conjuntura económica vigente.

Prevê-se ainda o lançamento de novos fundos imobiliários de subscrição particular e ainda fundos mobiliários abertos.

Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA

Com autorização de funcionamento concedida pela Norma do Instituto de Seguros de Portugal, de 5 de Dezembro de 2006, a Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA foi formalmente constituída por escritura pública de 23 de Janeiro de 2007 e iniciou a sua actividade em 2 de Abril.

Tem por objecto o exercício da actividade seguradora no ramo vida e a disponibilização de produtos para distribuição pelas estruturas comerciais do Grupo Finibanco, assegurando a gestão técnica, actuarial, financeira e administrativa da carteira de seguros.

O arranque da sua actividade ocorreu num contexto da regressão (- 4,9%) do mercado segurador português, no final do primeiro trimestre, e de - 7,5% no volume de prémios do ramo vida, relativamente ao trimestre anterior. Esta situação, porém, alterou-se no decurso do segundo semestre com a progressiva recuperação da receita processada, graças ao aumento da procura de produtos de poupança, estimando-se que no final do ano os prémios do ramo vida possam ter registado um crescimento de 6,9% relativamente ao ano anterior.

Para o desempenho cabal da sua actividade, a Finibanco Vida organizou-se com um quadro de pessoal ajustado às suas necessidades, estável, com bons conhecimentos e com larga experiência no ramo, instalou um sistema informático adequado, negociou um tratado de resseguro com um dos principais Resseguradores a nível mundial e criou uma diversificada gama de produtos que acompanham as tendências do mercado e se ajustam à substituição dos produtos de outras Seguradoras com as quais o Grupo Finibanco mantinha relações comerciais.

Não obstante o que fica dito, em nove meses de actividade a Finibanco Vida processou 15.850,5 mil euros de prémios, 82% dos quais respeitam a produtos de capitalização.

O Activo líquido regista 23.476 mil euros, maioritariamente constituído por investimentos.

O resultado do exercício foi negativo de 32,4 mil euros e ter-se-ia comportado de modo bem diferente se não se tivesse verificado a queda generalizada dos mercados financeiros no segundo semestre do ano.

Para o exercício de 2008 prevê-se o redimensionamento da estrutura interna, do sistema informático e de informação, de modo a garantir a consolidação do crescimento sustentado da Companhia, o aumento do peso relativo da receita processada de seguros de risco, no conjunto da carteira, e o lançamento de um novo produto de subscrição livre, não associado a operações de crédito.

Finisegur-Sociedade Mediadora de Seguros, SA

No exercício de 2007 a actividade da Finisegur desenvolveu-se em duas etapas distintas:

- A primeira, até Abril, data do início da actividade da Finibanco Vida, caracterizada pelo apoio dado a esta e pelo facto de a carteira de Vida e Não Vida estar colocada nas tradicionais seguradoras do mercado, onde se situava o portefólio dos seus produtos de referência;
- A segunda, posterior àquela data, com o desenvolvimento do seu leque de oferta a efectuar-se numa nova dinâmica, em parceria com a Finibanco Vida e com a empenhada colaboração da rede de distribuição do Grupo Finibanco.

A ligação íntima da Finisegur ao Finibanco Vida-Companhia de Seguros de Vida, SA, traduziu-se num volume de comissões pagas pela seguradora do Grupo, que representam já 31% das comissões globais auferidas, colhendo a maior quota entre os nossos fornecedores.

No exercício de 2007 ocorreu um facto da maior relevância para os objectivos de médio/longo prazo da sociedade, consubstanciado na aquisição de quatro carteiras de seguros a outros tantos mediadores com ligação directa à Finisegur, carteiras essencialmente constituídas por não clientes do Finibanco ou, se clientes, com seguros colocados através de outras mediadoras.

A decisão da compra dessas carteiras prendeu-se com a impossibilidade legal (Dec. Lei 144/2006) da acumulação da função de mediador com a de órgão social da sociedade, como acontecia com o Presidente do Conselho de Administração da Finisegur e, no caso dos outros colaboradores, por não se considerar ser eticamente correcta a manutenção de interesses concorrentes com os da sociedade.

No âmbito legal da actividade de mediação, a Finisegur concluiu o processo de nomeação dos colaboradores das sociedades Participadas do Finibanco-Holding, SGPS, com envolvimento comercial na apresentação de soluções de seguro aos respectivos clientes, como "Pessoas Directamente Envolvidas na Actividade Seguradora (PDEAS) e deu ainda cabal cumprimento a todas as disposições legais entretanto promulgadas durante o exercício.

Neste contexto a actividade desenvolvida pela Finisegur registou um aumento de proveitos, em relação a 2006, de 36% (22,2% no primeiro semestre) num volume total de comissões de 744,5 mil euros.

O total de encargos cifrou-se em 617,1 mil euros.

O Resultado antes de impostos foi de 131,1 mil euros, 78,4% acima do verificado no exercício anterior, e o resultado, líquido de IRC, cifrou-se em 97,2 mil euros.

A Rentabilidade dos capitais próprios foi de 29,15%.

No próximo exercício far-se-á seguramente a consolidação dos novos protocolos, lançando novos produtos de seguro aos Balcões do Finibanco e intensificando a formação e motivação do pessoal envolvido.

Fini International Luxembourg, SA

Constituída em 5 de Fevereiro de 2007, a Fini International Luxembourg, SA é detida a cem por cento pelo Finibanco-Holding e tem a sua sede no Luxemburgo.

Com vista ao reforço da sua capacidade empreendedora e a garantir o desenvolvimento da sua actividade com base em padrões de maior eficiência absorveu, por fusão, a Fini International (Cayman), SA.

A Fini International Luxembourg, SA tem por objecto social um vasto leque de actividades, delas se destacando a detenção de participações, sob qualquer forma, em outras empresas luxemburguesas ou estrangeiras, a gestão e o desenvolvimento das suas participações e o exercício de toda ou parte das actividades de uma sociedade holding.

Finimóveis-Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, SA

Tal como previsto, o sector imobiliário no exercício de 2007 viu agravada a crise que nele se havia instalado, sobretudo na segunda metade do ano, em resultado dos acontecimentos registados neste tipo de negócios, nos Estados Unidos.

Também por força deste facto as transacções efectuadas confinaram-se à aquisição de um imóvel, em Aveiro, pelo montante de 62 mil euros, e a actividade da empresa limitou-se à gestão corrente do seu parque imobiliário.

Os custos de gestão atingiram 51 mil euros, menos 7 mil do que no ano anterior, 88% dos quais com encargos de condomínios e com custos inerentes a trabalhos especializados.

O Resultado do exercício foi negativo de cerca de 20 mil euros.

Em termos de futuro espera-se que se verifique alguma melhoria no sector imobiliário e, conseqüentemente, a empresa possa registar resultados positivos.

4. Análise às contas Individuais e Consolidadas

4.1. Contas Individuais

A APCL Financeira – S.G.P.S., Lda. manteve a sua estrutura de capitais extremamente conservadora, já que a totalidade dos activos está financiada por capitais próprios.

Quanto aos resultados do exercício, destaca-se o proveito obtido com a distribuição de dividendos da sua única participada directa, a VIC S.G.P.S., S.A., em valor superior a 35 milhões de euros.

As Despesas de funcionamento foram mantidas a níveis mínimos.

4.2. Contas Consolidadas

Tendo adquirido as suas participações directas e indirectas em Dezembro 2006, a APCL Financeira – S.G.P.S, Lda. não apresentou contas consolidadas referentes a esse exercício. Assim as contas não podem ser comparadas com as do exercício anterior.

O crédito concedido representa dois terços do total do activo, aproximadamente o mesmo que os recursos de clientes.

O capital próprio atinge 338,2 milhões de euros.

Quanto à demonstração de resultados, a margem financeira atingiu 82,3 milhões de euros e o produto bancário 175,5 milhões de euros.

Os custos do exercício foram de 100,9 milhões de euros, representando cerca de 57,5% do produto bancário.

O Resultado Global foi de 35,0 milhões de euros que após o registo de impostos e interesses minoritários atingiram 12,4 milhões de euros.

5. Perspectivas Futuras

APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., LDA.

A APCL Financeira continuará a gerir activamente as suas participações, tendo em vista a libertação de meios financeiros na actividade imobiliária e a progressiva concentração na actividade financeira.

6. Menções Obrigatórias

A APCL Financeira não apresenta dívidas vencidas à Segurança Social nem pagamentos em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Não foram adquiridas nem alienadas quotas próprias.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

Exmos. Senhores Sócios,

Propomos que o resultado líquido do exercício, no montante de € 35.653.068,39, seja levado às seguintes contas:

- Reservas legais € 1.782.653,42.
- Reservas livres € 33.870.414,97.

8. Agradecimentos

Gostaríamos, finalmente, de deixar expresso o nosso reconhecimento:

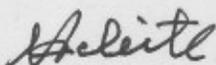
- Aos clientes das várias empresas, pela preferência concedida;
- Ao Banco de Portugal e à CMVM - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela compreensão e pelo diálogo connosco mantido;
- Aos Revisores Oficiais de Contas e Auditores, pelo apoio prestado;
- Aos Colaboradores do Grupo, pelo empenhamento e dedicação que souberam colocar no desempenho das suas funções.

Vale de Cambra, 08 de Abril de 2008

A Gerência



Alvaro Pinho da Costa Leite



Maria Augusta Resende da Costa Leite

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., LDA.

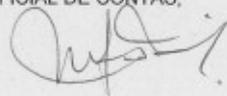
Balanço Consolidado a 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas / Quadros anexos	2007-12-31			Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	2007-12-31
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	86.625	0	86.625	Passivos financeiros detidos para negociação	17	31.232
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	56.339	0	56.339	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	18	163.522
Activos financeiros detidos para negociação	5	80.406	0	80.406	Recursos de outras instituições de crédito	19	179.727
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	2.030.744
Activos financeiros disponíveis para venda	6	151.629	0	151.629	Responsabilidades representadas por títulos	21	10.796
Aplicações em instituições de crédito	7	77.615	0	77.615	Passivos financeiros associados a activos transferidos	22	248.802
Crédito a clientes	8	2.269.260	71.689	2.197.571	Provisões	23	1.969
Derivados de cobertura		0	0	0	Provisões técnicas	24	14.529
Activos não correntes detidos para venda	9	53.588	7.427	46.161	Passivos por impostos correntes	25	8.698
Propriedades de investimento	10	37.691	0	37.691	Passivos por impostos diferidos	26	5.998
Outros activos tangíveis	11	110.234	51.931	58.303	Outros passivos subordinados		654
Activos intangíveis	12	120.780	15.146	105.634	Outros passivos	27	65.291
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	13	12.245	341	11.904	Credores por seguro directo e resseguro		121
Activos por impostos correntes	14	118	0	118	Outros passivos		65.170
Activos por impostos diferidos	15	2.076	0	2.076	Total de Passivo		2.761.962
Outros activos	16	204.701	16.609	188.092	Capital	28	100.000
Devedores por seguro directo e resseguro		131	0	131	Outros instrumentos de capital		99.848
Outros activos		204.570	16.609	187.961	Reservas de reavaliação		8.178
					Outras reservas e resultados transitados		-17.156
					Resultado do exercício		12.366
					Interesses minoritários		134.966
					Total de Capital		338.202
Total de Activo		3.263.307	163.143	3.100.164	Total de Passivo + Capital		3.100.164

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



Alcides
A GERENCIA,

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., LDA.

Demonstração Consolidada de Resultados a 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de Euros)

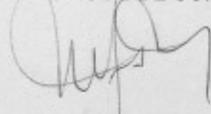
Rubricas	Notas Quadros Anexos	2007-12-31
Juros e rendimentos similares	29	196.478
Juros e encargos similares	29	116.548
Rendimentos de instrumentos de capital	29	2.417
Margem financeira	29	82.347
Rendimentos de serviços e comissões	30	28.098
Encargos com serviços e comissões	30	6.895
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	31	30.439
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32	21.934
Resultados de reavaliação cambial		(2.937)
Resultados de alienação de outros activos	33	76
Prémios líquidos de resseguro	34	15.502
Custos com sinistros líquidos de resseguro	35	127
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	36	14.523
Outros resultados de exploração	37	21.587
Produto bancário		175.501
Custos com pessoal	38	57.183
Gastos gerais administrativos	39	35.447
Amortizações do exercício		8.308
Provisões líquidas de reposições e anulações	21	1.760
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	40	27.680
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	40	9
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	40	12.364
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)*		2.262
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		35.012
Impostos		11.814
Correntes	41	12.917
Diferidos		(1.103)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários		23.198
Interesses minoritários		10.832
Resultado consolidado do exercício	42	12.366

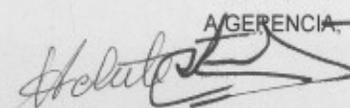
Resultados por acção básicos (em Euros)	0,12
-----------------------------------------	------

Resultados por acção diluídos (em Euros)	0,12
------------------------------------------	------

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração Consolidada de Resultados em 31 de Dezembro de 2007

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



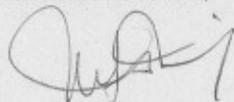
AGENCIARIA


APCL FINANCEIRA S.G.P.S., LDA.
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

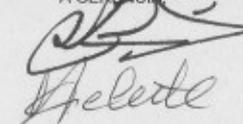
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Acções próprias	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Reservas de justo valor	Resultado líquido do exercício	Interesses Minoritários	Total
Saldos em 01.01.2007 (em IFRS)	100.000	0	99.848	0	(7.889)	0	1.835	0	109.703	303.497
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior										
Transferência para reservas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuição de dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aquisição de acções próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda -										0
Ganhos e perdas não realizados no período	0	0	0	0	0	0	6.343	0	0	6.343
Variações cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas por impostos diferidos										0
Reforços no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reversões no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de reservas de reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impacto da adopção dos IFRS/IAS em 1 de Janeiro de 2005	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	0	12.366	0	12.366
Outras variações em capital próprio	0	0	0	0	(9.267)	0	0	0	25.263	15.996
Saldos em 31.12.2007 (em IFRS)	100.000	0	99.848	0	(17.156)	0	8.178	12.366	134.966	338.202

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A GERÊNCIA



APCL FINANCEIRA SGPS, LDA
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

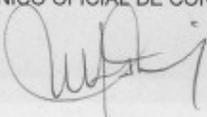
PARA O ANO DE 2007

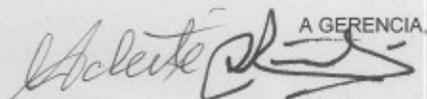
(Montantes expressos em milhares de Euro)

	Notas	31-12-2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidos		224.576
Juros e comissões pagos		(123.443)
Impostos pagos		1.470
Recuperação de crédito e juros vencidos		7.160
Fluxo das operações financeiras		51.853
Pagamentos ao pessoal		(57.183)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		(13.784)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		<u>90.649</u>
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais		
Disponibilidades em outras instituições de crédito		4.406
Aplicações em instituições de crédito		(33.573)
Créditos a Clientes		(440.003)
Activos financeiros detidos para negociação		(21.328)
Activos financeiros disponíveis para venda		(81.400)
Activos não correntes detidos para venda		(28.820)
Outros activos		(40.765)
Fluxo líquido dos activos operacionais		<u>(641.483)</u>
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais		
Recursos de outras instituições de crédito		24.977
Recursos de clientes e outros empréstimos		351.132
Passivos financeiros detidos para negociação		3.872
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		(38.351)
Passivos financeiros associados a activos transferidos		251.175
Outros passivos		(6.545)
Fluxo líquido dos passivos operacionais		<u>586.260</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>35.426</u></u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Diminuições (aumentos) Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		187
Diminuições (aumentos) Outros activos tangíveis		(10.725)
Diminuições (aumentos) Activos Intangíveis		(2.195)
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(12.733)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissões de dívida titulada e subordinada		113.027
Amortizações de dívida titulada		(119.703)
Interesses minoritários		14.431
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>7.755</u>
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		30.448
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		56.177
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		<u>86.625</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa consolidados do primeiro semestre ano de 2007.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A GERENCIA,


NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas

BALANÇO: ACTIVO

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Activos financeiros detidos para negociação
6. Activos financeiros disponíveis para venda
7. Aplicações em instituições de crédito
8. Crédito a clientes
9. Activos não correntes detidos para venda
10. Propriedades de investimento
11. Outros activos tangíveis
12. Activos intangíveis
13. Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação
14. Activos por impostos correntes
15. Activos por impostos diferidos
16. Outros activos

BALANÇO: PASSIVO

17. Passivos financeiros detidos para negociação
18. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados
19. Recursos de outras instituições de crédito
20. Recursos de clientes e outros empréstimos
21. Responsabilidades representadas por títulos
22. Passivos financeiros associados a activos transferidos
23. Provisões
24. Provisões técnicas
25. Passivos por impostos correntes
26. Passivos por impostos diferidos
27. Outros passivos

BALANÇO: CAPITAL

28. Capital

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

29. Margem financeira
30. Rendimentos de instrumentos de capital
31. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados
32. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
33. Resultados de alienação de outros activos
34. Prémios líquidos de resseguro
35. Custos com sinistros líquidos de resseguro
36. Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro
37. Outros resultados de exploração
38. Custos com o pessoal
39. Gastos gerais administrativos
40. Imparidade
41. Impostos correntes
42. Resumo da composição do lucro consolidado

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

43. Rubricas extrapatrimoniais
44. Activos e passivos expressos em moeda estrangeira
45. Relato por segmento
46. Justo valor de instrumentos financeiros
47. Gestão do risco
48. Operações de titularização
49. Benefícios pós emprego
50. Partes relacionadas
51. Eventos subsequentes

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A APCL Financeira é uma sociedade comercial por quotas constituída por escritura pública em 17 de Abril de 2006, com sede em Vale de Cambra e que tem por objecto principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A APCL Financeira detém, directa e indirectamente, participações financeiras nas empresas filiais e associadas que a seguir se indicam. São consideradas empresas filiais aquelas cuja percentagem de participação excede 50% do capital.

No âmbito do previsto na regulamentação do Banco de Portugal, a APCL Financeira SGPS, LDA apresenta pela primeira vez as suas contas consolidadas, sendo que, o exercício da primeira consolidação foi realizado com referencia a 1 de Janeiro de 2007. Por esta razão não são apresentados valores comparativos em relação ao ano anterior.

A estrutura do Grupo APCL a nível de empresas filiais, detidas directa e indirectamente, em 31 de Dezembro de 2007 pode ser resumida da seguinte forma:

Nome da Sociedade	Detentor de Capital	Actividade	% Participação Efectiva	% Participação Directa	Interesses Minoritários
VIC (SGPS), S.A.	APCL Financeira SGPS, Lda.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	77,52	77,52	22,48
Lameira - Imobiliária, Lda.	VIC (SGPS), S.A. SAF - Imobiliária, S.A.	Imobiliária	77,04	72,50 27,50	22,96
VIC BETEILIGUNGS (Austria)	VIC (SGPS), S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	77,52	100,00	22,48
Sogibraga - Gestão Imobiliária,	VIC (SGPS), S.A. SAF - Imobiliária, S.A.	Imobiliária	76,473	40,00 60,00	23,527
Sogiporto - Gestão Imobiliária, Lda.	VIC (SGPS), S.A.	Imobiliária	77,52	100,00	22,48
SAF - Imobiliária, S.A.	VIC (SGPS), S.A.	Imobiliária	75,78	97,75	24,22
Finibanco Holding SGPS, S.A.	VIC (SGPS), S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	52,00	67,08	48,00
Finibanco, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Instituição de Crédito	52,00	100,00	48,00
Finivalor - Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários	52,00	100,00	48,00
Finimóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Imobiliária	52,00	100,00	48,00
Finicrédito - Instituição Financeira de Crédito. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Financeira	52,00	100,00	48,00
Finisegur - Sociedade Mediadora de Seguros. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Mediadora de Seguros	52,00	100,00	48,00
Finil International Luxembourg	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Sociedade Gestora de Participações Sociais	52,00	100,00	48,00
Finibanco Vida - Companhia de Seguros. S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Companhia de Seguros	52,00	100,00	48,00
Finibanco Angola, S.A.	Finibanco Holding SGPS, S.A.	Instituição de Crédito	31,20	60,00	68,80

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Durante o exercício de 2007 foi alienada a participação da sociedade " Vicaima Investments " e adquirida a sociedade de direito Austríaco " VIC Beteiligungs"

Ao nível do Sub Grupo Finibanco Holding as alterações ocorridas no exercício foram as seguinte:

Em 23 de Janeiro de 2007 foi constituída a Finibanco Vida Companhia de Seguros, SA., sociedade que visa a exploração da actividade de seguro directo e de resseguro, no ramo vida.

No âmbito da estratégia de expansão da actividade do Grupo Finibanco para outros Estados Membros da União Europeia, foi, em 5 de Fevereiro de 2007, constituída a Fini International Luxembourg, SA, com sede no Luxemburgo.

No sentido de eliminar participações em sociedades localizadas em jurisdições offshore, deliberou o Finibanco – Holding , SGPS S.A. (na qualidade de accionista único) a transferência da sede da Fini International (Cayman) para o Luxemburgo e a fusão com a Fini International Luxembourg, SA, com o consequente aumento de capital social para m.Euros 35.

Em 4 de Setembro de 2007, foi constituído o Finibanco Angola, SA com um capital social de 740.000.000 de Kwanzas (equivalentes a 10 milhões de dólares americanos), tendo o Finibanco Holding uma participação de 60%.

Esta instituição está em fase de instalação, prevendo-se que inicie em pleno a sua actividade em Abril de 2008.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As empresas incluídas nas contas consolidadas da APCL Financeira SGPS, Lda, bem como os seus principais indicadores em 31 de Dezembro de 2007 ajustados para IFRS, são os seguintes:

Empresa	Percentagem de participação efectiva %	Total de activo líquido	Capitais próprios (a)	Resultado líquido de 2007-12-31
VIC (SGPS), S.A. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	77,52	206.188	80.222	(881)
Lameira - Imobiliária, Lda. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	77,04	22.190	16.909	(13)
VIC BETEILIGUNGS (Austria) Gonzagagasse 17 1010 Wien	77,52	17.708	35	(8)
Sogibraga - Gestão Imobiliária, Lda. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	76,473	908	814	8
Sogiporto - Gestão Imobiliária, Lda. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	77,52	12.127	6.281	(860)
SAF - Imobiliária, S.A. Nabais - Escariz 4540-312 Arouca	75,78	11.654	3.787	0,4
Finibanco Holding SGPS, S.A. Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	52,00	294.478	151.121	14.854
FINIBANCO, S.A. Rua Júlio Dinis, 157 4050-323 Porto	52,00	2.808.564	143.600	20.855
FINVALOR-Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, S.A. Av. de Berna, 10 1000 Lisboa	52,00	7.600	2.824	3.334
FINICREDITO-Instituição Financeira de Crédito, S.A. Rua Júlio Dinis, 158/160 2º 4050-318 Porto	52,00	327.649	33.262	1.398
FINMÓVEIS-Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A. Armental Codal 3730 Vale de Cambra	52,00	6.560	1.515	(23)
FINI INTERNATIONAL LUXEMBOURG Luxembourg	52,00	4.516	3.647	610
FINSEGUR-Mediadora de Seguros, S.A. Rua Júlio Dinis, 158/160 2º 4050-318 Porto	52,00	503	237	82
FINIBANCO VIDA - Companhia de Seguros Rua Júlio Dinis, 166 4050-318 Porto	52,00	23.605	7.427	51
FINIBANCO ANGOLA (b) Alameda Manuel Van-Dünen, nº 265 Município do Sambizanga Luanda - Angola	31,20	6.793	6.793	-

(a) Não inclui o resultado do exercício de 2007

(b) Sede provisória

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

O Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, determina que, em relação a cada exercício financeiro com início em ou após 1 de Janeiro de 2005, as sociedades cujos valores mobiliários estiverem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado membro devem elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas até à data pela União Europeia. Na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa, o Banco de Portugal, através do Aviso nº 1/2005, estabeleceu as normas e modelo de reporte para as entidades sujeitas à sua supervisão.

Neste contexto as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia até 31 de Dezembro de 2007.

Estas normas são idênticas às que estavam em vigor em 31 de Dezembro de 2006 e que foram utilizadas e descritas pelo Sub Grupo Finibanco Holding nas demonstrações financeiras com referência a esta data, com excepção da IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – requisitos de divulgação de capital regulamentar que passaram a ser de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007. A implementação da IFRS 7 pelo Grupo somente implicou alterações ou novas informações ao nível das divulgações apresentadas relativamente a instrumentos financeiros, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. Para as novas divulgações são apresentados os respectivos valores comparativos com referência a 31 de Dezembro de 2006. Adicionalmente, o Grupo adoptou, embora sem quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras, a IFRIC 10 relativa ao reporte financeiro interino e imparidade.

As seguintes normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB e adoptadas pela União Europeia não entraram ainda em vigor e não foram aplicadas pelo Grupo antecipadamente:

- IFRS 8 relativa a segmentos operacionais emitida pelo IASB em 30 de Novembro de 2006 e adoptada pela União Europeia em 21 de Novembro de 2007 com aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta norma define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. O Grupo irá avaliar os impactos desta norma no exercício de 2008.
- IFRIC 11 relativa à IFRS 2 sobre transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, emitida pelo IASB em 2 de Novembro de 2006 e adoptada pela União Europeia em 1 de Junho de 2007 com aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008. Esta interpretação veio esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos na IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificadas nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo. Não é expectável que esta norma venha a ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo e subsidiárias.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os Activos e passivos financeiros detidos para negociação, Activos e passivos ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda e Derivados que foram mensurados ao justo valor.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Gerência em 8 de Abril de 2008 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Sócios em 15 de Maio de 2008.

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a agregação das demonstrações financeiras separadas da APCL Financeira e das demonstrações financeiras individuais das entidades que sejam directa ou indirectamente por si controladas (subsidiárias) e de entidades de finalidade especial em relação às quais o Grupo detenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade ou interesses residuais. Adicionalmente, foram efectuados ajustamentos ao nível da consolidação de forma a corrigir a aplicação dos princípios e critérios previstos nas IFRS e de forma a assegurar a sua uniformidade.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com o objectivo de obter benefícios das suas actividades.

As transacções e os saldos entre as subsidiárias e entidades de finalidade especial cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

As diferenças entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das subsidiárias do Sub Grupo Finibanco Holding na data de aquisição foram totalmente amortizados em anos anteriores por contrapartida de reservas.

No Grupo APCL foi considerada a existência de um *goodwill* para a participação na VIC SGPS.

O lucro consolidado do exercício resulta de agregação dos resultados líquidos da APCL Financeira e das subsidiárias e entidades de finalidade especial, após se efectuarem ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como aqueles que uniformizam a aplicação dos princípios de contabilidade do Grupo.

Os interesses minoritários, quando existentes, representam a proporção nos resultados e nos activos líquidos dos passivos que não são detidos pelo Grupo directa ou indirectamente e são apresentados separadamente, respectivamente, na demonstração de resultados e no balanço na rubrica de capital.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão do Grupo tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). O dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Perdas por Imparidade em créditos a clientes

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumpções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos similares determinam perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas em activos similares.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo e prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% por mais de 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 42 são apresentados os pressupostos utilizados.

Responsabilidades com contratos de seguro do ramo vida

Os passivos por contratos de seguro do ramo vida reflectem a melhor estimativa de responsabilidades perante os tomadores de seguro considerando as condições contratuais e pressupostos considerados mais adequados à data sobre mortalidade e taxas de retorno dos investimentos, entre outros.

Justo valor das propriedades de investimento

O justo valor das propriedades de investimento é determinado utilizando os métodos de valorização geralmente aceites e incluem um julgamento sobre os valores de mercado.

2.4 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) Instrumentos financeiros**a) *Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros***

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

b) *Mensuração subsequente de instrumentos financeiros****Activos e passivos financeiros detidos para negociação***

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subsequentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Outros activos e passivos ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista na IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Em 31 de Dezembro de 2007 o Grupo não tinha activos classificados nesta rubrica.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratarem de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações". À data de 31 de Dezembro de 2007 o Grupo não tinha quaisquer activos registados nesta rubrica.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica "Reservas de Reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda". Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital". Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Grupo.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os contratos "forwards" representam compromissos para comprar ou vender um determinado activo (nomeadamente instrumentos do mercado monetário ou divisas) numa data futura a um preço previamente acordado. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

Os "swaps" de moeda correspondem geralmente a uma troca de fluxos financeiros em duas diferentes divisas e respectivas taxas de referência cujo capital é trocado no início e novamente trocado no sentido inverso no termo do contrato, a taxas previamente especificadas. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

Os "swaps" de taxa de juro correspondem quer a operações de cobertura quer a operações de negociação relativas a uma troca de juros na mesma moeda onde não se verifica troca de capitais, os quais estão sujeitos a risco de mercado e a risco de crédito.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos na IAS 39 para cobertura de justo valor, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos nesta norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos. Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Na designação de uma operação de cobertura, a relação entre o elemento de cobertura e o elemento coberto é formalmente documentada, nomeadamente em relação a:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Natureza do(s) risco(s) subjacente(s) e estratégia da operação de cobertura de acordo com as políticas de risco do Grupo;
- Descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia da cobertura e periodicidade da sua realização.

Caso sejam considerados derivados de cobertura, periodicamente, são efectuadas análises da eficácia realmente atingida com a relação de cobertura, nomeadamente, através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto, atribuíveis ao risco coberto.

Os resultados apurados no âmbito dos instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos nos proveitos e custos do exercício, tal como no caso dos instrumentos derivados de negociação, caso o resultado do teste de eficácia efectuado se encontre dentro dos parâmetros definidos na IAS 39 (80%-125%).

Os instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor (no activo se o mesmo for positivo e no passivo se for negativo). Os resultados da avaliação subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de avaliação ao justo valor do instrumento coberto na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O recurso a derivados pelo Grupo para cobertura de exposições a riscos financeiros e de mercado ocorre, principalmente, nas seguintes situações:

- Cobertura de passivos com indexação a activos de referência
O Grupo emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivados OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor;
- Cobertura do risco de operações de derivados com clientes
O Grupo contrata derivados OTC (essencialmente forwards) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado;
- Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pelo Grupo.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

Determinação do justo valor

Para efeitos de mensuração subsequente, o justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade em instrumentos financeiros

O Grupo avalia em cada data de apresentação de contas se existe alguma evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

Créditos a clientes

Para os créditos a clientes mensurados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade. Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, afim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações". Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

Os activos e imparidade associada são abatidos do activo quando existem baixas probabilidades de recuperação.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados da mesma rubrica de Imparidade acima referida.

Activos disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto o Grupo determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% por mais de 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

c) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros**Activos financeiros**

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Operações de titularização

Como parte da sua actividade operacional o Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo, operações de aluguer de longa duração e crédito concedido a pequenas e médias empresas, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Grupo através da detenção de títulos de natureza residual. Consequentemente, os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização cujos títulos de natureza residual sejam detidos pelo Grupo são incluídos nas contas consolidadas.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

2) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. Diferenças cambiais originadas por operações liquidadas em datas diferentes da transacção ou diferenças não realizadas em activos e passivos monetários não liquidados são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

3) Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que contratualmente sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. Estas operações são registadas da seguinte forma:

➤ Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor do activo, em "Outros activos fixos tangíveis" e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

➤ Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

4) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Grupo e se houver suficiente prova de que o Grupo continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Os imóveis recebidos em dação que não cumpram integralmente os critérios acima referidos são registados temporariamente em "Outros Activos".

Os activos registados nesta categoria e os imóveis registados em "Outros Activos" são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

5) Propriedades de investimento

O Grupo detém propriedades de investimento com o objectivo de obter rendimentos prediais provenientes do aluguer, apreciação do capital ou ambos. De acordo com a IAS 40 as propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo os custos de transacção. As avaliações subsequentes ao reconhecimento inicial são efectuadas ao justo valor, o qual reflecte as condições de mercado à data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração de resultados em "Outros resultados operacionais", no exercício correspondente.

6) Outros Activos Tangíveis

A rubrica de "Outros activos tangíveis" inclui imóveis de serviço próprio, viaturas de serviço e outros equipamentos.

Em relação aos imóveis de serviço próprio, na data de transição para as IFRS/IAS (1 de Janeiro de 2004) foi utilizada a opção prevista na IFRS 1 de considerar como custo estimado o respectivo justo valor, obtido através de avaliações de peritos, considerando-se a diferença para o anterior valor de balanço em resultados transitados como ajustamentos de transição, passando aquele valor a ser o valor de custo nessa data sujeito a depreciação futura. Os restantes activos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Instalações	20
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	3 a 8
Outros activos tangíveis	8 a 16

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

7) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a "software", encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

8) Investimentos em associadas

As partes de capital em empresas associadas encontram-se registadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade em que o Grupo exerça uma influência significativa na gestão mas não seja uma subsidiária ou empreendimento conjunto.

9) Benefícios aos empregadosPlano de pensões de reforma por benefício definido

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, as subsidiárias Finibanco SA, Finicrédito SA e Finivalor SA assumiram o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, reforma antecipada, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, as referidas entidades financeiras do Grupo dispõem de Fundos de Pensões autónomos geridos por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anuais.

O Grupo procede à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACTV, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no grupo e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão no Grupo será imputável às anteriores entidades financeiras, pelo que estas responsabilidades por serviços passados não são asseguradas pelos Fundos de Pensões do Grupo. Esta posição é suportada por pareceres da Direcção Jurídica do Finibanco, S.A. e de peritos independentes.

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pela IAS 19.

O passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos no balanço ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as IFRS, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IFRS.

Outros benefícios

Para além das pensões, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica (SAMS), Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

No exercício de 2007 as responsabilidades com o SAMS e Subsídio por Morte passaram a ser financiados através do Fundo de Pensões anteriormente referido, pelo que o valor de responsabilidades apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2006 e registadas na rubrica Outros Passivos foram transferidas para as respectivas contas do Fundo de Pensões.

As responsabilidades com Prémio de Antiguidade são registadas na rubrica de " Outros passivos" por contrapartida da rubrica de resultados " Custos com o pessoal ".

10) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

11) Impostos

O Finibanco Holding e as suas filiais estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira do Finibanco SA, ao abrigo do artigo 41º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável em cada território no exercício em que os lucros tributáveis foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias nos activos ou passivos, tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, impactos de conversão para as Normas de Contabilidade Ajustadas que só vão ser reconhecidos fiscalmente nos exercícios seguintes, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir o direito legal de compensar impostos correntes activos e passivos e estes forem relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal ou sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

12) Contratos de seguro e contratos de investimento

O Grupo classifica os contratos celebrados pela subsidiária Finibanco Vida como contratos de seguro ou contratos de investimento. Nos contratos de seguro a seguradora recebe do tomador um prémio correspondente ao risco de seguro significativo que é transferido para esta, concordando em compensar o tomador, segurado ou beneficiário através do pagamento de indemnizações e/ou outros tipos de benefícios, caso a ocorrência de um acontecimento seguro (evento incerto) afecte adversamente o segurado ou beneficiário. A existência de risco significativo de seguro é medida tendo em conta as componentes e características económicas dos contratos, comparando os benefícios a pagar ao tomador de seguro na situação de ocorrer ou não o referido evento. Consideram-se contratos de investimento os contratos celebrados pela seguradora em que se verifica a transferência de um risco financeiro significativo sem risco de seguro ou com risco de seguro não significativo. O risco financeiro é o risco de possíveis alterações futuras em taxas de juro, cotações ou outras variáveis.

Os contratos de seguro e de investimento são adicionalmente classificados com ou sem participação discricionária de resultados, ou seja o direito do tomador receber benefícios adicionais aos garantidos que:

- provavelmente correspondem a uma parte significativa do total de benefícios contratados;
- o montante ou momento de pagamento está contratualmente à descrição da seguradora; e
- estão contratualmente baseados na performance de um grupo de activos detidos pela seguradora.

Os prémios de contratos de seguro e contratos de investimento com participação discricionária de resultados são reconhecidos como proveitos quando os respectivos recibos são emitidos para pagamento.

As responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento são reconhecidas quando celebrados os respectivos contratos e debitados os respectivos prémios. As responsabilidades relativas a contratos de seguro e contratos de investimento com participação discricionária de resultados correspondem ao valor actuarial estimado dos compromissos da seguradora.

As responsabilidades relativas a contratos de investimento sem participação discricionária de resultados são inicialmente reconhecidos pelo valor dos prémios debitados e depósitos recebidos e subsequentemente ajustadas para o seu justo valor na data de reporte.

13) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados na proposta de aplicação de resultados do relatório de gestão.

14) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

15) Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado serviço pontual.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um serviço pontual são reconhecidas no momento em que ocorre o referido serviço.

16) Garantias financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Banco presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 36). Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade considerando factores de conversão em crédito, tal como definidos nas disposições prudenciais do Banco de Portugal sobre esta matéria. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

17) Fundo de garantia de depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo no exercício a que dizem respeito. Seguindo o previsto na IAS 37, os compromissos irrevogáveis assumidos perante o FGD são reconhecidos em contas extrapatrimoniais como compromissos perante terceiros (Nota 41)

18) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa, saldos à ordem junto do banco central e outras instituições de crédito.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

O detalhe da rubrica "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" em 31 de Dezembro de 2007 como segue:

	<u>31-12-2007</u>
Caixa	44.200
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	35.632
Disponibilidades sobre bancos centrais no estrangeiro	6.793
	<u>86.625</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	<u>31-12-2007</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país:	
Depósitos à ordem	84
Cheques a cobrar	42.346
	<u>42.430</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:	
Depósitos à ordem	10.663
Cheques a cobrar	3.246
	<u>13.909</u>
	<u>56.339</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2007 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2008.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O detalhe da rubrica de outros "Activos financeiros detidos para negociação" era em 31 de Dezembro de 2007 como a seguir se mostra:

	<u>31-12-2007</u>
<u>Títulos</u>	
Instrumentos de capital	
Emitidos por residentes	
Acções	11.545
Emitidos por não residentes	
Instrumentos de dívida	2.150
Acções	17.357
	<u>31.052</u>
Outros	
Emitidos por residentes	1
Emitidos por não residentes - Hedge Funds	45.317
	<u>45.318</u>
	<u>76.370</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo</u>	
Swaps	
Divisas	84
Taxa de juro	3.363
	<u>3.447</u>
Futuros e outras operações a prazo	
Divisas	589
	<u>4.036</u>
	<u>80.406</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Excepto quanto aos investimentos Hedge Funds não existem títulos não cotados nesta rubrica.

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nocionais dos instrumentos de derivados com justo valor positivo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2007 a m.Euros 99.946.

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" era, em 31 de Dezembro de 2007, como a seguir se mostra:

	<u>31-12-2007</u>
Títulos	
Instrumentos de dívida	
Emitidos por residentes	
De dívida pública portuguesa	11.564
De outros residentes	9.485
	<u>21.049</u>
Emitidos por não residentes	
Emissores públicos estrangeiros	16.152
De outros não residentes	1.173
	<u>17.325</u>
	<u>38.374</u>
Instrumentos de capital	
Emitidos por residentes	
Acções	94.840
Perdas de imparidade (Nota 40)	(735)
	<u>94.105</u>
Emitidos por não residentes	
Acções	14.060
	<u>108.165</u>
Outros	
Emitidos por residentes	5.090
	<u>5.090</u>
	<u>151.629</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Os títulos incluídos nesta rubrica são cotados, excepto o valor líquido de m.Euros 14.232 que se referem a unidades de participação (certificados residuais de operação de titularização – Nota 46), instrumentos de capital e instrumentos de dívida (m.Euros 8.750, m.Euros 2.085 e m.Euros 3.397 respectivamente).

O valor de m.Euros 8.572 dos títulos da dívida pública portuguesa e m.Euros 4.803 relativos a instrumentos de dívida de emissores públicos estrangeiros encontram-se penhorados a favor de terceiros.

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Aplicações em instituições de crédito" era, em 31 de Dezembro de 2007, como a seguir se mostra:

	31-12-2007
Aplicações	
No país	
Em outras instituições de crédito	
Depósitos	225
Empréstimos	6.203
	<u>6.428</u>
No estrangeiro	
Em outras instituições de crédito	
Aplicações a muito curto prazo	31.412
Outras aplicações	39.293
	<u>70.705</u>
	<u>77.133</u>
Juros a receber	
De aplicações em instituições de crédito	
Instituições de crédito no país	346
Instituições de crédito no estrangeiro	136
	<u>482</u>
	<u>77.615</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8. CRÉDITO A CLIENTES

O detalhe da rubrica "Crédito a clientes" era, em 31 de Dezembro de 2007, como a seguir se mostra:

	<u>31-12-2007</u>
Crédito	
Crédito não representado por valores mobiliários	
Interno	1.930.958
Ao exterior	15.437
Interno - titularizado	250.000
	<u>2.196.395</u>
Crédito e juros vencidos	
Crédito interno e juros vencidos	54.850
Crédito externo e juros vencidos	139
Despesas de crédito vencido	615
	<u>55.604</u>
	<u>2.251.999</u>
Perdas de imparidade (Nota 40)	<u>(71.579)</u>
	<u>2.180.420</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)	
Emitidos por residentes	
Títulos de dívida	
Dívida não subordinada	4.490
Créditos e juros vencidos	
Outros créditos vencidos	110
Perdas de imparidade (Nota 40)	<u>(110)</u>
	<u>4.490</u>
Juros a receber, Receitas com rendimento diferido e Despesas com encargo diferido	
Juros a receber	
Crédito não representado por valores mobiliários	
Interno	10.834
Externo	114
Interno - titularizado	1.695
	<u>12.643</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)	
Emitidos por residentes	
Títulos de dívida	18
	<u>12.661</u>
	<u>2.197.571</u>

Do total da carteira de crédito 23% foi objecto de análise individual de imparidade e 77% objecto de análise colectiva.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe da rubrica "Crédito não representado por valores mobiliários" por tipo de crédito era como segue:

	31-12-2007
Empresas e administrações públicas	
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	257.213
Empréstimos	289.089
Créditos em conta corrente	587.916
Descoberto em depósitos à ordem	21.756
Locação financeira mobiliária	54.867
Locação financeira imobiliária	89.133
Outros créditos	15.233
	<u>1.315.207</u>
Particulares	
Habitação	
Locação financeira	18.535
Outros créditos	304.236
	<u>322.771</u>
Consumo	
Locação financeira	32.825
Outros créditos	424.536
	<u>457.361</u>
Outras finalidades	
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	14.288
Empréstimos	12.775
Créditos em conta corrente	48.047
Descoberto em depósitos à ordem	13.258
Locação financeira	12.675
Outros créditos	13
	<u>101.056</u>
	<u>2.196.395</u>

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica "Activos não correntes detidos para venda", em 31 de Dezembro de, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007, era como a seguir se mostra:

	Valor inicial 31-12-2006	Aquisições no período	Ajustamentos ao valor de aquisição (*)	Alienações no período	Provisões para imparidade acumuladas	Valor de Balanço 31-12-2007
Activos tangíveis não correntes detidos para venda						
Imóveis	17.946	996	(2.043)	(2.319)	-	14.580
Equipamento	465	80		-	-	545
Outros activos não correntes detidos para venda						
Filiais	-	9.508	-	-	(7.427)	2.081
Associadas	6.357	22.598	-	-	-	28.955
	<u>24.768</u>	<u>33.182</u>	<u>(2.043)</u>	<u>(2.319)</u>	<u>(7.427)</u>	<u>46.161</u>

(*) Ajustamentos referentes a imóveis adquiridos em anos anteriores

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

No âmbito de uma operação de conversão de créditos em capital, o Finibanco SA detém, desde Junho de 2007 a totalidade do capital social da Autoglobalsa, Lda. O montante de 9,5 milhões de euros corresponde às prestações suplementares concedidas a esta sociedade.

O montante de 22.598 mil euros constante das aquisições no período, de outros activos não correntes detidos para venda - Associadas, refere-se ao custo, incluindo os de compra, de 33,75% da sociedade húngara Obol Invest KFT, operação realizada pelo Finibanco SA no final do primeiro semestre de 2007.

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007 na rubrica "Propriedades de investimento" são detalhados como a seguir se demonstra:

	<u>31-12-2007</u>
Propriedades de investimento	
Outras propriedades de investimento	37.691
	<u>37.691</u>

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007 na rubrica "Outros activos tangíveis", são apresentados no anexo III.

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007 na rubrica "Activos intangíveis", são apresentados no anexo III.

13. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E FILIAIS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

O detalhe da rubrica "Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação", em 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no primeiro semestre de 2007, era como a seguir de mostra:

	<u>31-12-2007</u>
Associadas no país	
Saldo inicial	8.666
Aumentos de capital	125
Alienações	(12)
Transferências de prestações suplementares	1.284
Apropriação de resultados	2.371
Outros ajustamentos em capitais próprios	(189)
	<u>12.245</u>
Imparidade acumulada (Nota 40)	(341)
	<u>11.904</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

14. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 da rubrica "Activos por impostos correntes são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2007
Activos por impostos correntes	
IRC a recuperar	52
Outros	66
	118

15. ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2007 na rubrica "Activos por impostos correntes e diferidos" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2007	
	Activo	Passivo
Impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
Provisões não aceites fiscalmente	3.590	-
Activos tangíveis	155	261
Activos intangíveis	24	-
Benefícios de empregados	6.807	2.238
Instrumentos financeiros	1.365	7.530
Activos não correntes disponíveis para venda	137	-
Reavaliações legais de imobilizado	-	6
Provisões, activos e passivos contingentes	-	100
Prejuízos fiscais	133	-
	12.211	10.135
Impostos diferidos líquidos	2.076	

Os activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais vencem nos anos conforme é detalhado no quadro seguinte:

	31-12-2007
Ano de vencimento dos impostos diferidos por prejuízos fiscais:	
2007	-
2008	133
Total	133

É convicção da administração que a sociedade gerará lucros fiscais suficientes que permitam a utilização integral dos valores de activos por impostos diferidos apresentados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

16. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros activos" em 31 de Dezembro de 2007, é como segue:

	<u>31-12-2007</u>
Devedores por seguro directo e resseguro	131
	<u>131</u>
Outros activos	
Outras disponibilidades	3
Devedores e outras aplicações vencidas	895
Devedores e outras aplicações	
Devedores por operações sobre futuros e opções	1.031
Aplicações diversas	32.076
Sector público administrativo	1.079
Devedores diversos	102.529
Outros activos	
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	143
Outros activos	586
Outros juros e rendimentos similares	561
Outros rendimentos a receber	6.567
Outras despesas com encargo diferido	13.900
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	
Excesso do fundo	7.574
Flutuação de valores	3.085
Outras contas de regularização	34.541
	<u>204.570</u>
Imparidade acumulada (Nota 40)	(16.609)
	<u>187.961</u>
	<u>188.092</u>

O saldo da rubrica "Devedores por operações sobre futuros e opções" refere-se a margens depositadas em instituições financeiras estrangeiras para realização de operações de futuros.

A rubrica de "Aplicações Diversas" inclui o valor dos imóveis recebidos em dação que não cumprem os requisitos da IFRS5 (m.Euros 30.789 em 31 de Dezembro de 2007). Contudo, foi mantido o critério de mensuração pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor dos imóveis.

A rubrica de "Devedores diversos" teve um acréscimo de m.Euros 7.202 relativos a prestações suplementares efectuadas pelo Finibanco-Holding SGPS a empresas subsidiárias.

A rubrica "Outras contas de regularização" inclui m.Euros 21.668 de operações cambiais a liquidar e m.Euros 11.492 relativos a compensação de valores.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

17. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>
Instrumentos derivados com justo valor negativo	
Swaps	
Divisas	611
Taxa de juro	30.621
	<u>31.232</u>

O justo valor dos swaps de taxa de juro foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros. Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento.

Os valores nominais dos instrumentos de derivados com justo valor negativo relativos a swaps de taxa de juro ascendem a 31 de Dezembro de 2007 a m.Euros 313.020.

18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2007</u>
Dívida emitida	
Obrigações não subordinadas	67.174
Obrigações subordinadas	115.616
Outros recursos	4.655
	<u>187.445</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor	
Obrigações não subordinadas	(9.341)
Obrigações subordinadas	(17.796)
Outros recursos	(62)
	<u>(27.199)</u>
Juros de dívida emitida	
Obrigações não subordinadas	579
Obrigações subordinadas	2.697
	<u>3.276</u>
	<u>163.522</u>

Os passivos incluídos nesta rubrica foram designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados por incluírem derivados embutidos. A estes passivos estão associados instrumentos financeiros que foram classificados como derivados de negociação em conformidade com as disposições da IAS 39 sobre a opção pelo justo valor (*fair value option*).

O justo valor destes instrumentos financeiros foi calculado por entidade independente a qual utilizou para o efeito técnicas de valorização, nomeadamente o desconto de fluxos de caixa futuros e modelos de valorização de opções (Montecarlo). Os inputs para a valorização correspondem a observações de dados de mercado relativos aos factores de retorno e risco inerentes a cada instrumento. No valor das correcções dos passivos do exercício está incluído um efeito positivo em resultados de m.Euros 4.367 relativo ao efeito do risco de crédito da instituição.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O detalhe da rubrica " Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2007 é como se segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
<u>Emitidos em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	15.000	A	21 de Março de 2011
Obrigações de caixa "FNB Taxa Acumulada 05/11"	2.337	B	19 de Dezembro de 2011
Obrigações de caixa "FNB Índices 06/08"	5.150	C	1 de Março de 2008
Obrigações de caixa "FNB Remuneração Garantida 2006"	2.700	D	7 de Abril de 2012
Obrigações de caixa "FNB Cupão Anual 06/11"	14.600	E	20 de Junho de 2011
<u>Emitidos no exercício</u>			
Obrigações de caixa "FNB Dezembro 07/17"	27.387	F	19 de Dezembro de 2017
	67.174		
DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA:			
<u>Emitidos em anos anteriores</u>			
Obrigações de caixa subordinadas "VARFIX"	9.976	G	7 de Dezembro de 2008
Obrigações de caixa subordinadas "Finicrédito Juro Crescente 05/13"	20.000	H	29 de Novembro de 2013
<u>Emitidos no exercício</u>			
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Grandes Empresas 07/16"	35.816	I	9 de Maio de 2016 p/ 1ª série 20 de Junho de 2016 p/ 2ª e 3ª séries
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Índices Estratégicos 07/15"	49.824	J	9 de Maio de 2015 p/ 1ª série 11 de Junho de 2015 p/ 2ª e 3ª séries
	115.616		

A - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis.

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo indicado cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

Considerando o seguinte cabaz de referência:

<u>Acção</u>	<u>Bloomberg</u>	<u>Bolsa</u>
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

o cupão será igual a:

<u>Taxa</u>		<u>N</u>
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance ($PerfAcção_i$), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 ($PerfInd_i$) para o mesmo período e

$$PerfAcção_i = (Acção_i - Acção_0) / Acção_0$$

$$PerfInd_i = (Ind_i - Ind_0) / Ind_0$$

$Acção_i$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Acção_0$ = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação

Ind_i = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

Ind_0 = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

B - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)

2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior * n/N, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- C - A remuneração será anual ($j=1a2$) e calculada de acordo como segue:

$$\text{Cupão}_j = \text{Factor}_4^j * \text{MAX} \{0\%; \frac{1}{4} \sum_{i=1a4} [(NKY4^*(j-1)+k/NKY4^*(j-1)+k-1)-SPX4^*(j-1)+k/SPX4^*(j-1)+k-1)]\}$$

$$\text{Factor}_i = \text{MAX} (0\%; \text{Factor}_{i-1} + A_i * 10\%), \text{ onde}$$

$$A_i = 1 \text{ se } NKY_i / NKY_{i-1} \geq SPX_i / SPX_{i-1}$$

$$A_i = -1, \text{ em caso contrário}$$

$$\text{Factor}_0 = 100\%$$

NKY_i – valor de fecho do índice Nikkei225 na Data de Observação i

SPX_i – valor de fecho do índice S&P500 na Data de Observação i

NKY_0 – valor de fecho do índice Nikkei225 na Data de Liquidação

SPX_0 – valor de fecho do índice S&P500 na Data de Liquidação

Será pago um cupão final, na data de reembolso, calculado de acordo com a seguinte fórmula:
 $\text{Max} [0\%; (2\% - \text{soma de todos os cupões pagos até à data})]$.

- D - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a

$$3\% * \text{valor nominal.}$$

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:

$$21\% * \text{valor nominal, se Euribor 6 meses } \epsilon > \text{Euribor 6 meses } \circ + 0,90\%;$$

$$3\% * \text{valor nominal, no caso contrário.}$$

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a $13\% * \text{valor nominal.}$

Entende-se por:

Euribor 6 meses \circ a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006;

Euribor 6 meses ϵ a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

E - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0%* (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0%* (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0%* (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0;7,5%* (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

F - A remuneração será paga anualmente, e o primeiro cupão será fixo:

1º cupão: 5%

A partir do 2º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, com um mínimo de 0% e um máximo de 6,5% por ano:

Mínimo [15 * (30 Yr Swap Rate – 10 Yr Swap Rate) + 0.75%;

15 * (10 Yr swap Rate – 2 Yr Swap Rate) + 1.25%]

30 Yr Swap Rate – Taxa swap a 30 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

10 Yr Swap Rate – Taxa swap a 10 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo

2 Yr Swap Rate – Taxa swap a 2 anos, em euros (página ISDAFIX2, na Reuters), observada no 5º dia útil anterior ao dia do pagamento do cupão respectivo.

G - Média aritmética da Lisbor 6 meses mais 1% arredondada para a centésima superior. No entanto se a taxa Lisbor ou Euribor for superior a 4.4% a remuneração transforma-se numa taxa fixa de 5.4% até ao final do empréstimo.

H - A remuneração será paga semestralmente. Os dois primeiros cupão serão fixos (taxa anual de 4,75%). Para os seguintes a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * (\text{Euribor 6 meses} + 2\%)$, onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado
N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Período	Data de cupão	Taxa fixa	Intervalos
1º semestre	29-Mai-06	4,75%	-
2º semestre	29-Nov-06	4,75%	-
3º semestre	29-Mai-07	-	[0; 4,00%]
4º semestre	29-Nov-07	-	[0; 4,00%]
5º semestre	29-Mai-08	-	[0; 4,40%]
6º semestre	29-Nov-08	-	[0; 4,40%]
7º semestre	29-Mai-09	-	[0; 4,40%]
8º semestre	29-Nov-09	-	[0; 4,40%]
9º semestre	29-Mai-10	-	[0; 4,40%]
10º semestre	29-Nov-10	-	[0; 4,40%]
11º semestre	29-Mai-11	-	[0; 4,65%]
12º semestre	29-Nov-11	-	[0; 4,65%]
13º semestre	29-Mai-12	-	[0; 4,90%]
14º semestre	29-Nov-12	-	[0; 4,90%]
15º semestre	29-Mai-13	-	[0; 5,15%]
16º semestre	29-Nov-13	-	[0; 5,15%]

- I - Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de Maio, para a 1ª série e a 20 de Junho, para as 2ª e 3ª séries):

Data Cupão	Taxa	Data Cupão	Taxa
1º cupão	5,50%		
2º cupão	5,50%		
3º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]		
4º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]		
5º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]		
6º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]		
7º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]		
8º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]		
9º cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]		, onde

n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.

Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

- J - A remuneração será paga anualmente e será igual a:

1º ano= 5,50% * valor nominal;
 2º ano= 5,50% * valor nominal;
 3º ano e seguintes = 6,25% * valor nominal se

Min (SDk/SD0-SXk/SX0 ; HSk/HS0- SXk/SX0) > Barreirak,

se não = 0%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

onde:

Barreira3 = Barreira a aplicar no 3º cupão = 0%

Barreira4 = Barreira a aplicar no 4º cupão = 1%

Barreira5 = Barreira a aplicar no 5º cupão = 2%

Barreira6 = Barreira a aplicar no 6º cupão = 3%

Barreira7 = Barreira a aplicar no 7º cupão = 4%

Barreira8 = Barreira a aplicar no 8º cupão = 5%

Barreirak = Barreira a aplicar no kº cupão

SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)

SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início

SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)

SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início

HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K(K=1 a 6)

HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

Em 31 de Dezembro de 2007, o Finibanco tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Recursos de outras instituições de crédito" tem a seguinte composição:

	31-12-2007
No país	
Mercado monetário interbancário	19.000
Depósitos	91.267
Empréstimos	46.708
Outros recursos	20.000
	<u>176.975</u>
No estrangeiro	
Em outras instituições de crédito	
Depósitos	21
Outros recursos	1.239
	<u>1.260</u>
	<u>178.235</u>
Despesas com encargo diferido	
Despesas com encargo diferido de operações passivas (associadas ao custo amortizado)	
Recursos de outras instituições de crédito	(169)
	<u>(169)</u>
Juros de recursos de outras instituições de crédito	
Recursos de instituições de crédito no país	1.661
	<u>1.661</u>
	<u>179.727</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" tem a seguinte composição:

	31-12-2007
Recursos de clientes	
Depósitos	
De residentes	
Do sector público administrativo	
À ordem	28.544
A prazo	126.638
	<u>155.182</u>
De emigrantes	
À ordem	1.773
A prazo	12.186
De poupança	4.910
	<u>18.869</u>
De outros residentes	
À ordem	468.714
A prazo	1.255.034
De poupança	22.645
Outros	15
	<u>1.746.408</u>
De não residentes	
À ordem	20.410
A prazo	61.399
	<u>81.809</u>
Outros recursos de clientes	
Cheques e ordens a pagar	<u>11.920</u>
Juros de recursos de clientes	
Depósitos	
De residentes	
Do sector público administrativo	1.296
De emigrantes	279
De outros residentes	14.370
De não residentes	611
	<u>16.556</u>
	<u>2.030.744</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" tem a seguinte composição:

	31-12-2007
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	
Dívida emitida	
Obrigações	10.511
	<u>10.511</u>
Despesas com encargo diferido	
Despesas com encargo diferido de operações passivas (associadas ao custo amortizado)	
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	(22)
	<u>(22)</u>
Encargos a pagar	
Juros e encargos similares	
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	307
	<u>307</u>
	<u>10.796</u>

O detalhe da rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA:			
<u>Emitidos em anos anteriores</u>			
Obrigações "VIC (SGPS)/2005 - 1ª Emissão"	2.805	A	20 de Janeiro de 2011
Obrigações "VIC (SGPS)/2005 - 2ª Emissão"	1.894	B	15 de Abril de 2012
Obrigações "VIC (SGPS)/2006 - 1ª Emissão"	5.600	C	17 de Janeiro de 2011
Obrigações "Finibanco Holding 05/10 Agosto"	212	D	29 de Agosto de 2010
	<u>10.511</u>		

- A - A taxa de juro é a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros acrescida de 1,5%.
- B - A taxa de juro é a correspondente à "Euribor de 12 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros acrescida de 1,5%.
- C - A taxa de juro é a correspondente à "Euribor de 6 meses" reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros acrescida de 1,5%.
- D - A taxa de juro será a correspondente à "Euribor de 12 meses", reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 0,5%.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

22. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos" tem a seguinte composição:

	31-12-2007
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	
Por crédito a clientes - titularizado	
Crédito não representado por valores mobiliários	
Crédito interno	247.627
	<u>247.627</u>
Despesas com encargo diferido	
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	(520)
	<u>(520)</u>
Encargos a pagar	
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	1.695
	<u>1.695</u>
	<u><u>248.802</u></u>

23. PROVISÕES

O Saldo da rubrica "Provisões" em 31 de Dezembro de 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007 é apresentado no quadro seguinte:

	Acções Judiciais	Responsabilidades contingentes	Responsabilidades contratuais	Garantias e compromissos	Total
Saldo de abertura 31.12.2006	-	233	-	-	233
Aumentos	1.200	3.560	-	-	4.760
Utilizações	-	(24)	-	-	(24)
Reposições	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Saldo final 31.12.2007	<u>1.200</u>	<u>769</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.969</u>

24. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Provisões técnicas", detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007
Provisões técnicas - Ramo vida	
De seguro directo	
Provisão matemática	14.524
Provisão para sinistros	5
	<u>14.529</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

25. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Os saldos, em 31 de Dezembro de 2007, da rubrica "Passivos por impostos correntes" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2007
Passivos por impostos correntes	
IRC a pagar	8.698
	<u>8.698</u>

26. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos, em 31 de Dezembro de 2007, da rubrica "Passivos por impostos correntes e diferidos" são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2007	
	Activo	Passivo
Impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
Provisões não aceites fiscalmente	-	-
Activos tangíveis	156	1.102
Activos intangíveis	-	-
Benefícios de empregados	-	-
Instrumentos financeiros	1.315	668
Activos não correntes disponíveis para venda	53	2
Reavaliações legais de imobilizado	-	91
Provisões, activos e passivos contingentes	-	742
Propriedades de investimento	-	4.917
	<u>1.524</u>	<u>7.522</u>
Impostos diferidos líquidos		<u>5.998</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

27. OUTROS PASSIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros passivos", em 31 de Dezembro de 2007 é como se segue:

	<u>31-12-2007</u>
<u>Credores por seguro directo e resseguro</u>	<u>121</u>
	<u>121</u>
<u>Outros credores</u>	
<u>Credores e outros recursos</u>	
Recursos diversos	5.370
Sector público administrativo	5.119
Cobranças por conta de terceiros	33
Juros, dividendos e outras remunerações de de capital a pagar	10.348
Contribuições para outros sistemas de saúde	180
Credores diversos	
Credores por operações sobre valores mobiliários	111
Credores por fornecimento de bens	5.670
Outros credores	15.187
	<u>42.018</u>
<u>Encargos a pagar</u>	
Outros juros e encargos similares	106
Outros encargos a pagar	
Prémio de antiguidade	2.036
Outros	12.177
	<u>14.319</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>	
Outros receitas com rendimento diferido	7.030
<u>Outras contas de regularização</u>	<u>1.803</u>
	<u>65.170</u>
	<u>65.291</u>

28. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital subscrito da APCL Financeira ascende a m.Euros 100.000 e encontra-se integralmente realizado.

A APCL Financeira não detinha em 31 de Dezembro de 2007 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

29. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2007, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007
Juros e rendimentos similares	
Disponibilidades	1.634
Aplicações em instituições de crédito	12.901
Crédito a clientes	137.458
Crédito vencido	4.702
Outros activos financeiros	
Activos detidos para negociação	18.275
Activos financeiros disponíveis para venda	587
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	10.722
Devedores e outras aplicações	2.701
Outros juros e rendimentos similares	66
Comissões recebidas no crédito a clientes	7.432
	<u>196.478</u>
Juros e encargos similares	
Recursos de outras instituições de crédito	7.515
Recursos de clientes	59.787
Juros de empréstimos	939
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	2.760
Passivos financeiros de negociação	25.974
Juros de passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização	10.722
Passivos subordinados	4.064
Outros juros e encargos similares	45
Comissões pagas no crédito a clientes	4.742
	<u>116.548</u>
Rendimentos provenientes de :	
Activos financeiros disponíveis para venda	2.365
Outros instrumentos de capital	52
	<u>2.417</u>
	<u>82.347</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

30. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões" detalha-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>
Rendimentos de serviços e comissões por :	
Garantidas prestadas	1.870
Compromissos assumidos perante terceiros	374
Operações sobre instrumentos financeiros	309
Serviços prestados	16.640
Operações realizadas por conta de terceiros	1.448
Outras comissões recebidas	7.457
	<u>28.098</u>
Encargos com serviços e comissões por :	
Garantidas prestadas	-
Compromissos assumidos perante terceiros	28
Serviços bancários prestados por terceiros	1.869
Operações realizadas por terceiros	997
Outras comissões pagas	4.001
	<u>6.895</u>
	<u>21.203</u>

31. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Rendimentos de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" detalha-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>
Ganhos em :	
Activos financeiros detidos para negociação	
Títulos	40.010
Instrumentos derivados	45.204
Passivos financeiros de negociação	312
Activos financeiros designados ao justo valor (fair value option)	
Operações passivas	
Outras	15.997
	<u>101.523</u>
Perdas em :	
Activos financeiros detidos para negociação	
Títulos	19.182
Instrumentos derivados	43.492
Passivos financeiros de negociação	573
Activos financeiros designados ao justo valor (fair value option)	
Operações passivas	
Outras	7.837
	<u>71.084</u>
	<u>30.439</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

32. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" detalha-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>
Ganhos em :	
Activos financeiros disponíveis para venda	
Títulos	22.363
Perdas em :	
Activos financeiros disponíveis para venda	
Títulos	429
	<u>21.934</u>

33. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Resultados de alienação de outros activos" detalha-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>
Ganhos na alienação de:	
Activos não financeiros	
Activos não correntes detidos para venda	30
Outros activos tangíveis	63
	<u>93</u>
Perdas na alienação de :	
Activos não financeiros	
Activos não correntes detidos para venda	15
Outros activos tangíveis	2
	<u>17</u>
	<u>76</u>

34. PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Prémios líquidos de resseguro", detalha-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>
Prémios de seguro directo vida	
Prémios processados	16.208
Prémios estornados	(372)
Apólices e actas adicionais	14
Prémios de resseguro cedido	
De seguro directo vida	
Prémios	(348)
	<u>15.502</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

35. CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Prémios líquidos de resseguro", detalha-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>
Custos com sinistros de seguro directo vida	
Montantes pagos	157
Variação da provisão para sinistros	5
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros vida	
De seguro directo vida	
Nos montantes pagos	(35)
Na variação da provisão para sinistros	-
	<u>127</u>

36. VARIACÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Prémios líquidos de resseguro", detalha-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2007</u>
Variação das outras provisões técnicas	
Variação da provisão para sinistros	
De seguro directo vida	
Provisão matemática	14.523
	<u>14.523</u>

37. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Outros resultados de exploração" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007
Ganhos em :	
Outros ganhos em operações financeiras	
Operações activas	
Outros	67
Outros ganhos em activos não financeiros	
Activos não correntes detidos para venda	158
Outros activos tangíveis	539
Outros activos não financeiros	39
Outros ganhos e rendimentos operacionais	
Reembolso de despesas	10.761
Recuperação de créditos, juros e despesas	-
Prestação de serviços diversos	10.903
Outros	5.494
	<u>27.961</u>
Perdas em :	
Outros perdas em operações financeiras	
Operações activas	
Outros	2
Outros impostos	810
Quotizações e donativos	261
Contribuições para o FGD e FGAM	341
Perdas em activos não financeiros	
Activos não correntes detidos para venda	1.864
Outros activos tangíveis	621
Outros activos não financeiros	57
Outros encargos e gastos operacionais	2.418
	<u>6.374</u>
	<u>21.587</u>

38. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Custos com o pessoal" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007
Remunerações	
Dos órgãos de gestão e fiscalização (Nota 50)	2.202
De empregados	40.384
Encargos sociais obrigatórios	
Encargos relativos a remunerações	6.874
Fundo de pensões (Nota 49 alinea g)	6.804
Outros	659
Outros custos com o pessoal	
Indemnizações contratuais	444
Transferências de pessoal	21
Outros custos com o pessoal	(205)
	<u>57.183</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2007, o número médio de efectivos do Grupo APCL, por categorias profissionais, era o seguinte:

	31-12-2007
Administração	11
Direcção	90
Chefia	260
Técnicos	367
Administrativos	453
Outros	57
	1.238

39. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Gastos gerais administrativos" detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2007
Com fornecimentos :	
Água, energia e combustíveis	1.527
Material de consumo corrente	1.460
Publicações	56
Material de higiene e limpeza	46
Outros fornecimentos de terceiros	196
	3.285
Com serviços :	
Rendas e alugueres	7.062
Comunicações	3.005
Deslocações, estadas e representação	1.254
Publicidade e edição de publicações	3.099
Conservação e reparação	2.069
Transportes	308
Formação de pessoal	247
Seguros	532
Serviços especializados	10.321
Outros serviços de terceiros	4.265
	32.162
	35.447

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

40. IMPARIDADE

O detalhe da rubrica "Imparidade", em 31 de Dezembro 2007, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2007, era como a seguir se mostra.

Imparidade	Saldo 31-12-2006	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Outras	Saldo 31-12-2007
<u>Activos financeiros disponíveis para venda</u> (Nota 6)	727	8	-	-	-	735
<u>Crédito a clientes</u>						
. Crédito não representado por valores mobiliários	30.793	29.058	(2)	(16.929)	0	42.920
<u>Crédito e juros vencidos</u>						
. Crédito não representado por valores mobiliários	30.302	29.235	(26.727)	(4.151)	-	28.659
.Crédito representado por valores mobiliários	110	-	-	-	-	110
(Nota 8)	30.412	29.235	(26.727)	(4.151)	-	28.769
	61.205	58.293	(26.729)	(21.080)	0	71.689
<u>Activos não correntes detidos para venda</u> (Nota 9)	-	7.427	-	-	-	7.427
<u>Devedores e outras aplicações</u> (Nota 16)	901	4.946	(1)	(5)	10.768	16.609
<u>Investimentos em filiais excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos</u> (Nota 13)	344	-	-	(3)	-	341
	63.177	70.674	(26.730)	(21.088)	10.768	96.801

O valor das utilizações corresponde a créditos abatidos ao activo.

A demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações" inclui o saldo da conta "Recuperações de crédito, juros e despesas" no valor de m.Euros 7.162.

Inclui ainda m.Euros 2.373 referentes ao ajustamento dos "Passivos financeiros associados a activos transferidos".

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

41. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2007 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31-12-2007
Imposto corrente :	
1. Resultado antes de impostos	53.407
2. Taxa legal de imposto (IRC + Derrama) (*)	26,40%
3. Carga fiscal normal (1*2)	14.097
4. Variações patrimoniais positivas	(639)
5. Variações patrimoniais negativas	(751)
6. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis	
6.1. Reintegrações não aceites	50
6.2. Provisões não dedutíveis	18.579
6.3. Mais valias fiscais	610
6.4. Derivados	-
6.5. Imputação de lucros de sociedades não residentes	-
6.6. Encargos financeiros com a aquisição de participações	2.200
6.7. Outros custos não dedutíveis	3.340
7. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis	
7.1. Redução de provisões não tributadas	(4.828)
7.2. Benefícios fiscais	(1.842)
7.3. Derivados	-
7.4. Excesso de estimativa de impostos	(506)
7.5. Rendimentos nos termos do artigo 46º	(17.987)
7.6. Outros proveitos não tributados	(3.360)
8. Resultados não tributáveis (ZFM)	(383)
9. Prejuízos fiscais reportáveis	(202)
10. Lucro tributável (1+4+5+6+7-8+9)	48.454
11. Imposto antes da tributação autónoma (10*2)	12.763
12. Dupla tributação internacional	(11)
13. Tributações autónomas	165
14. Imposto total (11+12+13)	12.917
15. Taxa efectiva (14/1)	24,19%

(*) Taxa média do Grupo

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2003 a 2007 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

42. RESUMO DA COMPOSIÇÃO DO LUCRO CONSOLIDADO

A formação do lucro consolidado em 31 de Dezembro de 2007, pode ser resumida como segue:

	31-12-2007
Lucro da APCL Financeira	35.653
Lucro/(prejuízo) das empresas filiais, consolidadas pelo método da integração global:	
Finibanco Holding, SGPS	14.854
Finibanco	20.855
Finicrédito	1.398
Finivalor	3.334
Finimóveis	(23)
Finisegur	82
Finibanco Vida	51
Fini International Luxembourg	610
VIC, SGPS	(881)
Lameira	(13)
Sogibraga	8
Sogiporto	(860)
VIC Betelligungs (Austria)	(8)
SAF	-
	<u>75.060</u>
Apropriação de resultados das empresas pelo método da equivalência patrimonial	4.372
Anulação de dividendos recebidos pela VIC, SGPS	(5.023)
Anulação de dividendos recebidos pelo Finibanco Holding, SGPS	(52.298)
Interesses minoritários	(10.832)
Outros ajustamentos de consolidação	1.087
Lucro consolidado	<u>12.366</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

43. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	<u>31-12-2007</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais :	
Garantias pessoais/institucionais	107.727
Garantias reais (activos dados em garantia)	13.375
	<u>121.102</u>
Garantias recebidas :	
Garantias pessoais/institucionais	1.579.568
Garantias reais (activos recebidos em garantia)	1.317.116
	<u>2.896.684</u>
Compromissos perante terceiros :	
Compromissos irrevogáveis	
Linhas crédito irrevogáveis	186.879
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para FGD	2.315
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	625
Outros compromissos irrevogáveis	7.650
Compromissos revogáveis	204.981
	<u>402.450</u>
Operações cambiais e instrumentos derivados :	
Operações cambiais à vista	10.021
Instrumentos de negociação	877.148
Instrumentos de cobertura	1.002.993
	<u>1.890.162</u>
Responsabilidades por prestação de serviços :	
Depósito e guarda de valores	1.644.636
De cobrança de valores	80.063
Valores administrados pela instituição	771.388
	<u>2.496.087</u>
Serviços prestados por terceiros :	
Por depósito e guarda de valores	1.340.413
Por cobrança de valores	53.821
	<u>1.394.234</u>
Outras contas extrapatrimoniais :	
Consignações	29
Créditos abatidos ao activo	150.591
Juros vencidos	7.371
Despesas de crédito vencido	9.455
Contratos com recurso - facturas não financiadas	142
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	235.539
Obrigações de caixa emitidas	168.451
Crédito renegociado	14.778
Provisões acumuladas para crédito renegociado	1.245
Outras	26.967
	<u>614.568</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

44. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante global dos elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira, convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, é como segue:

Activos		Passivos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.000	Passivos financeiros detidos para negociação	16
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.999	Recursos de outras instituições de crédito	3.611
Activos financeiros detidos para negociação	21.374	Recursos de clientes e outros empréstimos	30.791
Activos financeiros disponíveis para venda	7.311	Passivos por impostos diferidos	128
Aplicações em instituições de crédito	24.639	Outros passivos e contas de regularização	48.014
Crédito a clientes	23.933	Reservas de reavaliação	354
Outros activos e contas de regularização	658		
	82.914		82.914

45. RELATO POR SEGMENTO

A segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2007 é apresentada no Anexo IV.

Substancialmente as actividades do grupo desenvolvem-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

46. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A comparação dos valores de balanço dos activos e passivos financeiros com os respectivos justos valores apresenta-se como segue:

	31-12-2007		
	Valor Balanço	Justo valor	Valores não Reconhecidos
Activos:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	86.625	86.625	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.339	56.339	-
Activos financeiros detidos para negociação	80.406	80.406	-
Activos financeiros detidos para venda	151.629	151.629	-
Aplicações em instituições de crédito	77.615	77.615	-
Crédito a clientes	2.197.571	2.315.457	(117.886)
Total Activos financeiros	2.650.185	2.768.071	(117.886)
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	31.232	31.232	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	163.522	163.522	-
Recursos de outras instituições de crédito	179.727	179.727	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.030.744	2.021.977	8.767
Responsabilidades representadas por títulos	10.796	10.796	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	248.802	248.802	-
Outros passivos subordinados	654	654	-
Total Passivos financeiros	2.665.477	2.656.710	8.767

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As metodologias utilizadas para a determinação dos justos valores foram as seguintes:

Activos e passivos para os quais o justo valor é aproximado ao valor de balanço

Para os activos e passivos financeiros líquidos ou que tenham um prazo de maturidade inferior a 1 ano foi assumido que o valor de balanço é uma aproximação do seu justo valor. Esta assumpção também é aplicável aos depósitos à ordem de clientes e instrumentos com taxa de juro variável.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

O justo valor dos derivados foi estimado utilizando o modelo de actualização dos fluxos de caixa usando as taxas de juro do mercado interbancário e outros indicadores observáveis no mercado.

Os títulos cotados foram valorizados pelo seu valor de cotação no final do exercício. Os títulos não cotados, de valor residual, foram mantidos ao custo dado não estar disponível uma aproximação fiável do seu justo valor.

Passivos ao justo valor através de resultados

O justo valor dos instrumentos designados como ao justo valor através de resultados foi obtido por utilização de técnicas de valorização consideradas adequadas (desconto de fluxos de caixa e modelos de a valiação de opções) utilizando como inputs dados observáveis de mercado.

Instrumentos financeiros com taxa de juro fixa (crédito e recursos de clientes)

O justo valor dos activos e passivos financeiros com taxa de juro fixa foi estimado através da actualização dos fluxos de caixa usando as taxas de juro de mercado para instrumentos similares.

47. GESTÃO DO RISCO

O Finibanco mantém uma política tendencialmente mais conservadora na assunção dos riscos, expressa num nível máximo de alocação de fundos próprios, calculados por método interno em função do perfil do cliente, não sendo, em princípio, permitidas operações que exijam níveis superiores.

Em função destes princípios, deverão ser rejeitadas todas as operações que não satisfaçam os padrões de risco e outras que não se enquadrem na estratégia definida.

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

O processo de gestão do risco, tem como pilar o Conselho de Administração, primeiro responsável na identificação e controlo dos riscos. No âmbito da Comissão de Gestão de Activos e Passivos são analisados riscos relacionados com a gestão do balanço, nomeadamente o risco de liquidez e risco de taxa de juro. Ao Comité de Investimentos, compete a avaliação da conjuntura macro-económica global, a proposição das linhas de estratégia de investimentos valores mobiliários, a análise do comportamento dos mercados e dos seus distintos segmentos e a oportunidade da efectivação de negócios. Ao nível do risco de crédito, existem diversos órgãos responsáveis pela sua gestão, nomeadamente:

- A Direcção de Crédito, órgão que tem por objectivo analisar os clientes e as operações de crédito, avaliando a sua adequação à política de crédito definida e às orientações relativas à qualidade e rendibilidade do crédito, assegurar a decisão de crédito em conformidade com as análises efectuadas e gerir o processo de apuramento das imparidades de crédito;
- A Direcção de Auditoria de Crédito, órgão que tem por objectivo efectuar auditorias orientadas para o processo de concessão de crédito, avaliando o cumprimento dos requisitos de qualidade dos serviços internos prestados por cada um dos órgãos que participam nas actividades de concessão de crédito, desde a área comercial até à recuperação por via não contenciosa;

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

*(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- O Gabinete de Acompanhamento de Crédito, que tem como objectivo monitorizar a carteira de crédito e aplicar um sistema prospectivo de acompanhamento e gestão do crédito, visando, nomeadamente, a emissão de recomendações e a implementação de estratégias de envolvimento creditício.

Existe ainda um Gabinete de Controlo de Riscos, unidade independente que analisa e controla os diversos riscos associados ao negócio.

No processo de mitigação dos riscos, às operações de crédito está, normalmente, associada a existência de colaterais físicos ou financeiros, bem como de garantias prestadas por terceiros. São também utilizados instrumentos derivados para a cobertura de outros riscos, nomeadamente cambial e de taxa de juro.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

Os objectivos, políticas e estratégias da gestão do risco de crédito encontram-se consubstanciadas em documento próprio emanado do Conselho de Administração, e configuram as linhas mestras de actuação nesta área. Nele se referem, nomeadamente, segmentos, sectores, produtos ou tipologia das operações a privilegiar, sempre assentes nos princípios da diversificação, segurança, rendibilidade, liquidez, avaliação do risco de crédito e colegialidade na decisão de crédito.

A gestão do risco de crédito no Finibanco tem como base o Regulamento Geral de Crédito, onde estão estabelecidos os princípios, as regras e a organização do processo de concessão de crédito, assentes na independência nas diversas fases do processo creditício: análise, aprovação, acompanhamento das operações e monitorização da carteira.

A análise do risco de crédito tem por base a avaliação do cliente, o "rating", o produto, as garantias/ colaterais, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se construir uma carteira sã, que tenha subjacente decisão fundamentada em apreciação que pondere, de forma equilibrada, os factores subjacentes e objectivos.

Para a classificação e avaliação do risco dos clientes-empresa, o Finibanco dispõe de um sistema interno de classificação de risco que incorpora as componentes qualitativa e quantitativa, com avaliação da posição do sector em que a empresa se insere.

Para o crédito pessoal, crédito à habitação e cartões de crédito, a avaliação do perfil de risco dos clientes é efectuada através do sistema de "Credit Scoring", com módulos específicos para cada tipo de crédito. Como ferramenta de apoio à decisão, o sistema de "Credit Scoring" é uma técnica que procura medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento, construído com base num conjunto de informações tidas como relevantes para se aferir da solvabilidade associada ao mesmo.

No Finibanco, está implementado um sistema electrónico de gestão e concessão de crédito, um sistema operacional que integra todo o processo de decisão de crédito nas suas várias actividades: propositura, apreciação e decisão, controlando os momentos da formalização e do processamento, com benefícios significativos na diminuição do risco operacional, na maior celeridade na decisão e no registo de informação.

No documento "Regulamento Geral de Pricing", estão definidos os princípios para a fixação das taxas a praticar, bem como a delegação de competências para a respectiva aprovação. Como complemento do processo de decisão, é utilizado um sistema de "pricing" e risco que, em função do risco de cada operação de crédito, calculado por metodologia interna e traduzido em nível de alocação de fundos próprios, indica o preço a praticar que garanta a rentabilidade-objectivo internamente definida para os capitais próprios.

O acompanhamento das operações de crédito, está no âmbito do Gabinete de Acompanhamento de Crédito, que tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira actual de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vivo, vencido e vincendo. No âmbito do crédito vivo, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende identificar antecipadamente clientes com elevada probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades e prevenir situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende tipificar atempadamente o nível de

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

gravidade de incumprimento dos clientes, propondo, em conformidade, a sua transferência para os serviços de recuperação.

No processo de monitorização, para além do acompanhamento individualizado por operação e por cliente, procede-se à análise regular da qualidade e da estrutura da carteira de crédito. Assim, exerce-se vigilância sobre a concentração de responsabilidades, nomeadamente, sectorial, por área geográfica, por cliente, por tipo de produto, por notação de risco, por tipo de garantia associada e por maturidade, entre outras. Procede-se à avaliação dos activos recebidos como garantias/colaterais das operações de crédito, por forma a garantir as coberturas desejadas. Paralelamente, analisa-se a evolução do crédito vencido e respectivas recuperações, o grau de cobrabilidade estimado e a adequação das provisões constituídas.

Está também implementado um modelo interno de avaliação da qualidade da carteira de crédito das diferentes unidades de negócio através do qual, partindo da análise das características das operações de crédito, se calcula o capital económico adequado ao nível de risco incorrido. Com utilização da metodologia RAROC, é apurada a rentabilidade de cada portfolio em função do respectivo risco.

Estão disponíveis sistemas de alerta para situações atípicas, destinados à estrutura comercial, a quem também são disponibilizados, com actualização diária e possibilidade de consulta via intranet, diversos indicadores caracterizadores da carteira de crédito, nomeadamente posição diária, saldos médios mensais, taxas médias, crédito vencido e provisionamento. Dispõe-se, ainda, de informação diária, também via intranet, das situações de incumprimento.

Nos casos de incumprimento, e cumpridos os prazos limite de permanência nesta condição no âmbito das Direcções Comerciais, procede-se à transferência dos créditos para o Serviço de Recuperação e Contencioso, órgão que empreende todas as acções necessárias à recuperação do crédito.

Exposição em risco

O quadro seguinte evidencia o montante máximo de exposição ao risco de crédito, por classe de activos. Os montantes apresentados são líquidos de provisões e imparidades.

	mil Eur	
Exposição total a risco de crédito	31-12-2007	31-12-2006
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	35.632	16.033
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.284	60.455
Activos financeiros detidos para negociação	4.036	2.376
Activos financeiros disponíveis para venda	38.374	16.782
Aplicações em instituições de crédito	94.415	44.042
Crédito a clientes	2.197.572	1.794.781
Outros activos	29.594	20.601
Sub-total	2.455.907	1.955.070
Passivos contingentes	106.972	89.034
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	184.931	161.762
Sub-total	291.903	250.796
Exposição total a risco de crédito	2.747.810	2.205.866

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Concentração de Risco - Sectorial

O quadro seguinte mostra uma análise sectorial da carteira de crédito a clientes. Os valores evidenciados correspondem à exposição máxima para o crédito por desembolso (portfolio líquido de provisões e imparidades), antes e depois do efeito mitigador dos colaterais associados.

Sector de actividade	Concentração risco de crédito por desembolso e assinatura			
	31-12-2007		31-12-2006	
	Exposição máxima		Exposição máxima	
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
Agricultura, Silvicultura e Pescas	27.189	15.424	21.021	11.328
Alimentação, Bebidas e Tabaco	28.850	22.828	24.248	16.817
Comércio, Restaurantes e Hotéis	378.314	285.169	339.135	228.668
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	391.014	190.249	293.009	111.755
Electricidade, Água e Gás	1.093	1.093	482	307
ENIS	35.206	23.496	29.332	17.734
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transf.	25.400	17.318	18.194	9.364
Indústria Química e Actividades Conexas	29.117	24.707	30.033	23.653
Indústrias Extractivas	15.340	13.269	16.785	7.682
Intermediação Financeira, Seguros e Pensões	5.397	4.611	64.224	55.535
Madeira, Cortiça e Papel	44.192	38.874	38.282	34.756
Metalúrgicas de Base	7.033	5.464	5.586	3.642
Outros	30.759	29.993	2.363	1.296
Papel, Artes Gráficas e Editoriais	16.092	14.448	15.529	10.110
Particulares	834.933	456.927	664.347	296.667
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	67.377	54.414	54.897	37.806
Produtos Minerais não Metálicos	28.018	19.209	22.407	13.322
Serviços	144.792	109.801	67.448	14.286
Têxteis, Vestuário e Calçado	51.698	42.187	49.895	37.654
Transportes e Actividades Conexas	27.800	19.378	20.172	11.802
Sub-total	2.187.614	1.388.860	1.777.390	944.206
Passivos contingentes	106.972	73.959	89.034	89.034
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	184.931	166.533	161.762	161.762
Sub-total	291.903	240.491	250.796	250.796
Exposição total a risco de crédito *	2.479.517	1.629.352	2.028.186	1.195.002

* Excluída de proveitos a receber no total de 12,660 milhões de euros em 2007, e 17,391 milhões de euros em 2006.

O tipo e valor dos colaterais/garantias exigidos na aprovação das operações de crédito dependem da avaliação do risco da contraparte. Os principais tipos de colaterais são os seguintes:

- Hipotecas;
- Penhores de instrumentos financeiros;
- Penhores de bens físicos.

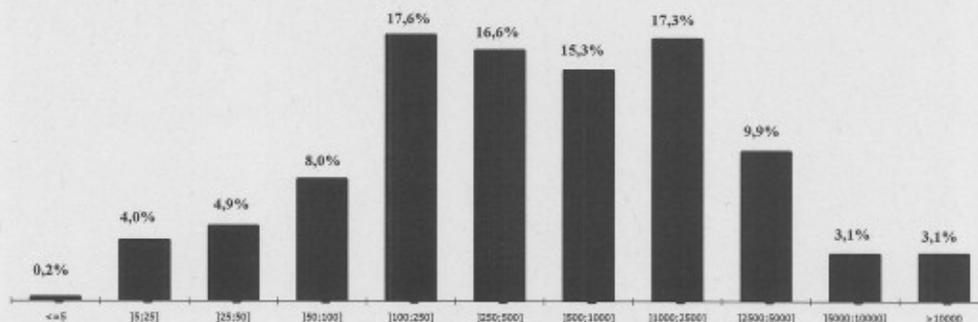
Nas diversas operações de crédito, o grupo também obtém garantias pessoais e avales que, no entanto, não estão reflectidos no quadro anterior. A exposição a entidades não residentes representa menos de 1% da exposição total a risco de crédito.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

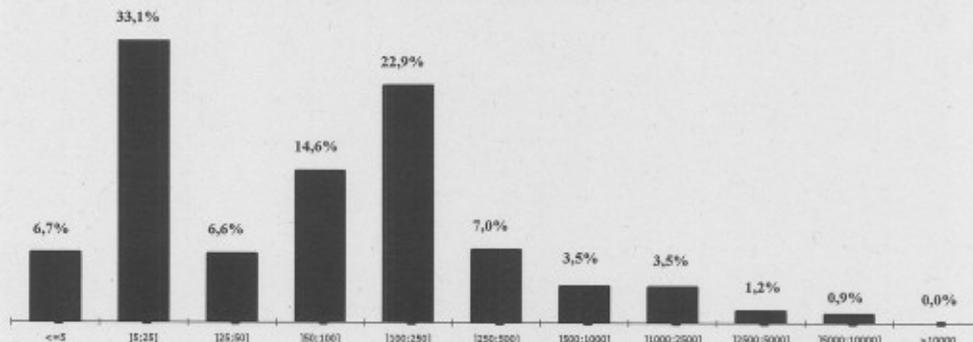
Concentração de risco - montantes

Os gráficos seguintes permitem observar a concentração por montante de crédito concedido, por tipo de cliente.

Crédito a Empresas - Por Montante e Cliente (mil Eur)

Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes empresa, existe um elevado grau de diversificação por escalão de montantes, nomeadamente nos quatro escalões situados entre 100 mil euros e 2.500 mil euros. Esta distribuição reflecte o peso das PME's no portfolio de crédito a empresas. O escalão com maior relevância tem 17,6% do total da exposição, e diz respeito a clientes com montantes entre 100 mil euros e 250 mil euros.

Crédito a Particulares e Enis - Por Montante e Cliente (mil Eur)

Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes particulares, 33,1% da exposição encontra-se em clientes com montantes entre 5 mil euros e 25 mil euros, reflectindo a relevância do crédito ao consumo.

Em 31 de Dezembro de 2007, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte ascendia a 21,1 milhões de euros, antes e depois de colaterais (10,4 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2006).

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O montante de crédito a clientes desagregado por notação interna de risco, é o que a seguir se indica:

mil Eur		
Crédito a clientes bruto por notação de risco *		
	31-12-2007	31-12-2006
A	13.677	13.148
B	135.850	99.983
C	377.147	332.773
D	503.221	397.586
E	168.948	138.800
Sem notação	158.294	138.073
Sub-total Empresas	1.357.138	1.120.363
Particulares	899.462	718.233
Total	2.256.600	1.838.595
(dos quais com indícios de imparidade individual)	11.500	5.512

* Rubrica de crédito a clientes bruto, excluída de proventos a receber no total de 12.660 milhões de euros em 2007, e 17.391 milhões de euros em 2006.

O montante de créditos renegociados relativos à participada Finibanco, S.A. desagregado por tipo de cliente em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 é como a seguir se indica, para os quais estão alocadas perdas por imparidade no montante de 1,2 milhões de euros e 2,2 milhões de euros, respectivamente.

mil Eur		
Tipo de Cliente	31-12-2007	31-12-2006
Empresas	11.696	8.815
Particulares	3.059	1.917
Total	14.755	10.731

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2007 é como a seguir se indica:

mil Eur					
Crédito Vencido por antiguidade	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	4.491	1.683	148	1.112	7.434
3 - 6 m	5.294	844	295	617	7.050
6 - 9 m	5.166	1.169	449	572	7.355
9 - 12 m	7.770	996	272	876	9.914
12 - 15 m	4.218	898	180	720	6.017
15 - 18 m	1.729	867	375	620	3.591
18 - 24 m	4.406	547	717	798	6.467
24 - 30 m	3.186	120	254	434	3.993
30 - 36 m	658	22	629	148	1.458
36 - 48 m	696	13	448	410	1.567
48 - 60 m	17	18	21	118	173
> 60 m	144	8	0	56	208
Juros vencidos a regularizar	298	34	59	96	487
Total	38.072	7.220	3.847	6.575	55.714

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A desagregação do crédito vencido por antiguidade em 31 de Dezembro de 2006 é como a seguir se indica:

Crédito Vencido por antiguidade	mil Eur				
	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
< 3 meses	2.936	2.022	494	876	6.327
3 - 6 m	2.051	965	150	757	3.924
6 - 9 m	2.144	1.359	112	528	4.143
9 - 12 m	4.426	1.186	312	689	6.613
12 - 15 m	2.247	1.012	164	435	3.859
15 - 18 m	2.260	1.079	164	1.175	4.678
18 - 24 m	5.851	573	229	1.516	8.169
24 - 30 m	1.782	80	233	777	2.872
30 - 36 m	431	60	105	192	789
36 - 48 m	3.824	108	16	893	4.842
48 - 60 m	131	22	6	53	212
> 60 m	764	10	214	98	1.086
Juros vencidos a regularizar	236	23	51	93	403
Total	29.085	8.500	2.250	8.082	47.917

O valor dos colaterais associados ao crédito vencido ascende a 13,1 milhões de euros.

Imparidade

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente;
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

O Grupo inicialmente procede a uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe evidência objectiva de imparidade, cujos montantes se encontram apresentados nos quadros seguintes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A desagregação do crédito vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual, em 31 de Dezembro de 2007, é como a seguir se indica:

Crédito Vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual	mil Eur				Total
	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	
< 3 meses	829	0	0	0	829
3 - 6 m	2.334	0	0	0	2.334
6 - 9 m	1.607	0	0	0	1.607
9 - 12 m	3.417	0	0	89	3.506
12 - 15 m	955	0	0	0	955
15 - 18 m	322	0	0	0	322
18 - 24 m	1.071	0	0	0	1.071
24 - 30 m	572	0	216	0	788
30 - 36 m	88	0	0	0	88
36 - 48 m	0	0	0	0	0
48 - 60 m	0	0	0	0	0
> 60 m	0	0	0	0	0
Juros vencidos a regularizar	0	0	0	0	0
Total	11.196	0	216	89	11.500

A desagregação do crédito vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual, em 31 de Dezembro de 2006, é como a seguir se indica:

Crédito Vencido por antiguidade com indícios de imparidade individual	mil Eur				Total
	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	
< 3 meses	69	0	0	0	69
3 - 6 m	76	0	0	0	76
6 - 9 m	401	0	0	0	401
9 - 12 m	959	0	0	0	959
12 - 15 m	200	0	0	0	200
15 - 18 m	90	0	0	0	90
18 - 24 m	2.785	0	0	0	2.785
24 - 30 m	0	0	0	0	0
30 - 36 m	0	0	0	0	0
36 - 48 m	933	0	0	0	933
48 - 60 m	0	0	0	0	0
> 60 m	0	0	0	0	0
Juros vencidos a regularizar	10	0	0	0	10
Total	5.512	0	0	0	5.512

Caso seja determinado que não existe evidencia objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, afim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

Neste contexto, para efeitos da análise colectiva, o Banco procedeu à estratificação da sua carteira de crédito em segmentos homogéneos, implementando um modelo de análise de imparidade de crédito baseado na análise das frequências de incumprimento (PD – *Probability of default*), perdas históricas incorridas (LGD – *Loss Given Default*) e exposição total ao risco (EAD – *Exposure at default*). A carteira de crédito foi estratificada em segmentos considerados pela instituição como homogéneos e representativos da realidade creditícia do banco. Os mesmos, tiveram em conta não só o tipo de crédito, como também o sector de actividade dos mutuários.

O Modelo de avaliação e quantificação de risco de crédito em utilização para análise colectiva de imparidade deriva do modelo desenvolvido com uma empresa de consultoria externa no âmbito do projecto de Basileia II. Trata-se de um modelo estrutural para determinar a probabilidade de incumprimento seguindo uma abordagem de acordo com o modelo desenvolvido por Merton, onde é considerada a existência de uma barreira (retirada da distribuição dos índices económicos) e designada barreira de incumprimento, abaixo da qual o devedor não consegue cumprir com as suas obrigações perante a instituição bancária. Esta abordagem reflecte uma adequação à probabilidade de incumprimento e à LGD do devedor bem como a correlação existente entre o risco idiosincrático e sistemático. Associado ao conceito de incumprimento surge a EDF (*Expected Default Frequency*) que é um dos *inputs* mais críticos do modelo.

O modelo desenvolvido internamente assenta numa estrutura multidimensional que subdivide o modelo de quantificação do risco da carteira de crédito em vários, sub-modelos, os quais procuram explicar as várias vertentes inerentes ao risco da carteira de crédito. Os referidos sub-modelos apresentam-se abaixo:

- Modelo de Exposições – Este sub-modelo, contém informação relativa a todos os contratos existentes na instituição, caracterizando os mesmos entre outras, de acordo com várias variáveis;
- Modelo de Incumprimentos – O sub-modelo de Incumprimentos, tem como objectivo determinar qual a taxa de incumprimento associada a cada segmento homogéneo de crédito (PD). O modelo calcula a frequência de incumprimento baseada no número de contratos existentes face ao número de contratos que entraram em incumprimento num determinado segmento num dado período temporal, na circunstância um trimestre. Para o efeito foi utilizada a informação histórica disponível em formato electrónico abrangendo o período desde o início do 2º semestre de 1999 até ao final do 2º semestre de 2007;
- Modelo de Colaterais – Trata-se de um sub-modelo, que procura reunir toda a informação relativa a garantias recebidas, caracterizando as mesmas por tipo, valor e maturidade;
- Modelo de Índices Macro Económicos – O sub-modelo de índices macro-económicos, pretende efectuar a agregação de um conjunto de séries temporais de índices macro-económicos, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística ou outras Instituições que publiquem índices de forma regular.

Foram definidos à partida oito índices, os quais foram utilizados para efectuar análises de correlação entre os mesmos e a taxa de incumprimento nos contratos constantes de cada grupo homogéneo.

- Modelo de Perdas – O sub-modelo de perdas, pretende quantificar as perdas em que a instituição incorreu, através da informação proveniente dos sub-modelos acima identificados, concretamente o modelo de exposições e de colaterais e de informação do departamento de contencioso relativa à percentagem de recuperação efectiva.

Além dos campos de caracterização referenciados, nos sub-modelos de exposições e de colaterais, este modelo inclui ainda como campo base, a percentagem de recuperação.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As metodologias de cálculo das variáveis de base do modelo, tiveram em conta a informação histórica constante dos sistemas operacionais do banco e também nos sistemas auxiliares de controlo da recuperação de crédito geridos pelo serviço de recuperação de crédito e pelo departamento de contencioso. Esta mesma informação histórica foi posteriormente standardizada e extrapolada, tendo por base os índices macro-económicos correlacionados, que, no caso em concreto se resume apenas ao índice representativo da taxa de desemprego. Tal situação ocorre, por não ter sido possível ainda demonstrar, uma elevada correlação entre os incumprimentos verificados e os restantes indicadores macro-económicos, por este facto apenas foi considerado como único indicador a incluir na extrapolação o indicador de taxa de desemprego, o qual demonstrou ser o mais estável.

Cálculo da Probabilidade de Incumprimento (PD)

O cálculo da probabilidade de incumprimento, foi efectuado tendo por base o número de contratos em incumprimento numa determinada data (normalmente um trimestre), face ao número total de contratos do grupo homogéneo de créditos. Seguidamente, esta mesma relação é anualizada e extrapolada em função do índice macro-económico seleccionado, obtendo-se desta forma o valor da PD.

Cálculo da Perda em caso de incumprimento (LGD)

O cálculo da perda económica máxima esperada, assentou na análise do histórico de perdas/recuperações efectivas, calculado pelo departamento de contencioso da instituição, o qual foi agregado e atribuído a cada segmento com base na sua média histórica e utilizado no cálculo das respectivas provisões económicas.

A instituição encontra-se em fase de implementação de mecanismos de controlo ao nível das recuperações de crédito. Estes procedimentos implicaram no período em análise uma revisão nas percentagens de perdas incorridas (LGD) e no futuro irão permitir ajustar as mesmas de uma forma mais apurada por via da existência de um histórico de perdas incorridas mais relevante.

Cálculo da exposição de risco (EAD)

Para cada segmento foi determinada a exposição total enquadrável nas suas condições (EAD), compreendendo:

- A responsabilidade patrimonial (crédito por desembolso vincendo e vencido), excluindo os créditos que foram objecto de análise individual e para os quais foram apuradas perdas por imparidade;
- A responsabilidade extrapatrimonial (valor da responsabilidade extrapatrimonial ponderada pelo respectivo *credit conversion factor* (CCF), utilizando-se para o efeito os indicadores do Banco de Portugal).

As perdas por imparidade atribuíveis a cada segmento foram calculadas como segue:

- Perdas por imparidade em clientes sem crédito vencido = $PD * LGD * EAD$
- Perdas por imparidade em clientes com crédito vencido = $100% * LGD * EAD$

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios e cotações e índices).

No que respeita ao risco de cotações, diariamente são produzidos mapas com a constituição e performance do portfolio. É, também, efectuado o cálculo do VaR – “Value at Risk” – segundo as directrizes do BIS, nomeadamente, distribuição normal de variações dos preços, avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança, com o objectivo de aferir possíveis variações no valor de mercado da carteira de títulos em função do comportamento passado. As metodologias VaR, baseando-se em dados históricos, não capturam alterações nos factores de risco, podendo, portanto, subestimar a probabilidade de ocorrência de movimentos bruscos e acentuados nos mercados. Assim, são também quantificadas as perdas que poderiam resultar em cenários de stress, usando como referência acontecimentos passados que originaram quebras significativas dos mercados.

VaR	Ano de 2007					mil Eur
	Final	Média	Máximo	Mínimo	31-Dez-06	
Risco de Cotações e Índices	13.755,4	8.109,1	13.755,4	2.227,8	2.227,8	
Risco Cambial	15,4	28,6	90,0	8,8	16,8	
Total	13.770,8	8.137,7	13.770,8	2.244,6	2.244,6	

Relativamente ao risco de taxa de juro, são igualmente realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado. A metodologia utilizada assenta na projecção dos fluxos futuros dos instrumentos financeiros com taxa de juro associada, e cálculo do respectivo valor actual. Da comparação entre o cenário base (manutenção das curvas de taxa de juro) e o cenário alternativo (deslocação paralela das curvas de taxa de juro) resulta o impacto estimado na Situação Líquida.

Análise de sensibilidade		mil Eur
Impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas juro		
31 de Dezembro de 2007		
Impacto na Situação Líquida		-17.883
Fundos Próprios		257.631
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios		-6,9%
Impacto na Margem Financeira, a doze meses		-8.515
Margem Financeira		82.494
Impacto % na Margem Financeira anual		-10,3%
<i>Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.</i>		
31 de Dezembro de 2006		
Impacto na Situação Líquida		-16.519
Fundos Próprios		166.586
Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios		-9,9%
Impacto na Margem Financeira, a doze meses		-3.761
Margem Financeira		77.464
Impacto % na Margem Financeira anual		-4,9%
<i>Nota - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.</i>		

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

mil Eur

Sensibilidade da Situação Líquida				
<=6 Meses	6 - 12 Meses	1 a 5 Anos	> 5 Anos	Total
-3.722	1.563	-6.539	-9.185	-17.883

Procede-se ainda à análise de "gaps" de taxas de juro dos activos e passivos (desfasamento entre os prazos de revisão de taxas de juro), que permite detectar concentrações de risco de taxa de juro nos diversos prazos.

Risco Taxa de Juro - Gaps de Repricing/Vencimento

31 de Dezembro de 2007

mil Eur

(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-565.467	-64.604	38.627	151.118	120.679	1.549
Gap Acumulado	-565.467	-630.071	-591.444	-440.327	-319.647	-318.099

31 de Dezembro de 2006

(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-430.409	-28.697	23.789	157.469	100.323	4.284
Gap Acumulado	-430.409	-459.106	-435.317	-277.849	-177.526	-173.242

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

A responsabilidade da gestão do risco de liquidez assenta em 3 órgãos: o Conselho de Administração, a Comissão de Gestão de Activos e Passivos e a Direcção Financeira e Internacional.

Em documento específico sobre gestão do risco de liquidez, encontram-se definidos os objectivos, políticas, estratégias, estrutura de gestão, planos de contingência, bem como os princípios orientadores e recomendações emanados do Comité de Basileia.

A gestão da liquidez de curto prazo incide na análise de todos os fluxos previstos para um determinado horizonte temporal e na avaliação dos meios disponíveis para fazer face a eventuais necessidades de liquidez, e que passam, fundamentalmente, por:

- Valores à ordem junto do Banco Central e outras IC's;
- Disponibilidade de linhas de crédito;
- Carteira de instrumentos financeiros de elevada liquidez.

É privilegiada a diversidade de fontes de financiamento, e evitada a excessiva concentração numa contraparte. Às áreas comerciais, são transmitidas com regularidade as orientações sobre quais os produtos a privilegiar, não apenas na busca do melhor combinação de produtos passivos, como também nos produtos activos de forma a potenciar futuras operações de titularização de créditos. De acordo com a regulamentação do Banco de Portugal, o Finibanco mantém disponibilidades junto daquela instituição que, no mínimo, correspondem a 2% dos passivos elegíveis.

No âmbito da gestão do risco de liquidez, e no que respeita à cobertura de activos de médio e longo prazo, o Grupo continua a recorrer à emissão de obrigações de caixa e obrigações subordinadas, tendo também efectuado, no exercício agora terminado, uma operação de titularização de activos no montante de 250 milhões de euros.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A distribuição dos activos e passivos por prazos de maturidade em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, apresenta-se como segue:

	mil Eur								
31-12-2007	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Subtotal até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos	Subtotal mais de 1 ano	Sem prazo definido	Total de balanço
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	86.621			86.621			0		86.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	56.284			56.284			0		56.284
Activos financeiros detidos para negociação				0			0	80.406	80.406
Activos financeiros disponíveis para venda		585	8.305	8.890	22.068	7.416	29.484	112.999	151.373
Aplicações em instituições de crédito	31.412	63.003		94.415			0	0	94.415
Crédito a clientes	35.014	468.299	523.132	1.026.445	459.522	671.998	1.131.520	39.606	2.197.571
Activos não correntes detidos para venda			46.161	46.161			0		46.161
Outros activos tangíveis				0			0	58.303	58.303
Activos intangíveis				0			0	3.642	3.642
Activos por impostos correntes			3	3			0		3
Activos por impostos diferidos				0			0	2.064	2.064
Devedores por seguro directo e resseguro				0			0	131	131
Outros activos	3		85.445	85.448	32.608	2.447	35.055	137	120.640
Total do Activo	209.334	531.887	663.047	1.404.267	514.198	681.861	1.196.059	297.288	2.897.614
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação através de resultados		7.314	12.352	19.666	32.246	108.266	140.513	3.343	163.522
Recursos de outras instituições de crédito		90.688	40.896	131.584			0	742	132.326
Recursos de clientes e outros empréstimos	519.561	971.271	454.013	1.944.845	57.528		57.528	28.490	2.030.863
Responsabilidades representadas por títulos				0	212		212	4	216
Passivos financeiros associados a activos transferidos				0	248.802		248.802	0	248.802
Provisões				0			0	1.969	1.969
Provisões técnicas				0			0	14.529	14.529
Passivos por impostos correntes			8.697	8.697			0		8.697
Passivos por impostos diferidos			1.081	1.081			0	0	1.081
Outros passivos subordinados				0		654	654		654
Credores por seguro directo e resseguro				0			0	121	121
Outros passivos			42.953	42.953		2.036	2.036		44.989
Total do Passivo	519.561	1.069.273	559.992	2.148.826	338.788	110.956	449.745	80.430	2.679.001
Activo - Passivo	(310.227)	(537.387)	103.055	(744.559)	175.410	570.904	746.314	216.858	218.613

	mil Eur								
31-12-2006	À ordem	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Subtotal até 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Superior a 5 anos	Subtotal mais de 1 ano	Sem prazo definido	Total de balanço
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	56.174			56.174			0		56.174
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60.455			60.455			0		60.455
Activos financeiros detidos para negociação		49	317	366	916	1.094	2.010	56.702	59.078
Activos financeiros disponíveis para venda		251	604	855	12.608	3.318	15.926	47.015	83.796
Aplicações em instituições de crédito		44.042		44.042			0		44.042
Crédito a clientes	22.440	419.111	459.943	901.494	344.725	531.057	875.782	17.505	1.794.781
Activos não correntes detidos para venda			24.768	24.768			0		24.768
Outros activos tangíveis				0			0	54.722	54.722
Activos intangíveis				0			0	2.611	2.611
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação				0			0	792	792
Activos por impostos correntes			1.271	1.271			0		1,271
Activos por impostos diferidos			1.223	1,223	3,638		3,638	1,425	6,286
Outros activos	4		31.396	31,400	30,790	10,065	40,855	5,232	77,487
Total do Activo	139.073	463.453	519.522	1.122.048	392.677	545.534	938.211	186.004	2.246.263
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação		66	1.311	1.377	9.241	11.497	20.738	5.244	27.359
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			26.116	26.116	78.413	97.344	175.757		201.873
Recursos de outras instituições de crédito		94.207	39.208	133.415			0		133.415
Recursos de clientes e outros empréstimos	495.592	847.137	333.322	1.676.051	3.562		3.562		1.679.613
Provisões				0	233		233		233
Passivos por impostos correntes			1.719	1,719			0		1,719
Passivos por impostos diferidos			470	470	1,409		1,409		1,878
Outros passivos			36.846	36,846		7,508	7,508		44,354
Total do Passivo	495.592	941.410	438.992	1.875.994	92.858	116.349	209.207	5.244	2.090.444
Activo - Passivo	(356.519)	(477.957)	80.531	(753.946)	299.820	429.185	729.005	180.760	155.819

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

Prossegue o levantamento, por unidade orgânica, das situações de risco que possam ocorrer, a identificação dos factores de risco e a implementação das medidas para os eliminar ou minimizar, no âmbito do desenvolvimento de um modelo quantitativo de apuramento de perdas relacionadas com Risco Operacional. Assim, está a ser desenvolvida uma aplicação que, com base em modelos estatísticos que trabalham sobre uma base de dados histórica com as perdas verificadas e os factores de risco que as originaram, possibilitará a alocação de capital económico por categoria de risco operacional, acompanhando as metodologias mais avançadas preconizadas no Acordo Basileia II, no que respeita à medição de riscos operacionais.

Desta forma, a metodologia de trabalho da Equipa de Projecto de Risco Operacional, assenta nos seguintes vértices:

- Realização de levantamentos das actividades de negócios, detalhando todos os processos, procedimentos, tarefas, sistemas e riscos incluídos e procedendo ao seu desenho na respectiva Base de Dados;
- Enquadramento dos processos levantados na respectiva "cadeia de valor", associando os riscos prováveis, de acordo com a matriz de riscos da Instituição, as acções de mitigação associadas e as estruturas orgânicas envolvidas;
- Validação, por recolha e formalização dos respectivos pareceres, dos processos, riscos e estruturas orgânicas identificados no "Relatório de Identificação de Riscos Operacionais" gerado da Base de Dados;
- Registo dos eventos por todas as estruturas orgânicas da instituição, de acordo com as hierarquias de apreciação e decisão implementadas; Nas situações em que o registo termine com reconhecimento/aprovação de um custo operacional para a instituição, será contabilizado como tal, na rubrica contabilística adequada;
- Realização de questionários de auto-avaliação (Self Assessment) sobre todos os processos da Instituição, por interpelação às estruturas orgânicas, sobre a frequência e o impacto dos eventos históricos em que são e/ou foram intervenientes. De notar que, a avaliação das perdas potenciais será realizada de acordo, pelo menos, com três cenários:
 - Perda esperada (cenário optimista);
 - Perda inesperada grave (cenário pessimista);
 - Perda catastrófica (worst case).
- Consolidação das perdas registadas e dos resultados dos questionários, de forma a determinar o montante de capital a alocar.

Salvagarde-se que, caso a informação seja escassa, será ponderada a hipótese, num futuro próximo, de recurso a dados externos.

O Conselho de Administração do Finibanco, com poderes que lhe foram delegados pela Holding continuou a sua acção com a implementação de instruções internas sobre as normas internacionais de segurança ISSO 17 799 e BS 779-2, em matéria de Política de Segurança da Informação.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

48. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO**AQUA FINANCE Nº 2 PLC**

Em Agosto de 2003 as filiais Finicrédito e Leasecar realizaram uma operação de titularização efectiva e completa no valor global de m.Euros 175.000. Adicionalmente em Julho de 2004 estas duas entidades efectuaram, ao abrigo da mesma operação, uma oferta adicional de m.Euros 50.000. Em Dezembro de 2005 a Leasecar foi incorporada por fusão na Finicrédito.

Seguidamente destacam-se os aspectos mais relevantes desta operação:

Genéricos

Data da realização da operação: 07 de Agosto de 2003
 Montante cedido : m.Euros 225.000
 Duração do programa: 9 anos e 2 meses
 Revolving: 3 anos
 Identificação do programa: Aqua Finance nº 2 PLC
 Natureza dos activos cedidos:
 Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD
 Rating médio da carteira cedida: AAA 90,5%; AA 5%; A 4,5%

Operação inicial

Data da realização da operação: 07 de Agosto de 2003
 Montante cedido : m.Euros 175.000
 Natureza dos activos cedidos:
 Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD
 Duração média ponderada remanescente: 41,5 meses
 Taxa de juro média ponderada dos activos: 14,8%

Oferta adicional

Data da realização da operação: 26 de Julho de 2004
 Montante cedido : m.Euros 50.000
 Natureza dos activos cedidos:
 Tipo de activos: Crédito ao consumo sobre veículos automóveis e outros bens e ALD
 Duração média ponderada remanescente: 49,8 meses
 Taxa de juro média ponderada dos activos: 14,1%

Características dos instrumentos de dívida emitidos:

<u>Denominação do instrumento</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Taxa de juro</u>
Obrigações classe A1	203.700	Euribor 3M+0,30%
Obrigações classe A2	11.200	Euribor 3M+0,55%
Obrigações classe A3	10.100	Euribor 3M+0,85%
Títulos subordinados – Classe D	11.675	Não definida

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de "revolving" e conforme ritmo de amortização de capital efectuado, conforme prioridade abaixo estabelecida.

Hierarquia em termos de subordinação / reembolso dos vários instrumentos:

<u>Hierarquia em termos de subordinação / reembolso dos vários instrumentos:</u>	<u>Rating atribuído</u>
Obrigações classe A1	AAA
Obrigações classe A2	AA
Obrigações classe A3	A
Títulos subordinados	-

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Foram cedidos M.Euros 184,3 de activos da Finicrédito e M.Euros 40,7 da Leasecar.

Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo:Montantes a título de:

Disponibilidades de caixa do emitente:	n.a.
Linhas de Liquidez:	n.a.
Outros financiamentos:	n.a.
Garantias:	n.a.
Proveitos residuais:	n.a.
Swaps de taxa de juro: Foi efectuado um Swap de taxa de juro entre o Finibanco e o Credit Suisse First Boston (CSFB).	n.a.
Outros:	n.a.
n.a. – Não aplicável	

Entidades que intervêm na operação:

Nome da entidade	País da sede	Tipo de entidade	Função desempenhada
Aqua Finance No. 2 PLC	Irlanda	Outra	Emissor
Finicrédito Instituição Financeira de Crédito, SA	Portugal	Instituição Financeira	Originador e Servicer
Finibanco Holding SGPS, SA	Portugal	Sociedade Gestora de Participações Sociais	Backup Servicer
Finibanco SA	Portugal	Instituição financeira	Tomador do swap
CRC GSCF (Lux SARL)	Luxemburgo	Hedge Fund	Comprador das Notes Classe D
Aqua Finance No 2 Fundo	Portugal	Fundo de Titularização de créditos	Fundo
Finantia – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Crédito, SA	Portugal	Sociedade Gestora	Gestora
Deutsche Bank (Portugal) SA	Portugal	Instituição de Crédito	Banco Depositário
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Note & Security Trustee
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Accounts Bank
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Principal Paying Agent
Deutsche Bank AG London	Inglaterra	Instituição de Crédito	Transaction Manager
Credit Suisse First Boston International	Inglaterra	Banco de Investimento	Provedor do Swap
Standard and Poor's	Inglaterra	Agência de rating	Agência de Rating
Moodys Investor Services	Inglaterra	Agência de rating	Agência de Rating
Ernst & Young	Portugal	Auditoria	Audidores dos Originadores
KPMG Irlanda	Irlanda	Auditoria	Audidores do Emissor
Simmons & Simmons Rebelo de Sousa Rebelo de Sousa & Associados	Portugal	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Portuguesa
Arthur Cox	Irlanda	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Irlandesa
Norton Rose	Inglaterra	Consultor	Advogados para o Lead Manager no contexto da lei Inglesa
Credit Suisse First Boston (Europe) Limited	Inglaterra	Banco de Investimento	"Lead Manager" da operação
Investidores institucionais	-	-	Investidores

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

AQUA SME Nº 1

Em Junho de 2007, a filial Finibanco, SA efectuou uma operação de titularização da qual se destaca o seguinte:

Data da realização da operação: 14 de Junho de 2007

Montante: m.Euros 250.000

Duração do programa: 10 anos

Revolving: 3 anos

Identificação do programa: Aqua SME 1

Natureza dos activos cedidos:

Tipo de activos: Contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas

Duração média ponderada remanescente: 0,249 anos

Taxa de juro média ponderada dos activos: 6,88%

Rating médio da carteira cedida: n.a.

Características dos instrumentos emitidos

<u>Denominação do instrumento</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Montante detido</u>	<u>Taxa de juro</u>
Classe A units	235.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe B units	15.000	-	Euribor 1 mês+0,1%
Classe C units	8.750	8.750	Excess spread

Data e forma de reembolso:

A partir do final do período de revolving e conforme ritmo de amortização dos créditos e de acordo com a seguinte prioridade:

- 1º Classe A units
- 2º Classe B units
- 3º Classe C units

As classe C foram integralmente tomadas pelo Finibanco SA.

Montante total dos activos adquiridos pelo veículo que suportam a emissão dos instrumentos:

Créditos de m.Euros 250.000 e m.Euros 8.750 de cash reserve.

Compromissos assumidos e/ou interesses a reter pela instituição ou por outra instituição do Grupo**Montantes a título de:**

Disponibilidades de caixa do emitente: n.a.

Linhas de liquidez: n.a.

Outros financiamentos: n.a.

Cash reserve inicial, limite máximo e mínimo: inicial m.Euros 8.750; máximo m.Euros 8.750; mínimo m.Euros 8.000

Garantias: n.a.

Proveitos residuais: a reverter para o Banco como remuneração das classe C units.

Swaps de taxa de juro e outros instrumentos derivados: n.a.

Recompra dos activos remanescentes: Clean up call de 10%, a preços de mercado.

Outros n.a.

n.a. Não aplicável

Entidades que intervêm na operação

<u>Nome da entidade</u>	<u>País da sede</u>	<u>Tipo de entidade</u>	<u>Função desempenhada</u>	<u>Relação de participação</u>
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Cedente	n.a.
Aqua SME 1 Fundo	Portugal	Fundo de titularização de créditos	Comprador	não tem
Navegater SGFTC	Portugal	SGFTC	Gestão de FTC	não tem
Finibanco S.A.	Portugal	Banco	Gestor de créditos	n.a.
Deutsche Bank S.A.	Portugal	Banco	Custodiante	não tem
Banco Espírito Santo de Investimento S.A	Portugal	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Banco organizador	não tem
State Street Global Markets LLC	EUA	Banco	Linha liquidez Class B	não tem
Banco Espírito Santo S.A	Portugal	Banco	Linha liquidez Class A	não tem
European Investment Fund	Luxemburgo	Instituição europeia	Garante Class B	não tem

Princípios e políticas contabilísticas seguidos

Nos termos do previsto na IAS 39 quanto ao desreconhecimento de activos, dado que o Grupo detém as classe C, às quais está atribuído o excess spread da operação, não foram desreconhecidos do balanço, estando registados na rubrica "Activos titularizados não desreconhecidos", e sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

Os fundos recebidos pela venda dos créditos estão registados na rubrica "Passivos financeiros associados a activos transferidos"

49. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Conforme referido no nº 9 da Nota 2.4, e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Grupo assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de calculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2007 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2007, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, foram:

31.12.2007	
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário com as ressalvas de adesão ao acordo
Método actuarial	Projected Unit Credit Method
Tábua de Mortalidade	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EKV 80
Taxa anual de crescimento salarial	3%
Taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo	5%
Taxa de desconto	5,25%
Taxa de crescimento das pensões	3%
SAMS	6,5% *

* sobre o valor das responsabilidades calculadas nos termos do ACTV

A taxa de desconto utilizada reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade na zona euro com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

A taxa anual de retorno esperado dos activos do fundo foi determinada pela sociedade gestora do Fundo utilizando as rentabilidades anuais esperadas a longo prazo para cada classe de activos, definidas com base em estudo de uma consultora internacional sobre o histórico das rendibilidades de mercado e uma ponderação resultante do *benchmark* definido para a estrutura de activos do Fundo.

No exercício de 2007 a taxa anual de rendimento dos activos do Fundo foi de 14,23% e a taxa anual de crescimento salarial e das pensões de 2,77%.

De acordo com as informações obtidas do actuário responsável pela preparação do estudo actuarial, não foi considerada no cálculo actuarial qualquer taxa de rotação dada a ausência de referências estatísticas de mercado credíveis e pelo facto de, com os dados internos do Banco, as análises históricas efectuadas ao comportamento da rotação interna demonstrarem comportamentos irregulares, que ao serem incorporados no estudo poderiam conduzir a variações futuras de responsabilidades difíceis de justificar de forma consistente.

b) População

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2007 da seguinte forma:

31.12.2007	
1. Empregados no activo	950
2. Pensionistas	12
3. Total (1+2)	962
4. Ex – participantes com direitos adquiridos	419
5. Total (3+4)	1.381

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

c) Valores reconhecidos no balanço

31.12.2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Valor actual das responsabilidades por serviços passados				
1. Activos e direitos adquiridos	55.514	3.106	1.697	60.317
2. Pensionistas	1.476	96	7	1.579
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	56.990	3.202	1.704	61.896
4.Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	64.499	3.151	1.819	69.469
5. Passivo reconhecido no Balanço (3-4)	-	-	-	-
6. Activo reconhecido no Balanço (Nota 16) (4-3)	-	-	-	7.574
% de cobertura do financiamento	113,2%	98,4%	106,8%	112,2%
Ganhos/ (Perdas) actuariais não reconhecidos				
7. Dentro do corredor	2.758	197	100	3.055
8. Fora do corredor	-	6	24	30
9. Activo reconhecido no Balanço (Nota 16) (7+8)	2.758	203	124	3.085

d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados

31.12.2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	55.766	3.098	1.860	60.724
2. Custos do serviço corrente	6.444	428	223	7.095
3. Custo de juros	2.770	157	84	3.011
4.Pensões pagas	77	-	-	77
5.Perdas (ganhos) actuariais				
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	888	(69)	172	991
Por alteração de pressupostos – Taxa de desconto	(14.633)	(806)	(635)	(16.074)
Por revisão de estimativa de valor pensionável	5.832	394	-	6.226
6.Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	1.224	104	(156)	1.172
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício (1+6)	56.990	3.202	1.704	61.896

e) Movimento registado nos activos do Fundo

31.12.2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
1.Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	56.389	-	-	56.389
2.Rendimento líquido do fundo	8.037	339	197	8.573
3.Contribuição entregue ao fundo	-	2.812	1.623	4.435
4.Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	77	-	-	77
5.Outras variações líquidas	150	-	-	150
6.Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício (1+2+3-4+5)	64.499	3.151	1.820	69.470

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

f) As principais categorias de activos do Fundo são as seguintes:

	31.12.2007
Terrenos e edifícios	9,6%
Acções e unidades de participação	43,1%
Obrigações – Dívida pública	29,9%
Obrigações – Outros emissores	13,0%
Depósitos em instituições de crédito	3,55%
Outros	0,9%
	100%

Os imóveis detidos pelo Fundo encontram-se arrendados a empresas do Grupo Finibanco.

g) Gastos reconhecidos no exercício

31.12.2007	Benefícios de reforma	SAMS	Subsídio por morte	Total
Em custos com o pessoal				
1. Custo do serviço corrente	6.444	428	223	7.095
2. Custo dos juros	2.770	157	84	3.011
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	3.140	-	-	3.140
4. Perdas/ (ganhos) actuariais	394	29	24	447
5. Contribuições dos funcionários	-	291	168	459
6. Outras variações	150	-	-	150
7. Custos com o pessoal (1+2-3+4-5-6)	6.318	323	163	6.804

O custo dos serviços correntes relativo a Membros dos órgãos de Administração do Grupo encontra-se divulgado na Nota 50.

A contribuição esperada para o Fundo de 2008 ascende m.Euros 5.662.

h) Análises de sensibilidade

A redução de 0,25% na taxa de desconto teria um efeito de aumento de responsabilidades em cerca de 4,4 milhões de euros.

A variação de 1% na taxa de SAMS representaria um impacto de cerca de 479 m.Euros (aumento de responsabilidades em caso de incremento da taxa e redução no caso contrário).

i) Análise evolutiva

O quadro seguinte apresenta uma análise evolutiva dos valores do exercício e dos últimos quatro anos:

	2007	2006	2005	2004	2003
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	(56.990)	(55.766)	(47.292)	(24.269)	(19.727)
Justo valor dos activos do Fundo de Pensões	64.499	56.389	29.411	20.543	15.743
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	7.509	623	(17.881)	(3.726)	(3.984)
% de cobertura do financiamento pelo Fundo	113%	101%	62%	85%	80%
Ajustamentos de experiência em passivos do plano	(888)	(154)	(242)	205	(251)
Ajustamentos de experiência em activos do plano	4.897	1.273	346	(284)	(75)

50. PARTES RELACIONADAS

SÓCIOS

ÁLVARO PINHO COSTA LEITE – Accionista com controlo final

MARIA AUGUSTA RESENDE COSTA LEITE - Accionista com controlo final

MEMBROS DA GERÊNCIA

ÁLVARO PINHO COSTA LEITE

MARIA AUGUSTA RESENDE COSTA LEITE

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS DO GRUPO APCL

FINI INTERNATIONAL LUXEMBOURG SA

FINIBANCO VIDA-COMPANHIA SEGUROS VIDA,SA

FINICRÉDITO-INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

FINIMÓVEIS SOCIEDADE IMOBILIÁRIA DE SERVIÇOS AUXILIARES,SA

FINISEGUR-SOCIEDADE MEDIADORA SEGUROS,SA

FINIVALOR-SOCIEDADE GESTORA FUNDOS MOBILIÁRIOS,SA

FINIBANCO SA - ANGOLA

FINIBANCO, SA

PRIOR - SGPS, SA

IBERPARTNERS CAFÉS - SGPS, SA

LAMEIRA - IMOBILIÁRIA, LDA

SAF - IMOBILIÁRIA, S A

SOGIBRAGA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA

SOGILEÇA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA

SOGIPORTO-GESTÃO IMOBILIÁRIA, S A

Vic Beteiligungsverwaltungs GmbH

FERREIROS & ALMEIDA - GES COM BEN IM, SA

AUTOGLOBALSA - COMÉRCIO REPARAÇÕES AUTOMÓVEIS, LDA

OBOL INVEST KFT.

VIC (SGPS), SA

FINIBANCO-HOLDING, SGPS SA

SOCIEDADES ONDE ACCIONISTAS E MEMBROS DA GÊRENCIA TÊM INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA

VICAIMA FINANCE - SGPS, LDA
VICAIMA INVEST - SGPS, LDA
VICAIMA PARTICIPA - SGPS, LDA
VICAIMA MADEIRAS (SGPS), SA
VICAIMA-INDÚSTRIA DE MADEIRAS E DERIVADOS, SA
GLOBAL DIS-DISTRIBUIÇÃO GLOBAL MATERIAIS, SA
PROMOQUATRO-INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
VICAIMA INVESTMENTS LIMITED
PEDRAL-PEDREIRAS DO CRASTO DE CAMBRA, SA
Vicaima Beteiligungsverwaltungs GmbH
MARTIFER RETAIL AND WAREHOUSING, SARL
EMPICAIMA-CONSTRUÇÕES SA
MADEIPORTO - MADEIRAS E DERIVADOS, SA
VICAIMA - Puertas y Derivados, S.L.
VICAIMA - Türenwerk Handels GmbH
VICAIMA, Limited
PREDICAIMA - COMÉRCIO IMOBILIÁRIO, SA
SOGICAIMA-GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA
STOCKTRANS - LOGÍSTICA TRANSPORTES, LDA
SITAPE - INDÚSTRIA METALÚRGICA, SA
IMOCAMBRA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, SA
IMOBILIÁRIA DA CAVADA, LDA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2007, o montante global dos activos, passivos, rendimentos, encargos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas de acordo com a IAS 24 têm a seguinte composição:

	Sócios	Membros da Gerência	Empresas associadas	Sociedades onde sócios e membros da gerência têm influência significativa	Fundo de pensões de colaboradores do Grupo APCL	Total
Activo						
Crédito	23	29	6.401	8	-	6.461
Prestações acessórias/ suplementares	-	-	14.052	43.658	-	57.710
Outros valores a receber	-	-	15	-	-	15
	23	29	20.468	43.666	-	64.186
Passivo						
Passivos financeiros	20	260	-	-	-	280
Depósitos	1.088	3.207	80	631	2.271	7.277
Outros Passivos	-	-	9.400	-	-	9.400
Outros valores a pagar	-	2	-	-	-	2
	1.108	3.469	9.480	631	2.271	16.959
Rendimentos						
Juros e rendimentos similares	-	-	521	11	-	532
Rendimentos com serviços e comissões	4	7	73	5	-	89
	4	7	594	16	-	621
Encargos						
Juros e encargos similares	24	82	-	-	192	298
	24	82	-	-	192	298
Extrapatrimoniais						
Garantias e avales	-	-	3.138	-	-	3.138
Responsabilidades por prestação de serviços	1.733	2.606	7	88.791	-	93.137
	1.733	2.606	3.145	88.791	-	96.275

As prestações acessórias/ suplementares sobre empresas subsidiárias e associadas no montante de m.Euros 14.052, líquidas de imparidade, não são remuneradas.

As prestações acessórias/ suplementares sobre sociedades onde sócios e membros da gerência têm influência significativa no montante de m.Euros 43.658, líquidas de imparidade, não são remuneradas.

A rubrica outros passivos sobre empresas associadas no montante de m.Euros 9.400 não é remunerada.

Para os restante Activos mencionados não foram constituídas quaisquer provisões ou imparidade.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

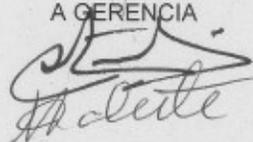
As remunerações dos membros dos órgãos sociais desdobram-se da seguinte forma:

<u>Remuneração dos membros dos órgãos sociais</u>	<u>2007</u>
Benefícios de curto prazo (Nota 38)	2.202
Benefícios pós emprego	76
Benefícios de cessação de emprego	-
Pagamentos com base em acções	-
	<u>2.278</u>

51. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


A GERENCIA


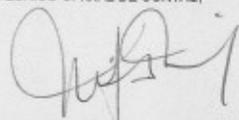
APCL FINANCEIRA S.G.P.S., LDA.
INVENTARIO DE TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
CONSOLIDADO

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação	Valor de balanço				
					Bruto	Imparidade	Líquido		
CRÉDITOS TITULADOS									
Emitidos por residentes									
Títulos de dívida									
De outros residentes									
Dívida não subordinada									
POLÍMIA/89 Tx 5,1784%	5.000	EUR	0,15	0,15	-	749,09	-	749,09	
UIF. 1988/2008	324.218.633	EUR	0,01	0,01	-	3.242.186,33	-	3.242.186,33	
INCOMPOL-Indústria de Componentes, Lda.	25	EUR	49.879,79	49.879,79	-	1.246.994,75	-	1.246.994,75	
						4.489.930,17	-	4.489.930,17	
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
Títulos									
Emitidos por residentes									
Instrumentos de Capital									
SONAE INDUSTRIA SGPS	317.992	EUR	5,00	9,05	EUR	6,6500	2.114.646,80	-	2.114.646,80
TEIXEIRA DUARTE ENG. CONST.	1.248.500	EUR	0,50	2,40	EUR	2,0900	2.609.365,00	-	2.609.365,00
MARTIFER SGPS NOM.	8.910	EUR	0,50	9,38	EUR	8,1500	72.616,50	-	72.616,50
REN-REDES ELECTRICAS NACIONAIS SGPS	640	EUR	1,00	3,02	EUR	3,6200	2.316,80	-	2.316,80
CIMPOR	168.076	EUR	1,00	6,23	EUR	6,0000	1.008.456,00	-	1.008.456,00
SONAE SGPS	1.350.000	EUR	1,00	1,88	EUR	1,9800	2.673.000,00	-	2.673.000,00
PORTUCEL NOM.	522.568	EUR	1,00	2,64	EUR	2,2300	1.165.326,64	-	1.165.326,64
MOTA-ENGLIS SGPS	46.205	EUR	1,00	5,37	EUR	5,1200	236.969,60	-	236.969,60
ALTRI SGPS	152.305	EUR	0,25	5,40	EUR	5,3300	811.785,65	-	811.785,65
SONAEOM SGPS	225.495	EUR	1,00	3,86	EUR	3,3000	744.133,50	-	744.133,50
BANCO BPI	20.000	EUR	1,00	5,64	EUR	5,3600	107.200,00	-	107.200,00
Outros									
FINIRENDIMENTO - Fundo de Investimento Mobiliário	206	-	-	5,1425	EUR	5,1646	1.063,91	-	1.063,91
Emitidos por não residentes									
Instrumentos de Dívida									
De emissores públicos estrangeiros									
BTNS 2,75% 03/08	1.350.000	EUR	1,00	0,88813	EUR	0,9977	1.346.895,00	-	1.346.895,00
De outros emissores estrangeiros									
MAG200617	20	EUR	50.000,00	50.000,00	EUR	40,140,00	802.800,00	-	802.800,00
Instrumentos de Capital									
QUEENS - S. WALK INVESTMENT LTD	21.220	EUR	-	8,71	EUR	5,5750	118.301,50	-	118.301,50
THOMSON COMP.	8.000	EUR	3,75	17,28	EUR	9,7300	77.840,00	-	77.840,00
PETROTEC AG	5.049	EUR	-	12,66	EUR	5,0000	25.245,00	-	25.245,00
ASSYSTEM	94.256	EUR	1,00	15,04	EUR	10,3600	976.492,16	-	976.492,16
GRUPO FERROVIAL	35.000	EUR	1,00	66,29	EUR	48,1200	1.684.200,00	-	1.684.200,00
CRUCCELL	43.000	EUR	0,24	16,08	EUR	11,4000	490.200,00	-	490.200,00
NEOPOST	7.000	EUR	1,00	103,47	EUR	70,4900	493.430,00	-	493.430,00
BAY MOT WERKE	40.300	EUR	1,00	44,77	EUR	42,7200	1.721.616,00	-	1.721.616,00
HAGEMEYER	329.014	EUR	1,20	3,65	EUR	4,6800	1.543.629,52	-	1.543.629,52
METSO OYJ	36.881	EUR	-	42,51	EUR	37,3300	1.339.437,73	-	1.339.437,73
SBM OFFSHORE NV	39.109	EUR	0,25	26,12	EUR	21,6000	844.754,40	-	844.754,40
AXA - CS FP	44.400	EUR	2,29	29,81	EUR	27,3900	1.216.116,00	-	1.216.116,00
LVMH MOET HENNES	5.800	EUR	0,30	85,31	EUR	82,6800	479.544,00	-	479.544,00
FUGRO NV CVA	18.500	EUR	0,05	53,56	EUR	52,8000	976.800,00	-	976.800,00
LIFEPOINTS HOSPITALS	7.709	USD	0,01	27,97	USD	29,7400	155.740,55	-	155.740,55
NITROMED	66.300	USD	0,01	4,33	USD	1,0100	58.523,88	-	58.523,88
BOSTON SCIENTIFIC LIMITED BRANDS	52.000	USD	0,01	12,53	USD	11,6300	410.814,48	-	410.814,48
CRAY INC.	13.000	USD	0,50	18,72	USD	18,9300	167.169,34	-	167.169,34
VULCAN MATERIALS CO	12.750	USD	0,01	11,17	USD	5,6900	51.879,97	-	51.879,97
WATTS WATER TECH	11.100	USD	1,00	66,49	USD	79,0900	596.358,26	-	596.358,26
CEMEX SA - SPONS ADR	26.900	USD	0,10	20,39	USD	29,8000	524.296,62	-	524.296,62
KOOKMIN BANK - ADR	26.000	USD	-	20,60	USD	25,8500	456.558,67	-	456.558,67
FEDEX CORP	18.400	USD	-	52,42	USD	73,3200	916.437,75	-	916.437,75
INTERSIL CORP.	5.100	USD	0,01	70,56	USD	89,1700	308.923,99	-	308.923,99
LINCOLN ELECTRIC HOLDINGS	13.000	USD	0,01	20,41	USD	24,4800	216.180,97	-	216.180,97
ACTUANT CORP-CLA	4.000	USD	-	48,48	USD	71,1800	193.410,77	-	193.410,77
CITIGROUP INC	11.600	USD	-	22,96	USD	34,0100	267.995,38	-	267.995,38
TRUSTMARK	48.800	USD	0,010	24,18	USD	29,4400	975.933,69	-	975.933,69
TRUSTMARK	4.000	USD	-	18,41	USD	25,3600	68.908,36	-	68.908,36
Outros									
CHEYNE SPRECIAL SIT-A1 FUND	29.124,7305	EUR	-	171,68	EUR	192,11	5.595.210,23	-	5.595.210,23
CHEYNE TOT RET CRED FD 1	25.000,0000	EUR	-	100,00	EUR	114,87	2.871.800,00	-	2.871.800,00
WINTON FUTURES FUND - B	6.547,1401	USD	-	308,67	USD	605,08	2.695.530,65	-	2.695.530,65
PERMAL JAPAN HOLDINGS NV-A FUND TYPE	1.020,4080	USD	-	1.980,50	USD	2.689,98	1.864.599,63	-	1.864.599,63
PERMAL GLOBAL HIGH YLD HLD-A FUND TYPE	2.128,1320	USD	-	379,71	USD	646,54	934.666,44	-	934.666,44
PERMAL LONG/SHORT GLOBAL-A USD FUND TYPE	1.068,9600	USD	-	945,28	USD	1.606,24	1.166.365,27	-	1.166.365,27
PERMAL EMERGING MKTS HLD-A FUND TYPE	530,2600	USD	-	1.905,60	USD	3.864,52	1.392.025,25	-	1.392.025,25
PERMAL INVESTMENT HOLDINGS-A FUND TYPE	678,9300	USD	-	2.976,63	USD	5.231,28	2.412.657,38	-	2.412.657,38
PERMAL FX FINANCIAL & FUT-A FUND TYPE	1.343,0060	USD	-	2.257,16	USD	3.807,65	3.473.742,81	-	3.473.742,81
GLG EMERGING MARKETS FUND E	27.720,1600	EUR	-	176,37	EUR	242,90	6.733.224,44	-	6.733.224,44
CHEYNE MULTI-STR LEVERAGED FD	37.445,0000	EUR	-	142,19	EUR	129,55	4.813.568,79	-	4.813.568,79
CHEYNE LATAM HIGH INCOME FUND INC	26.808,0900	USD	-	88,69	USD	100,82	1.822.201,69	-	1.822.201,69
GLG EMERGING MARKETS SPEC SIT'S FUND CLASS A	8.770,3910	USD	-	77,45	USD	134,55	801.614,09	-	801.614,09
CHEYNE CAPITAL GUARANTEED CREDIT NOTES	9.500,000,00	USD	-	1,00	USD	0,92	8.740.000,00	-	8.740.000,00
							76.370.023,06	-	76.370.023,06

APCL FINANCEIRA S.G.P.S., LDA.
INVENTARIO DE TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
CONSOLIDADO

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação	Valor de balanço				
					Bruto	Imparidade	Líquido		
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
Títulos									
Emitidos por residentes									
Instrumentos de dívida									
Instrumentos de dívida									
De dívida pública portuguesa									
O.T. - SET 2013 5,45%	255.000.000	EUR	0,01	0,011213	EUR	0,010500	2.677.500,00	-	2.677.500,00
O.T. - JUN 2011 5,15%	120.000.000	EUR	0,01	0,009854	EUR	0,010580	1.269.800,00	-	1.269.800,00
O.T. - JUN 2014 4,375%	150.000.000	EUR	0,01	0,010037	EUR	0,010240	1.536.000,00	-	1.536.000,00
O.T. - JUN 1998 / 2008 5,375%	100.000	EUR	0,01	0,010800	EUR	0,009933	993,30	-	993,30
O.T. - JUL 2008	500.000.000	EUR	0,01	0,009922	EUR	0,009906	4.952.999,99	-	4.952.999,99
O.T. - JUL 99/09 3,95%	10.000.000	EUR	0,01	0,010100	EUR	0,010002	100.020,00	-	100.020,00
O.T. - ABR 2006/2011 3,20%	3.000.000	EUR	0,01	0,010000	EUR	0,009800	29.400,00	-	29.400,00
O.T. - JUL 2009 3,95%	100.000.000	EUR	0,01	0,009966	EUR	0,998000	997.980,00	-	997.980,00
De outros residentes									
Adquiridos no âmbito de Operações de Titularização									
Equiparados a First Loss Position									
AQUA SME Nº1 CLASSE C	8.750.000	EUR		1,00000	EUR	-	8.750.000,00	-	8.750.000,00
Dívida não subordinada									
BRISA- Ob. Indexadas à Inflação 1998/2006/2008	225.000	EUR	1,66	1,651336	EUR	2,15822	485.599,20	-	485.599,20
CAIXA GERAL DEPOSITOS 4,625 28/06/12	5	EUR	50.000,00	49.940,80	EUR	0,997	249.245,00	-	249.245,00
Instrumentos de Capital									
Valorizados ao justo valor									
GALP ENERGIA NOM.	3.500.000	EUR	1,00	10,7669	EUR	18,3900	64.365.000,00	-	64.365.000,00
SONAE SGPS	10.070.000	EUR	1,00	2,11903	EUR	1,9800	19.938.600,00	-	19.938.600,00
TEIXEIRA DUARTE ENG. CONST.	1.070.469	EUR	0,50	2,684321	EUR	2,0900	2.237.280,21	-	2.237.280,21
MARTIFER - SGPS, SA	395.307	EUR	0,50	8,38947	EUR	8,1500	3.221.752,06	-	3.221.752,06
REN - Redes Electricas Nacionais	1.120	EUR	1,00	3,00000	EUR	3,6200	4.054,40	-	4.054,40
COFINA SGPS	1.000.000	EUR	0,25	1,87000	EUR	1,5300	1.530.000,00	-	1.530.000,00
EDP	40.000	EUR	1,00	0,55709	EUR	4,4700	178.800,00	-	178.800,00
CIMPOR	24.000	EUR	1,00	6,03553	EUR	6,0000	144.000,00	-	144.000,00
SONAE INDUSTRIA	24.000	EUR	1,00	7,72758	EUR	6,6500	159.600,00	-	159.600,00
Valorizados ao custo histórico									
PROCAPITAL - Investimentos imobiliários, SA.	76.940	EUR	4,99	8,98	-	-	690.907,53	690.907,53	0,00
MATUR	50	EUR	4,99	0,50	-	-	24,94	-	24,94
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA.	5.882	EUR	4,99	63,80	-	-	374.098,42	-	374.098,42
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA.	20.000	EUR	4,99	81,92	-	-	1.638.351,57	-	1.638.351,57
AVENIDA DOS ALIADOS SA	4.000	EUR	5,00	5,00	-	-	20.000,00	-	20.000,00
PME INVESTIMENTOS, SA	1.000	EUR	5,00	4,99	-	-	4.987,98	-	4.987,98
PME CAPITAL, SA	1.000	EUR	4,99	4,99	-	-	4.987,98	-	4.987,98
IBERPARTNERS CAFES SGPS	35.000	EUR	1,00	1,00	-	-	35.000,00	-	35.000,00
FCP SAD	14.770	EUR				2,0100	73.850,00	44.098,75	29.751,25
VICAIMA - PUERTAS Y DERIVADOS, S.L.	25	EUR					150,65	-	150,65
URIBA (SGPS), S.A.	185.000	EUR					185.000,00	-	185.000,00
IMOCAMBRA - GERSÃO IMOBILIÁRIA, S.A.	50	EUR					33.500,00	-	33.500,00
Outros									
FINIFUNDO TAXA FIXA EURO	1.000.000	EUR	5,00	5,00	EUR	5,0901	5.090.100,00	-	5.090.100,00
Emitidos por não residentes									
Instrumentos de dívida									
De emissores públicos estrangeiros									
BTPS 5% 2008	450.000	EUR	1,00	1,01	EUR	1,3000	585.000,00	-	585.000,00
BUNDESOBLIGATION 2,5% 08/10/2010	525.000.000	EUR	0,01	0,009535	EUR	0,009610	5.042.625,00	-	5.042.625,00
REP ANGOLA 15/11/2012	1.000	EUR	5.000,00	5,000	-	-	3.396.508,39	-	3.396.508,39
BGB Float 06/11	1.250.000	EUR	1,00	0,999250	EUR	1,000000	1.250.000,00	-	1.250.000,00
DBR 3,75% 04/07/13	135.000.000	EUR	0,01	0,009915	EUR	0,980300	1.323.405,00	-	1.323.405,00
BUNDESOBLIGATION 3,5% 08/04/2011	100.000.000	EUR	0,01	0,009880	EUR	0,9831	983.100,00	-	983.100,00
NETHER 2,75% 04/09	1.660.000	EUR	1,00	0,984818	EUR	0,9837	1.623.105,00	-	1.623.105,00
BTPS 3,75% 01/08/16	1.000	EUR	1.000,00	962,5100	EUR	0,9489	948.900,00	-	948.900,00
FRTR 4% 25/04/2009	1.000.000	EUR	1,00	0,99844	EUR	0,9990	999.000,00	-	999.000,00
De outros não residentes									
NWIDE 4,125% 27/02	5	EUR	50.000,00	48.995,00	EUR	0,9744	243.600,00	-	243.600,00
CITIGROUP 3,95% 10/13	1.000	EUR	1.000,00	946,26	EUR	0,9299	929.870,00	-	929.870,00
Instrumentos de Capital									
Valorizados ao justo valor									
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP	413.001	EUR	10,00	31,81	EUR	24,0000	9.912.024,00	-	9.912.024,00
PETROBRAS SA ADR	50.000	USD		68,64	USD	115,2400	3.914.136,27	-	3.914.136,27
TOTAL	2.150	EUR	2,50	54,45	EUR	56,8300	122.184,50	-	122.184,50
DAIMLER	1.550	EUR	1,00	75,80	EUR	66,5000	103.075,00	-	103.075,00
Valorizados ao custo histórico									
S.W.I.F.T. - Society For Worldwide Interbank Financial Telecommuni	9	EUR	123,95	908,94	-	-	8.180,49	-	8.180,49
							152.354.096,88	735.006,28	151.629.090,60
INVESTIMENTOS EM FILIAIS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS									
No país									
Investimentos em associadas									
NAVISER - Transportes Marítimos Internacionais, SA.	30.000	EUR	4,99	4,99	-	-	149.639,37	149.639,37	0,00
PINTO & BULHOSA	64.018	EUR	4,99	2,99	-	-	191.563,33	191.563,33	0,00
Sogiteca - Gestão imobiliária, LDA.	1	EUR	800.000,00				11.904.283,69	-	11.904.283,69
PRIO-SGPS SA	1.000.000	EUR	1,00	1,00	-	-	0,00	-	0,00
							12.245.486,39	341.202,70	11.904.283,69
TOTAL							245.469.536,60	1.076.208,98	244.393.327,52

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,



A GERENCIA,



APCL FINANCEIRA SGPS, LDA

ANEXO III

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS

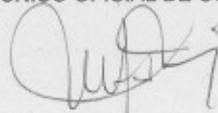
Movimento do ano de 2007

Consolidado

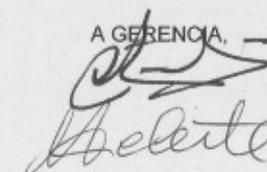
(Montantes expressos em milhares de Euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aquisições	Transf.	Amortizações do Exercício	Regulariz. (líquido)	Abates (líquido)	Valor líquido 31-12-2007
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas						
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS								
. Sistemas de tratamento automático de dados	12.526	11.127	1.172	876	1.004	0	0	2.443
. Activos intangíveis em curso	1.151	0	660	(876)	0	416	0	519
. Outros activos intangíveis	3.093	3.031	780	0	161	0	0	681
. Diferenças de consolidação positiva (Goodwill)	0	0	101.991	0	0	0	0	101.991
	16.770	14.158	104.603	0	1.165	416	0	105.634
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS								
Imóveis								
. Imóveis de serviço próprio	36.126	5.094	1.040	318	925	0	0	31.465
. Obras em imóveis arrendados	20.047	12.517	3.251	0	1.427	0	4	9.350
. Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	38.229	24.780	4.967	88	4.596	0	52	13.856
Activos em locação operacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos em locação financeira	3.053	3.016	0	0	35	0	0	2
Activos tangíveis em curso	709	0	1.214	-419	0	0	0	1.504
Outros activos tangíveis	2.688	724	315	13	160	0	6	2.126
	100.852	46.131	10.787	0	7.143	0	62	58.303
TOTAIS	117.622	60.289	115.390	0	8.308	416	62	163.937

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS,

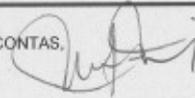
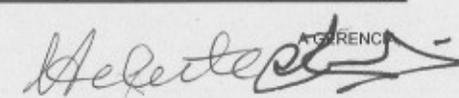


A GERÊNCIA, -



Segmentação por linhas de negócio consolidado
31 de Dezembro de 2007
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Corporate Financa	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Banca de Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	0	36.731	0	209.596	47.133	0	0	214	3.551	-100.747	196.478
Juros e encargos similares	0	44.072	0	134.258	32.635	0	0	223	6.107	-100.747	116.548
Rendimentos de instrumentos de capital	0	2.415	0	0	0	0	0	0	2	0	2.417
Margem Financeira	0	-4.926	0	75.338	14.498	0	0	-9	-2.554	0	82.347
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	757	-1.688	1.448	7.655	1.936	3.565	976	6.911	-354	-5	21.203
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	30.979	0	0	0	0	0	0	-540	0	30.439
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	21.890	0	0	0	0	0	0	44	0	21.934
Resultados de reavaliação cambial	0	-2.919	0	0	0	0	0	0	-18	0	-2.937
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	0	0	0	0	76	0	0	76
Outros resultados de exploração (líquidas)	0	0	0	24.154	788	369	0	-1.214	481	-2.139	22.439
Produto Bancário	757	43.335	1.448	107.147	17.223	3.934	976	5.764	-2.940	-2.143	175.501
Custos de estrutura	607	10.536	1.369	71.990	10.013	2.833	989	3.637	1.102	-2.139	100.938
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	0	340	0	22.081	6.996	0	0	1	12.396	0	41.813
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	2.262	0	2.262
Resultados antes de impostos	150	32.460	79	13.076	213	1.101	-12	2.128	-14.176	-5	35.013
Imposto diferido											-1.103
Imposto sobre lucros											12.917
Resultado líquido do exercício antes de interesses minoritários											23.198
Interesses minoritários											10.832
Resultado líquido											12.366
Crédito s/ clientes (Liq.)	0	0	0	1.901.616	420.493	0	0	0	0	-124.538	2.197.571
Crédito Bruto	0	0	0	1.949.566	444.232	0	0	0	0	-124.538	2.269.260
Provisões	0	0	0	47.950	23.739	0	0	0	0	0	71.689
Débitos para com clientes	0	179.025	0	1.663.873	224.229	0	0	0	0	-36.383	2.030.744
Activo líquido total											3.100.164

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **APCL FINANCEIRA - S.G.P.S., LDA.**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 3.100.164 milhares de Euros e um total de capital próprio de 203.236 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 12.366 milhares de Euros), a Demonstração Consolidada de Variações nos Capitais Próprios, a Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas e a Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:



- a verificação de as demonstrações financeiras das sociedades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
4. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de APCL FINANCEIRA - S.G.P.S., LDA, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidado de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.



ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção que, conforme referido no nº 1 das Notas às Demonstrações Financeiras consolidadas, a Sociedade apresenta pela primeira vez demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o exercício de primeira consolidação foi realizado com referência a 1 de Janeiro de 2007. Consequentemente não são apresentados valores comparativos em relação ao exercício anterior.

Porto, 28 de Abril de 2008

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:



A. M. Dantas Amorim (ROC Nº 769)

h. /

ACTA NÚMERO NOVE

Aos quinze dias do mês de Maio de dois mil e oito, pelas nove horas e trinta minutos, na sede social, sita em Armental, freguesia de Codal, concelho de Vale de Cambra, reuniu em sessão Ordinária a Assembleia Geral da Sociedade APCL FINANCEIRA – S.G.P.S., LIMITADA, pessoa colectiva número 507541693, com o capital social integralmente realizado de cem milhões euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vale de Cambra o número quinhentos e sete milhões quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e noventa e três, a fim de deliberar sobre as matérias constantes da seguinte ordem de trabalhos: -----

UM - Apreciação, discussão e deliberação sobre os documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e sete. -----

DOIS - Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de dois mil e sete. -----

TRÊS - Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do exercício de dois mil e sete. -----

QUATRO – Apreciação Geral da Gestão da Sociedade. -----

Na sessão estiveram presentes os dois únicos sócios: -----

- Senhor Álvaro Pinho da Costa Leite, que presidiu à sessão, titular de duas quotas, sendo uma do valor nominal de seis mil euros e outra do valor nominal de cinquenta e nove milhões novecentos e noventa e quatro mil euros e que presidiu à sessão, na sua qualidade de sócio titular da maior quota de capital.-----

- Senhora D. Maria Augusta Resende da Costa Leite, titular de duas quotas, sendo uma do valor nominal de quatro mil euros e outra do valor nominal de trinta e nove milhões novecentos e noventa e seis mil euros. -----

Encontrava-se, assim, representada a totalidade do capital da sociedade pelo que, embora convocada sem observância de formalidades prévias, o Presidente da Mesa, Senhor Álvaro Pinho da Costa Leite, verificou que a Assembleia Geral se encontrava validamente constituída para deliberar sobre os assuntos constantes da ordem de trabalhos, nos termos do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais. -----

Entrando-se no ponto um da ordem de trabalhos, foram presentes à Assembleia, o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e os demais documentos de prestação de contas previstos na Lei relativos ao exercício de dois mil e sete, os quais, após devidamente analisados e submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.-----

Quanto ao agendado no segundo ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa lembrou à Assembleia que do Relatório da Gestão constava uma proposta de aplicação de resultados, segundo a qual o lucro apurado no exercício, no montante de trinta e cinco milhões seiscentos e cinquenta e três mil, sessenta e oito euros e trinta e nove cêntimos, deve ter a seguinte aplicação: -----

Demonstração de Resultados, o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos e os demais documentos de prestação de contas Consolidadas previstos na Lei, os quais, após devidamente analisados e submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade. -----

Por último, foi analisado o assunto constante do ponto quatro da ordem de trabalhos e após breve troca de impressões, foi deliberado, por unanimidade, exprimir a total confiança nos membros que compõem o Conselho de Gerência da Sociedade, tendo em conta a forma como exerceram, no exercício transacto, as funções de gestão dos seus negócios. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que após lida e aprovada, vai ser assinada pelos sócios presentes. -----



A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name, possibly 'A. Leite' or similar, written in a cursive script.